

Crônicas da Economia do Possível

Volume II



Coriolano Gatto

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Gatto, Coriolano

Crônicas da economia do possível [livro eletrônico] : volume II / Coriolano Gatto. --

1. ed. -- Rio de Janeiro : GAT Mídia, 2023.
ePub

ISBN 978-65-981340-0-6

1. Crônicas brasileiras 2. Economia
3. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais
4. Gestão de negócios 5. Notícias jornalísticas
I. Título.

23-172436

CDD-330

Índices para catálogo sistemático:

1. Crônicas : Economia 330

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Capa

Marcos Couto

e-book

Marcelo Pires Santana

Revisão

Geraldo Pereira



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. O CÂMBIO, OS DEUSES E A SABEDORIA DE CELSO PINTO	8
2. POR QUE O BNDES PRECISA SER REINVENTADO	11
3. O METEORO BOLSONARO AUMENTA AS INCERTEZAS EM MEIO A UM PIB FORTE.	14
4. JOÃO TEIXEIRA SOARES, O ESTETA DA ENGENHARIA DE UM BRASIL EM CONSTRUÇÃO	20
5. INVESTIDORES QUEREM ABRE-ALAS NO CENTRO DO RIO SE POPULISMO NÃO ATRAVESSAR	24
6. AS ARMADILHAS DOS INDICADORES E O ALERTA DE LARRY SUMMERS	28
7. “O QUE IMPORTA NÃO É A COR DO GATO, MAS SE ELE VAI CAÇAR O RATO”	32
8. POR QUE A DÍVIDA DO ESTADO DO RIO É IMPAGÁVEL E O QUE ENSINA KRUGMAN	39
9. UM VELHO COMPANHEIRO ESTÁ DE VOLTA: O JURO REAL	42
10. EUGENIO SALES, O CARDEAL EMPREENDEDOR DO SÉCULO XX	46
11. A GRAVÍSSIMA CRISE FISCAL NO RIO E A NEGOCIAÇÃO POSSÍVEL	53
12. A INDÚSTRIA REJEITA O SUBSÍDIO. BASTA CORTAR OU ZERAR O IPI	56
13. AOS MESTRES, COM DEVOÇÃO E GRATIDÃO	60
14. A ECONOMIA NA ENCRUZILHADA E AS INCERTEZAS DA GUERRA DE PUTIN... ..	64
15. OCTAVIO BULHÕES E AS LIÇÕES PARA PAULO GUEDES	70

16. O DILEMA DO LIBERALISMO E AS AGENDAS DE LULA E DE BOLSONARO	73
17. O QUE PENSAM ROGÉRIO BOUERI E MANOEL PIRES SOBRE OS RUMOS DA ECONOMIA.....	76
18. “NÃO HÁ RAZÃO PARA PESSIMISMO”, DIZ PAULO GUEDES. “FATOS PROVAM QUE O BRASIL VAI CRESCER NESTE ANO.”	82
19. A ÂNCORA FISCAL E A INFRAESTRUTURA SOCIAL VÃO GARANTIR A ESTABILIDADE EM 2023	85
20. AS LIÇÕES DE RENÊ GARCIA E DE VILMA PINTO, DOIS ECONOMISTAS NEGROS DE UM ELENCO ESTELAR.....	90
21. OS ENSINAMENTOS DO EMPRESÁRIO ANTHONY BOURDAIN, TEMA DE NOVA PRODUÇÃO DA APPLE TV.....	94
22. OS RISCOS DE LULA 3 ABANDONAR LULA 1 E 2 E EMBARCAR EM DILMA 2. FAÇAM AS SUAS APOSTAS	97
23. LULA PRECISA SAIR DO PALANQUE E ABANDONAR A METAMORFOSE.....	102
24. A ÂNCORA FISCAL DE HADDAD E O MAR SEM BÚSSOLA DE LEON TOLSTÓI .	105
25. O GOVERNO ATRAVESSA O SAMBA AO VER A BANCA FANTASIADA DO BATE-BOLA.....	108
26. A CRISE BATE ÀS PORTAS. HÁ COMO ESCAPAR DO KATRINA FINANCEIRO? .	115
27. COMO UM CAMALEÃO, SISTEMA S SE DISFARÇA PARA NÃO PERDER O JANTAR.....	119
28. A OBRA INCOMPLETA DO MAESTRO MARIO HENRIQUE SIMONSEN	122
29. O QUE A METAMORFOSE DE KAFKA TEM A ENSINAR AO MERCADO DE TRABALHO.....	127
30. A REFORMA TRIBUTÁRIA VIVE O DILEMA DE GUIMARÃES ROSA E SCHOPENHAUER, DOIS INIMIGOS DA MEDIOCRIDADE.....	130

APRESENTAÇÃO

Eu fui convidado pelo jornalista Lucas Amorim para escrever no Portal EXAME, em plena pandemia de 2020. Eu estava com 59 anos e achei o desafio fantástico, um retorno ao ponto de partida, como aprendi na Física, em que cursei por um ano na UFRJ, 1979, na Ilha do Fundão, antes de iniciar no Jornalismo Econômico, minha eterna paixão. A publicação do Volume II, de “Crônicas da Economia do Possível” na Amazon/Kindle, reúne 30 colunas.

Ao longo de dois anos, mergulhei em temas e personagens que fizeram história ou estavam esquecidos pelo mainstream. Fui do empresário João Teixeira Soares, construtor de grandes ferrovias, século XIX, com a mesma importância de um Barão de Mauá, segundo o engenheiro Eugênio Gudín, tendo feito a estrada de ferro que faz a ligação com o famoso monumento do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, a primeira ferrovia eletrificada do Brasil, em harmonia com o meio ambiente; até o cardeal Eugênio Sales, um dos personagens mais relevantes do século passado. Sales edificou uma Igreja Católica no Rio e protegeu cerca de mil refugiados que seriam assassinados pelas ditaduras do Cone Sul, especialmente na Argentina e no Chile. Era o que se chamava de um conservador esclarecido. Falava pouco em público, mas agia com energia nos bastidores. Não propagandeava seus méritos de bom pastor.

Tratei de temas estruturais da nossa economia, como as falências das montadoras de carros e de bancos americanos e a culinária – o eterno e imbatível chef Anthony Bourdain (1956-2018), para quebrar a monotonia do leitor. E apostei em cenários improváveis, como o crescimento do PIB nos anos de 2021 e de 2022, a despeito de previsões sombrias de recessão ou de baixíssima expansão. De modo geral, reconheço, a economia e o mundo dos negócios costumam ser entediantes, mesmo tratados com proficiência técnica, sem as invenções e pirotecnias. É preciso ser cartesiano ou ter a precisão de um Mario Henrique Simonsen (1945-1997), devidamente homenageado pelo colunista no ensaio sobre a música erudita, que teve a participação extraordinária do saudoso jornalista Paulo Henrique Amorim, com a cessão do uso de imagens pelo chairman do Grupo Globo, João Roberto Marinho, a quem devo minha gratidão.

Essas colunas tiveram a contribuição de grandes economistas. Eu começo a citar pelo mais jovem, o talentoso Manoel Pires, pesquisador do FGV Ibre e professor da Universidade de Brasília, um dos maiores especialistas em política fiscal. Na sequência etária, o seu chefe, Luiz Guilherme Schymura, um economista com sólida formação humanista, e Paulo Guedes. Todos em ótima forma física e intelectual.

Essa tríade de ouro me ajudou a compor o mosaico das colunas. Guedes exerceu com competência o difícil cargo de ministro da Economia no período 2019-2022. Agiu com firmeza em favor do interesse público, promoveu reformas relevantes, tendo à sua frente um Congresso muito ativo e uma democracia que toca surdos, tamborins, pandeiros e outras coisitas impublicáveis. Brasília não é para amadores. O presidente Lula, um animal político genial, na definição do ex-ministro Delfim Netto, sabe muito bem como funciona essa engrenagem, o que faltou ao antigo chefe de Guedes, independentemente de posições ideológicas antagônicas. As colunas mantiveram distância dos chamados bolsões sinceros, porém radicais, expressão originária no governo do ditador Ernesto Geisel (1974-1979).

Renê Garcia, secretário estadual de Fazenda do Paraná, e Vilma Pinto, diretora da IFI (Instituição Fiscal Independente), subordinada ao Senado Federal, compõem o panteão de grandes economistas, nesse caso com a gratidão de serem boas fontes e negros – eu prefiro pretos e pretas – em uma elite dominada por brancos. São pessoas extraordinárias por sua trajetória de superação.

O livro termina com a tão propalada reforma tributária, que mexe com interesses tão poderosos que pode vir a ser retalhada, transformando-se em minirreformas. O fato é que o esforço do atual governo e do Congresso Nacional significa que estamos falando, nos últimos 40 anos, na mãe das reformas, de acordo com a opinião pessoal de Carlos Ivan Simonsen Leal, presidente da FGV.

A propósito, não custa lembrar o aforismo de Arthur Schopenhauer (1788-1860): “A burrice e a maledicência são permitidas, o equivalente a “neptire est juris gentium” (a inépcia é um direito de todos). Em compensação, comentar a burrice e a maledicência é um crime, uma insurreição contra os bons costumes e todas as convenções. Trata-se de uma sábia precaução!”

Este e-book só foi possível em razão de grandes contribuidores, no conceito, no conteúdo e no patrocínio. O empresário gaúcho Paulo Cesar Rutzen acreditou e apoiou o projeto desde a sua primeira hora. Além de ser gestor de um verdadeiro ecossistema na área financeira, Rutzen produz um vinho biodinâmico, na Serra Gaúcha, de excelente qualidade, segundo sommeliers de restaurantes conceituados de São Paulo.

Há dois leitores rigorosos das colunas: o meu chefe Lucas, que já propôs até mudanças de datas da publicação da coluna em razão, segundo ele, da qualidade da informação, e a minha mulher e companheira Lourdes Fernandes, Mestre em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da UFRJ, com quem estou casado desde janeiro de 1985. Não posso esquecer do jornalista Lauro Jardim, que deu grande estímulo à produção do primeiro livro, o que me impulsionou a este segundo volume.

Eu sou muito grato aos amigos e amigas que tanto opinaram sobre as colunas, que agora chegam na reta final. Estendo os cumprimentos à direção da EXAME, independentemente do novo modelo. Trata-se de uma publicação de referência no mercado, tendo sido uma escola no longínquo ano de 1991. A minha melhor matéria – e mais divertida – foi uma capa com o urbanista e artista plástico Roberto Burle Marx, no suplemento Exame VIP. Ouvi cerca de 20 fontes antes de chegar ao mestre. Agora, a EXAME dá um outro passo em consonância com as novas mídias, o que obriga a leitora e o leitor a terem mais agilidade na compreensão e análise dos fatos de economia e de negócios.

Que venham mais 55 anos à nossa EXAME, que será, eternamente, a minha Casa. O empresário e banqueiro André Esteves é um craque como um grande inventor e incentivador do capitalismo moderno e dessa grande publicação. Até breve.

Observação: eu tomei a liberdade de incluir duas colunas publicadas no Monitor do Mercado, do amigo Marcos de Vasconcellos, que, por mera coincidência, tem ligações indiretas com o BTG, de Esteves. Em jornalismo, chama-se isso de contrabando, uma informação de interesse do repórter incluída dentro de uma reportagem. Nesse caso, não tenho dúvida, é um contrabando do bem, pois as duas colunas tratam de temas atuais e obrigatórios na difícil travessia do nosso Brasil. Sem ideologias.

Coriolano Gatto

Outubro de 2023

O CÂMBIO, OS DEUSES E A SABEDORIA DE CELSO PINTO

O câmbio é a variável mais complexa da economia, dada a relação de troca entre os países. Causa ilusões e, às vezes, distorce a realidade. Há uma lenda de que o câmbio foi uma invenção dos deuses para humilhar os economistas. O jornalista econômico Celso de Campos Pinto, o maior do século passado, lançou na influente Gazeta Mercantil, formadora de um celeiro de profissionais, uma reportagem que marcou a época: a contabilidade do PIB (Produto Interno Bruto) em moeda nacional e em dólar.

A extinta Gazeta publicava a notícia de forma técnica e com precisão cirúrgica, a ponto de ganhar o apelido jocoso de “Pravda do mercado financeiro”, numa alusão ao jornal oficial do Partido Comunista na extinta União Soviética. Uma matéria na Gazeta Mercantil ganhava o peso de verdade absoluta e pautava toda a imprensa.

O FGV Ibre, a pedido da coluna, preparou uma série histórica do PIB, produzida pelo grande especialista em contas nacionais e ex-presidente do IPEA, Claudio Considera. A flutuação da moeda pode levar a conclusões errôneas, mas comprova a ilusão causada pela apreciação do real ou a sua forte desvalorização em períodos distintos da história.

Tome-se o exemplo mais recente a expansão do PIB. Em 2020, o dólar encerra em R\$ 5,15, fazendo com que ficássemos muito pobres na moeda americana, em comparação a 2019, e estáveis em reais. Todos sabem que o PIB, a despeito de previsões catastrofistas caiu somente 4,1% e não 15% – como apontavam as previsões iniciais. Na contabilidade do PIB, seguindo o rigoroso padrão internacional, o conjunto de bens e serviços atingiu exatos R\$ 7,447 trilhões ou US\$ 1,445 bilhão, o correspondente a uma variação próxima de zero em relação a 2019 em reais e a uma queda de impressionantes 26% em moeda americana. Ficamos paupérrimos em dólar e pobres em reais, ou remediados, em linguagem popular.

Explica-se: o dólar fechou em 2019 a R\$ 3,94. A apreciação do real em 1996, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, levou o PIB a crescer em dólar 21%. Os

brasileiros ficaram, em termos estatísticos, muito ricos. No fim do governo Lula 2, em função da crise global, que causou uma desvalorização do real e um forte crescimento econômico impulsionado pelas commodities, ficamos ricos em dólar (+15%) e muito prósperos em real (quase 30%).

Durante o ciclo militar, houve uma época de maxidesvalorizações, o que causava inquietude no cidadão comum, e enricava os onipresentes insiders. Em certa ocasião, uma autoridade econômica tentou explicar que a dívida externa, mesmo com a forte expansão do dólar, aumentava apenas a expressão em cruzeiros, mas mantinha a dívida constante. Um deputado de baixa estatura – um metro e quarenta e cinco – foi questionar a autoridade, pois não aceitava as explicações técnicas. Recebeu então um verdadeiro tiro acadêmico eivado de maledicência: “Por exemplo, se o senhor expressar a sua altura em centímetros em vez de metros, isto não o tornará cem vezes mais alto.”

Celso Pinto não fazia previsões, apenas destrinchava a economia com a mesma elegância de Carlos Castelo Branco – morto em 1993 – na área política. Não era um articulista enviesado. Interpretava os fatos com rara maestria. Na forte apreciação do real, em fins de 1996, publicou uma coluna, simultaneamente na Folha de S.Paulo e no extinto Jornal do Brasil, baseada em análise do então desconhecido do público, Ilan Godfajn, à época técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI). Sem estardalhaço, apontou para algo que depois se tornaria óbvio em 1998: o real precisava sofrer correção para evitar que o mercado a fizesse, o que ocorreria em janeiro de 1999. No Plano Cruzado, em 1986, Celso cunhou uma expressão que se tornaria famosa: o realinhamento de preços em vez do popular descongelamento. A precisão não tinha lugar para opiniões desprovidas da verdade.

No início da pandemia, em abril de 2020, um analista de um grande banco internacional foi alvo de chacota de seus pares ao ousar prever um dólar em R\$ 4,34 para 2021, no momento em que o mercado não sabia qual seria a taxa em sete dias, dada a volatilidade dos mercados. Nessa época, sequer estava definido o valor e a extensão do auxílio emergencial. Recentemente, o Banco Central, segundo o repórter Alex Ribeiro, produziu um estudo em que revela que a baixa de um ponto percentual na taxa Selic

pelo Comitê de Política Monetária leva a uma depreciação cambial de 3,4%. No Plano Real, de FHC e parte da era petista, o câmbio e os juros na lua represaram a inflação e apreciaram o real. No início do Real – julho de 1994 –, o dólar valia R\$ 0,90 e, em outubro, despencou para R\$ 0,83, o que levou o então ditador Fidel Castro, eterno presidente de Cuba, a cheirar uma cédula de um real, e a perguntar em tom irônico: “Qual é o milagre do dólar valer muito menos do que o real?”.

Até agora, cara leitora e caro leitor, todos querem saber se o PIB vai crescer mais de 5% neste ano e outros 3% em 2022, com a imunização da população até outubro, não importando se será em dólar ou em reais. Essa missão espinhosa fica para os economistas e os deuses, que tentam desmoralizá-los.

30 de julho de 2021

POR QUE O BNDES PRECISA SER REINVENTADO

O Rio de Janeiro, então capital da República, fervilhava nos anos 1950. Em suas ruas do Centro, o ritmo era frenético e por ali caminhavam profissionais liberais, funcionários públicos, escritores, intelectuais e empresários de todos os naipes. Eram dezenas de livrarias e de jornais. É nesse ambiente que nasce, em 1952, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), sob o comando de Roberto Campos, e, mais tarde, receberia a contribuição relevante do jovem advogado José Luiz Bulhões Pedreira. Com a missão de ser uma moderna agência de desenvolvimento, dentro da moldura do Plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia), o banco ocupava instalações modestas no 14º andar do Ministério da Fazenda e, no ano seguinte, é transferido para um prédio na Sete de Setembro, tendo, nos principais cargos, seis advogados, dez economistas, 12 engenheiros, 31 assistentes técnicos e outros, totalizando 150 funcionários.

Nessa mesma época, Getúlio Vargas criara a primeira assessoria econômica presidencial com um time em que boa parte integraria depois o BNDE: Rômulo de Almeida, Ignácio Rangel, Jesus Soares Pereira, Tomás Pompeu Acióli Borges e Cleanto de Paiva Leite. Eram economistas desenvolvimentistas, com a tintura nacionalista.

A instituição vai, aos poucos, ganhando envergadura em um Brasil que tinha pressa em crescer para deixar de ser uma economia de país subdesenvolvido, com uma pauta de exportações concentrada no café, uma taxa elevada de miséria e de analfabetismo e uma indústria que ganhava impulso com o ideário do paulista Roberto Simonsen.

O banco, cujo papel é posto hoje em xeque por diferentes gestores públicos e privados, ganha musculatura no auge da ditadura civil-militar: governos Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. Entre 1970 e início de 1979, o então ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, idealiza uma instituição do chamado “Brasil Grande”. Aproveita-se dos juros baixos internacionais e põe o pé na estrada. Cria uma jabuticaba: o financiamento com a correção monetária negativa em 20%, o que serviu de anaboli-

zante para empresas paulistas. Apesar do socorro oficial, muitas delas entraram em derrocada na grande crise dos anos 1980. Com isso, a instituição ganhou o apelido jocoso de “Recreio dos Bandeirantes”. No período, teve um único presidente, o engenheiro Marcos Vianna, subordinado a Reis Velloso. Esse longo tempo seria repetido na era petista com o economista Luciano Coutinho (nove anos e 15 dias no cargo). Não à toa Coutinho tinha predileção por Vianna e vai mais longe ao criar o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), outro grande anabolizante, que drenou R\$ 400 bilhões do Tesouro Nacional.

Os presidentes ditadores e os democráticos Lula 2, Dilma 1 e Dilma 2 elegeram seus campeões nacionais. Noves fora o equívoco das escolhas, que por vezes ignoraram a taxa de retorno do investimento, não se pode acusar os técnicos do BNDES (o “S” de social surge em 1982 com a bênção do ministro Delfim Netto) de malfeitores. Nunca houve caixa preta e, assim, tem razão o competente economista Fábio Giambiagi, em artigo especial no Valor Econômico, de 13 de agosto. Ele acerta em defender a lisura dos seus 2,5 mil funcionários. Após oito anos de investigação, nenhum deles foi desabonado em sua conduta profissional. Registre-se que nos governos petistas houve dois grandes investimentos na área privada com enorme taxa de retorno: a compra de participação na Vale S/A, na gestão de Carlos Lessa, e na JBS, a segunda maior empresa do mundo em proteína animal, na presidência de Coutinho.

Além da jabuticaba, o banco exhibe problemas na sua estrutura. Há 10 executivos com remuneração média mensal de R\$ 80 mil, além de mordomias que só se comparam a uma nomenclatura: carro e motorista à disposição, um generoso plano de saúde e a participação nos lucros. A máquina do BNDES é cara se comparada à excelência do pessoal do Banco Central, que tem muito mais responsabilidades na manutenção da complexa engrenagem econômica do Brasil. Em média, seus nove integrantes do colegiado ganham quase um terço dos congêneres do BNDES; e a gerência, cerca da metade do salário, com restrições em seus benefícios.

A extinção da TJLP, que no fim oferecia subsídio embutido, e a nova TLP (Taxa de Longo Prazo), em vigor desde 2018, obriga o BNDES a direcionar os seus financiamentos na infraestrutura e no programa de privatização e concessão, especial-

mente no setor de saneamento, em que o banco tem acertado a mão. As grandes empresas privadas, de modo geral, consideram a TLP alta frente a outras formas de captação, seja no mercado de capitais do Brasil ou no exterior, seja em emissão de títulos internacionais. O país está ofertado lá fora, e a bolsa de valores e as ofertas iniciais de ações (os IPOs, na sigla em inglês) são o melhor termômetro da solidez. Neste novo ambiente, o banco pode funcionar com uma estrutura enxuta, o que em nada reduziria o seu papel de impulsionador de grandes projetos factíveis. O último balanço trimestral registra lucro de R\$ 5,3 bilhões, ou R\$ 2,4 bilhões sem o resultado recorrente, o que corresponde a um salto de 76% com um caixa confortável de R\$ 150 bilhões.

Quem sabe o banco não poderia retornar às suas origens como o portentoso BNDE e inspirado na sabedoria do economista Antônio Barros de Castro, o maior pensador industrialista, dos anos 1970 até 2010. Castro foi presidente da instituição (início do governo Itamar Franco) e assessor especial até os seus últimos dias de vida.

A propósito: o acervo de Castro, composto por documentos e livros valiosos, foi declinado pelo centro de documentação na gestão de Luciano Coutinho por razões desconhecidas da coluna. Pelo seu espírito público e proficiência técnica na academia, onde transitava em diferentes áreas de correntes de pensamento, o saudoso economista fez jus ao nascedouro do banco. Castro é um símbolo do Instituto de Economia Industrial da UFRJ, onde obteve o grau máximo como mestre na mais antiga Faculdade de Economia do país, fundada por Eugênio Gudín.

“A estabilização e a globalização estão sendo aceleradores de transformações, incluindo dimensões até então não inscritas no debate nacional. A indústria ainda está estagnada, mas o solo está tremendo”. As frases, ditas numa entrevista em fins de 1997 em sua casa na Rua Icatu, soaram como a profecia de um sábio.

19 de agosto de 2021

O METEORO BOLSONARO AUMENTA AS INCERTEZAS EM MEIO A UM PIB FORTE

Em 2002, em uma patacoada, o banco americano Goldman Sachs, por meio do analista Daniel Tenengauzer, criou uma fraude no mercado financeiro: o lulômetro – ou lulameter, em inglês. A divulgação ocorreu em plena efervescência da campanha presidencial de 2002, em que Lula ainda patinava frente ao candidato tucano José Serra. O chamado mercado – esse ente invisível que ninguém conhece de fato, toma um Château La Mission Haut-Brion e fuma um charuto Cohiba – abraçou a doideira, e o dólar, em quatro meses, deu um salto para 4 reais – lulameter previa R\$ 3,04 após o encerramento do segundo turno das eleições, fins de outubro. Como se sabe, Lula ganha com folga a eleição e anuncia, em janeiro de 2003, uma política econômica tão ortodoxa que até o economista Serra ficou assustado, assim como outros próceres do PSDB. Agora, sem qualquer cretinice, é possível medir os estragos dos solavancos diários do presidente Jair Bolsonaro às instituições democráticas com boa pitada de um linguajar apropriado a estádios de futebol.

Como ensinou um grande criminalista – que não cobrava dos pobres que eram réus confessos, para obter espaços generosos na mídia, e esfolava os ricos com os seus honorários –, tão importante quanto os fatos são os detalhes.

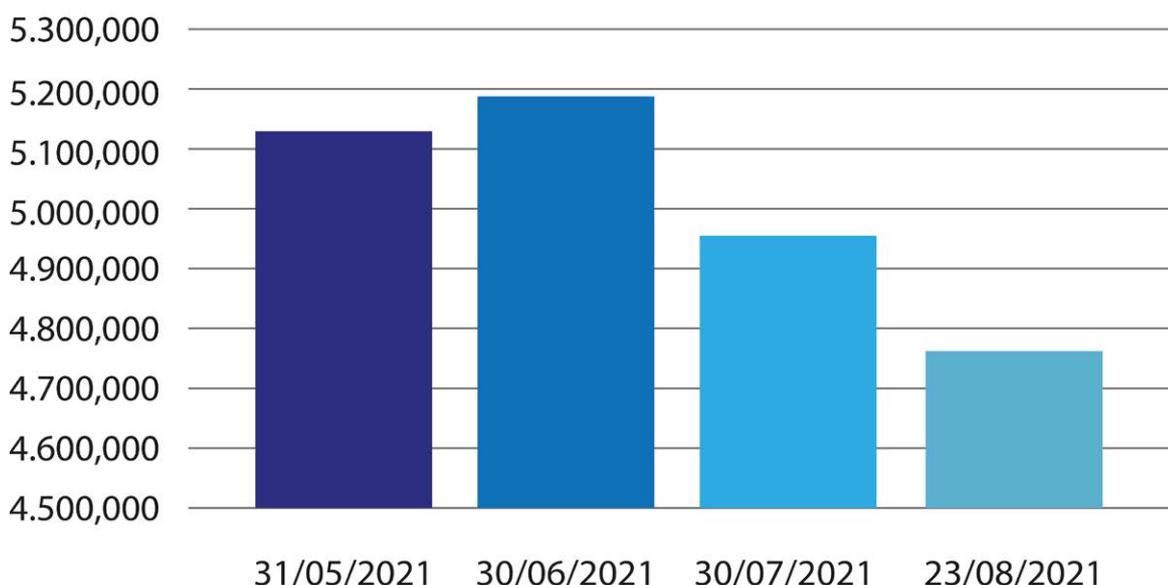
Vamos aos números antecedentes: o ministro Paulo Guedes, tão criticado por suas previsões, mencionou um crescimento sustentável (ou em “V” depois do ano crítico de 2020) e o PIB começa a ter robustez. Já se projetava algo entre 5% e 6% e 3% para 2022. Os cétricos diziam que a expansão se devia ao agronegócio (27% do Produto), que não é grande gerador de emprego. Depois, o setor de comércio e de serviços (quase 70% do PIB) dá sinais de retomada. Os analistas ficam quietos. A dívida pública cai – ah, a inflação ajudou e pode resultar em uma receita adicional em R\$ 100 bilhões em 2022. Seria a licença para gastar. O dólar recua de forma vertiginosa. Insistem: é por conta da conjuntura internacional. A taxa de desemprego permanece alta – é fato incontestável –, mas dá indícios de queda no segundo semestre. A arrecadação dos

estados bate todos os recordes. O programa de privatizações e de concessões avança, depois da lentidão do início do governo. A volta do auxílio emergencial dá mais um empurrão. Guedes alertava que era necessária a vacinação em massa contra a Covid-19 para a volta à normalidade da atividade econômica com total segurança. A declaração passa despercebida.

Mas neste período de notícias alvissareiras, os ataques de Bolsonaro começam a ganhar decibéis muito altos e causam os primeiros sustos em empresários, investidores e em todos aqueles comprometidos com o Estado de Direito Democrático. Até as urnas eletrônicas sofreram pedradas, a despeito do sucesso desde 1996 nas eleições em todos os níveis. Notem que a CPI da Covid ainda não causava impacto na bolsa, ao contrário de pesquisa recente sobre o tema. Não há bobo no mercado, apenas os trouxas que entram na bolsa em alta, orientados por blogs e sites de segunda categoria ou por gerentes de bancos interessados em bater a meta no fim do mês.

A pedido da coluna, a Pacífico Gestão de Recursos levantou indicadores relevantes. Aos números: a bolsa perdeu, em pouco tempo, cerca de R\$ 600 bilhões em valor de mercado. A esquerda míope comentaria: “Isso é irrelevante. A bolsa é um cassino, não é um bom indicador”. Sim, o outrora valor de R\$ 5,5 trilhões em valuation de empresas que geram emprego e riqueza não têm importância, por esse raciocínio tacanho.

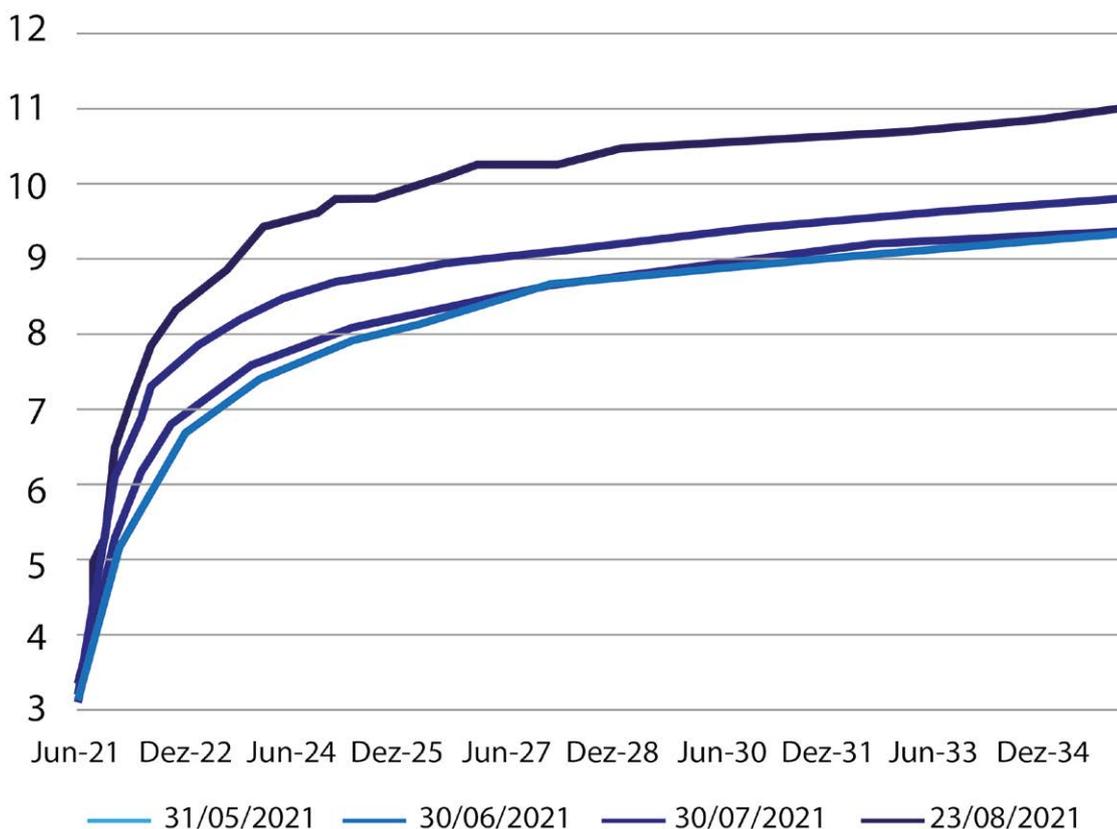
Valor de Mercado do IBOV (R\$ milhões)



(Pacífico Gestão de Recursos/Divulgação)

Vamos então aos juros futuros, que afetam diretamente os rincões mais longe do país e não apenas o humor da tal da Faria Lima. Desde que Bolsonaro engrossou o discurso contra as instituições e deu a aparência de dominar um falso poder militar, a taxa voou para mais de 11%. Não é preciso falar do dólar, que, em meio às incertezas, tem uma trajetória exponencial, como o vírus da Covid-19.

Curva de Juros Futuros Brasil



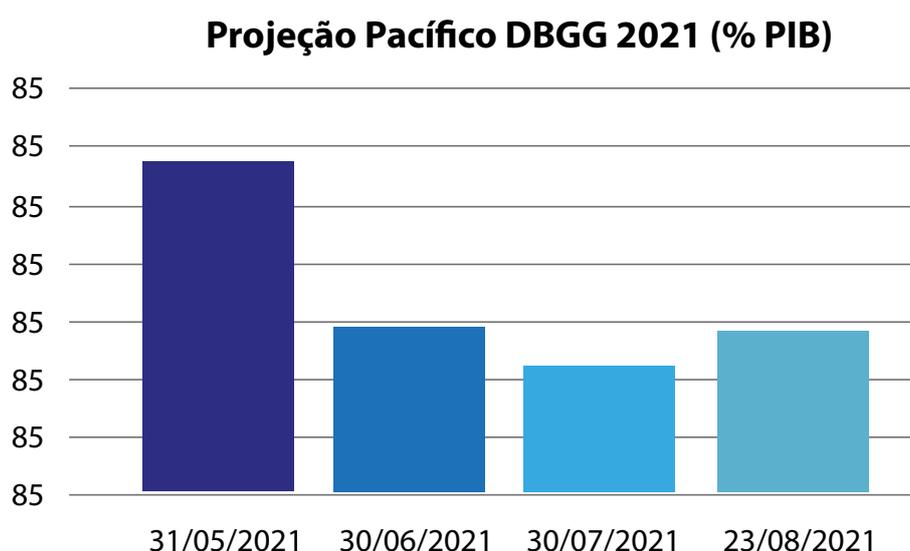
(Pacífico Gestão de Recursos/Divulgação)

Nem mesmo os falantes Paulo Guedes, Ciro Nogueira e Artur Lira foram capazes de conter a incontinência verbal de quem deveria zelar pelo arranjo institucional dos Três Poderes. Até Fernando Collor de Mello, aos 40 anos, não era tão tonitruante e arrogante com a ciência e com a lógica da engrenagem econômica. A difícil tradução de CDS (credit default swaps, troca de risco de crédito) é o melhor indicador para medir o risco de um país. No caso brasileiro, o salto foi de 160 para perto de 200. Na linguagem técnica, O CDS é um tipo especial de swap (derivativo), desenhado

para transferir o risco de crédito de títulos de renda fixa para outros participantes. São derivativos que funcionam como uma espécie de troca de risco de crédito. Um CDS pode ser de empresas ou de países. São também apelidados por um grande empresário – e põe grande nisso – de “complicativos”. Quanto menor o indicador, mais solvente é o país.

A inflação, que dispara pela alta das commodities, especialmente a cadeia de proteína animal e o aumento de energia e de combustíveis, apenas para citar alguns exemplos, é um complicador na gestão da política econômica. A arrecadação recorde dos estados, por seu turno, é um fator determinante do vigor da atividade produtiva e confirma as previsões do Ministério da Economia, a despeito de quem anda de capote de chuva em um dia ensolarado. Por essa razão, é declinante a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que abrange o total dos débitos de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais, junto ao setor privado, ao setor público-financeiro e ao resto do mundo. Há quem prefira olhar somente para a dívida bruta federal. A coluna admira a floresta, e não a árvore, para usar um ensinamento de autoajuda.

Projeção DBGG



(Pacífico Gestão de Recursos/Divulgação)

Nesse caso, o fator Bolsonaro – não vou usar o termo pejorativo “bozômetro” – é um empecilho para complicar a sua reeleição e aumenta a pobreza com a incerteza na economia. Políticos mais conservadores e que o apoiaram em 2018 acreditam que o presidente sequer vá para o segundo turno. É, porém, uma análise precipitada, como ensinava o velho mestre e cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, que, antes da sua morte, em 2019, já estudava com rigor o fenômeno da falência das democracias e do aumento da desigualdade.

Os gráficos frenéticos e a perda que pode ser estimada em R\$ 1 trilhão, caso persista a insegurança para o investidor. Com isso, compromete o PIB forte e gerações vindouras e aquela que envelhece, dona de sabedoria em todos os espectros da vida humana.

“O que para os garotos são as moscas, nós somos para os deuses: matam-nos por brinqueado”, uma das sentenças mais famosas de Shakespeare em “Rei Lear”.

A propósito: ex-presidentes da República procuraram recentemente militares para ouvi-los sobre o risco de um golpe de Estado, como informou o jornal Estadão. Perderam tempo, saliva e sola de sapato. Aos 27 anos, o jovem cientista político Wanderley Guilherme, muito antes de concluir o seu doutorado pela Universidade de Stanford (EUA), em 1979, escreveu o opúsculo “Quem dará o golpe no Brasil?”, Civilização Brasileira, em 1962. É um clássico da ciência política.

Com a palavra, o professor que formou gerações de professores, profissionais e acadêmicos, no livro premonitório: “A implantação da ditadura do governo forte – que tende a ser, neste momento, a forma que será assumida pela ditadura em marcha – depende de parcelas ponderáveis da população brasileira aceitarem como necessária a constituição de tal governo. Quais as condições que poderiam levá-las – setores do proletariado menos politizado, predominantemente sobre suas divergências relativas, setores da burguesia nacional (os quais se mantêm resistentes a essa solução) – a aceitar a necessidade da constituição de um governo forte?”. O mestre elenca elas e, ao que consta, nem grandes democracias têm interesse nessa aventura bolsonarista, ao contrário de 1964. Pelo contrário: a imagem do presidente é péssima na percepção dos mais importantes chefes de Estado das nações capitalistas com eleições livres.

A não ser que algo perto de 580 mil pessoas, o mesmo número de mortos pela

Covid-19, apareça na Avenida Paulista ou na Zona Sul do Rio, não há chance de ruptura institucional, mesmo que o presidente tenha o apoio de parte da Polícia Militar dos estados, em mais um desafio à democracia. Os mercados, porém, temem pelos atos desatinados do chefe de Estado e torcem pelas ações responsáveis do Ministério da Economia, da Infraestrutura, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. O Brasil precisa perseguir o crescimento, a distribuição de renda e a geração de empregos. Não somos moscas.

26 de agosto de 2021

JOÃO TEIXEIRA SOARES, O ESTETA DA ENGENHARIA DE UM BRASIL EM CONSTRUÇÃO

Há histórias de grandes empreendedores que ficam esmaecidas em jornais antigos ou livros que se esvaíram em meio à poeira de bibliotecas.

Perdem-se no chalé da memória. A exceção à regra é a trajetória de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, contada com maestria no livro de Jorge Caldeira (Companhia das Letras, 1995). Não à toa, no longínquo ano de 1942, o engenheiro Eugênio Gudín, fundador do curso de Ciências Econômicas no Brasil, faz uma homenagem ao amigo João Teixeira Soares (1848-1927), comparando-o ao grande empresário do Império: “Só Mauá, cuja estátua hoje se defronta com Teixeira Soares, podia apresentar folha de serviços de tão alta valia”.

Gudín se referia aos dois monumentos, na Praça Mauá, no Rio de Janeiro. A homenagem foi por ocasião do avião batizado com o nome de JTS. A aeronave fazia parte da campanha nacional de aviação (“Dar Asas à Juventude Brasileira”), organizada no governo Getúlio Vargas e idealizada pelo empresário e jornalista Assis Chateaubriand, durante a Segunda Guerra Mundial. Gudín ajudou a financiar O Jornal, o primeiro de uma série de dezenas de jornais, rádios e TV do conglomerado dos Diários Associados, de Chateaubriand.

JTS foi, junto com Mauá, o grande empresário e engenheiro de grandes estradas de ferro pelo Brasil afora, tendo obtido êxito internacional com a construção do trecho Paranaguá-Curitiba, aos 34 anos, dada as enormes dificuldades do trajeto, no Paraná, que oferece uma vista paradisíaca. Da mesma forma, com o sócio Pereira Passos (antes de assumir a prefeitura do Rio, então Distrito Federal), ergue a Estrada de Ferro Corcovado, utilizando para isso o sistema de engrenagem conhecido por Rigggenbach, conforme relato do amigo e também engenheiro, Belfort Roxo.

Inaugurada em 1884 por Dom Pedro II, é a primeira ferrovia eletrificada do Brasil, em harmonia com o meio ambiente. No alto do morro, ficava o mirante Chapéu do Sol,

substituído, em 1931, pelo Cristo Redentor, o maior cartão postal do Rio. Pela construção da Estrada de Ferro Paraná, o imperador Dom Pedro II quis oferecer-lhe um título de nobreza, o que não foi aceito por ser republicano, tendo recebido a comenda Imperial Ordem da Rosa, extinta em 1891 junto com todos os títulos nobiliárquicos. Em compensação, foi agraciado como Cavaleiro da Legião de Honra e de São Leopoldo da Bélgica e Comendador da Ordem da Coroa da Bélgica.

Diante da natureza hostil, JTS liderou projetos ferroviários em todo o país, como o Vitória-Minas – por onde escoava o minério de ferro – e nos estados do Rio, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná, Goiás e, claro, São Paulo. Com sólida formação em Economia, o empresário pôs em xeque uma lei inventada por cabeças de planilha, de que o custo não deveria exceder 30 contos de réis por quilômetro, em 1900 (corrigidos a preços de hoje seriam R\$ 3,6 milhões), independentemente das condições do terreno, a finalidade e o volume a ser transportado. À guisa de comparação: o preço médio hoje é de R\$ 6 milhões, podendo ser maior em razão da complexidade, já considerada a tecnologia que reduz o valor, diferentemente de 120 anos atrás.

Em tom jocoso, JTS pôs o apelido de linhas férreas guarda-livros, pois nelas os contadores se sobrepunham à lógica econômica. As missivas do empresário a Julio de Castilhos, presidente do Rio Grande do Sul (o equivalente hoje a governador), sobre a São Paulo-Rio Grande do Sul foi um “apelo vibrante”, de acordo com Gudin, que não encontrou o eco nas altas autoridades da administração pública. Era o Brasil sem pressa de crescer, como um filme estrelado hoje em muitos cinemas.

Soares pertence a uma geração de engenheiros que revolucionaram o sistema hídrico do Rio. Diante do calor de 42º na então capital do Império no verão de 1888, havia sofrimentos da população com o abastecimento irregular dos chafarizes. O episódio da água em seis dias foi um milagre da engenharia nacional, precisamente do jovem Paulo de Frontin, 29 anos, e Belfort Roxo, ambos formados na Escola Politécnica do Rio, onde Gudin estudaria mais tarde. Em vez dos seis meses previstos por empreiteiros – olha a turma da bufunfa –, os engenheiros realizaram o projeto na data aprazada, trazendo as águas do Rio Tinguá, na Baixada Fluminense, à represa do Barrelão, no Rio, tudo canalizado em tubulação assentada na Estrada de Ferro Rio d'Ouro.

Essa energia de fazer, executar e tomar risco empresarial, a exemplo do Barão de Mauá, sendo este incompreendido a seu tempo e perseguido pelo Império, foi o propulsor de JTS, que construía estradas em regiões com febre amarela e tifo, duas doenças que mataram milhares de brasileiros. Não havia vacina. Segundo o testemunho do jornalista e escritor Abelardo Romero (1907-1989), que trabalhou em O Jornal, JTS, ao longo de 55 anos, construiu mais de 10.000 km de ferrovias, propagou a industrialização e defendeu a criação de bancos de crédito agrícola, hoje grandes potências do sistema financeiro nacional.

Numa época em que o trabalhador tinha poucos direitos, JTS oferecia prêmios de produtividade por etapas vencidas antes do prazo e dispensou os famosos subempreiteiros – ou gatos, como se chama na linguagem do trambique.

Como se não bastassem as atividades empresariais em ferrovias e os compromissos internacionais, JTS recebeu permissão do governo, junto com o sócio Antonio Rossi, para explorar um serviço de transportes por avião (postal e de passageiros) entre as principais cidades do país, em 1918. E, assim, importou aparelhos aeroplanos Caproni e Hidro-Grisseurs.

A trajetória do empresário e engenheiro chamou a atenção de George Clemenceau, primeiro-ministro da França (1917-1920) e senador, que ficou conhecido por defender ideais republicanos e anticlericais. Tinha o epíteto de “O Tigre”, dada a sua agressividade e irreverência, sendo atribuído a ele a queda de seis governos.

No fim da vida, disse Eugênio Gudín, JTS levava à casa do amigo Clemenceau o seu neto preferido, Alberto Soares de Sampaio, o empreendedor da petroquímica brasileira a partir de 1947. Pediu que o político francês estendesse ao neto sua simpatia e a amizade que dava ao avô. Clemenceau pôs a mão no ombro do menino e revelou que Soares fora o melhor homem que conhecera na vida.

No gesto carinhoso ao velho amigo, o economista dobra a homenagem, mencionando Chateaubriand, que compartilhava com ele o gosto pela literatura de Anatole France. Cita um pequeno trecho, em tradução livre, do clássico discurso na inauguração da estátua de Ernest Renan, filósofo e historiador francês, morto em 1892.

“Ele era virtuoso da maneira mais rara; ele estava com graça. Tinha virtudes fortes

e encantadoras. Ele foi atencioso e prestativo. Ele se esforçou para ser perdoado por sua superioridade e por força de simplicidade e deferência para com os outros. Preservou o bem que sempre foi dado em sua memória, e o mal foi ignorado. Poderíamos aplicar este verso de Sófocles a ele: ‘Nasci para compartilhar o amor, e não o ódio’”. O Brasil precisa de pacificação e da humildade de JTS, que, fazendo jus a esse princípio, discursou na inauguração de seu busto no Clube de Engenharia, no Centro do Rio:

“Não encontro em minha carreira fato algum que tenha valor suficiente para recomendar-me a tão elevada distinção, e estas manifestações não me deixam outra impressão senão a de que atos de favor cativam mais do que atos de justiça”. Não era um homem afeito a elogios.

O mesmo empresário cuidava com esmero da fazenda Santa Alda, às margens do Rio Paraíba, em Minas Gerais, na cidade de Formiga, onde nasceu. Para isso, usou técnicas modernas de adubação, o que levou, em 1911, Clemenceau a publicar, na revista americana *Illustration*, artigo em que descreve o amigo como “um apaixonado pela terra e pelas frutuosas alegrias que ela pode dar”.

JTS definiu o seu prazer e o seu dever da seguinte forma: “Eu planto dinheiro a ver se colho café”.

Agradecimento: o signatário obteve o discurso original de Eugênio Gudín do economista e decano da PUC-Rio, Luiz Roberto Cunha, neto afetivo de EG. A brochura está em bom estado, mesmo com os seus quase 80 anos. Será doada para o projeto memória dos descendentes de JTS. Não ficará esmaecida pelo tempo.

9 de setembro de 2021

INVESTIDORES QUEREM ABRE-ALAS NO CENTRO DO RIO SE POPULISMO NÃO ATRAVESSAR

A melhor imagem da decadência do Centro do Rio, a outrora capital financeira do país até os anos 1980, é exibida na estátua do General Osório, datada de 1894, em homenagem ao herói da Guerra do Paraguai. Obra do escultor Rodolfo Bernardelli, o monumento, restaurado em 2011, começa a ser dilapidado no início da recessão de 2014 e atualmente perdeu todo o gradil e a espada, além do sumiço das letras e flores em bronze e das balas de canhão. É uma vergonha sem tamanho. Na mesma Praça XV, a 30 passos da estátua, se encontra a primeira fotografia feita na América do Sul, em 17 de janeiro de 1840, do Paço Imperial, atribuída ao francês Louis Comte. O vidro que a protege foi pichado por vândalos, o que torna quase impossível entender a legenda e captar a imagem histórica. O Paço Imperial, sede do Império, continua a escapar das pichações, e a casa onde morou Dona Maria I, mãe de Dom João VI, a 50 metros, está protegida por tapume metálico, o que atrapalha a visão da construção. Curiosamente, a poucos metros dali se encontra um dos segredos mais guardados do país. São parte dos restos mortais de Pedro Álvares Cabral – o navegador português que chegou nesta terra em 1500 –, no subterrâneo da antiga Catedral da Sé, a Igreja Nossa Senhora do Carmo. O Centro do Rio, que afundou ainda mais na pandemia, tornando-se um bairro fantasma depois das 20 horas, tem saída, desde que seja evitado o populismo. É uma combinação de intervenções heterodoxas com o uso de soluções de mercado, que possam atrair as mesmas incorporadoras, as quais voltaram a erigir prédios de bom padrão na cidade – da Zona Sul à Zona Norte – e no próprio Porto Maravilha.

Aos números: cerca de metade dos prédios do Centro está vazia, sendo que o Município do Rio é dono de 353 deles, boa parte sem uso.

Agora, vamos mergulhar numa história digna de Franz Kafka: das 7 mil titularidades do governo municipal, 1.100 pertencem ao Distrito Federal e ao Estado da Guanabara, sendo o primeiro extinto em 1960 com a criação de Brasília; e o segun-

do, em 1975, em razão da fusão com o Estado do Rio. Os dados são do advogado Pedro Duarte, 30 anos, formado pela PUC-Rio e vereador do Rio (Partido Novo). O Projeto Reviver Centro, ao que tudo indica, pode ser uma boa solução, desde que não haja exagero na adoção de políticas públicas equivocadas. A moradia social é uma boa medida para mitigar o gravíssimo problema de habitação da classe de renda baixa e de quem está acima de 65 anos. Cidades europeias adotaram modelo semelhante, a exemplo de alguns centros urbanos americanos. Conservadores criticam a ideia, afirmando que Paris, por exemplo, vive uma horda de decadência de costumes e de imigrantes pobres. Mas, em Londres, berço do capitalismo, foi adotado o modelo no entorno do Museu Imperial da Guerra. As habitações abrigam de jovens estudantes que não podem pagar os caros alojamentos de uma London School até estrangeiros de baixíssima renda. São esses habitantes que tomam conta das edificações, com esmero.

É evidente que não pode haver excessos. A ocupação de prédios públicos pode afastar os investidores, que vão gerar renda e emprego de alto nível, o que significa aumento da arrecadação. É um truísmo: mais impostos significam investimentos em saúde, educação, segurança e cultura. Da mesma forma, é de uma aberração proibir que os pobres possam ter acesso a uma moradia. A ideia de isentar o ISS de todo o Centro é bom para alguns donos de imóveis, mas temerária para o Município. Isenções fiscais amplas, como aquelas que ocorreram no Espírito Santo, com o famoso Fundap, anos 1990, e com o Estado do Rio, fim da década passada e início desta, é o modelo ideal para a prisão de parlamentares, como em terra capixaba – antes da mudança enérgica comandada por Paulo Hartung – e de governadores, no caso do Rio. É uma fábrica de corrupção e de inanição na capacidade de investimento do setor público.

Ainda que criticado por parte do setor privado, o Comitê Gestor do Reviver Centro, formado exclusivamente por autoridades municipais, tem o apoio de um grande fundo imobiliário. “Empresário não entende disso. Sabe ganhar dinheiro. O projeto Reviver Centro é muito bom, e é positivo que a Prefeitura seja a responsável pela administração”, disse o experiente gestor.

As isenções no âmbito do chamado distrito do conhecimento, o que abrange de agências de publicidade a livrarias, empresas de tecnologia e startups, até o afroempreendedorismo (a íntegra da Lei 6.999, de 14 de julho, está na web), é um avanço para estimular a cultura e o seu entorno, uma das grandes vocações do Rio. A inclusão se faz presente com a ampliação a minorias sociais e de gênero. Não se trata de um benefício do Estado, mas de uma ideia liberal, que aceita no mesmo quadrado todas as convicções ideológicas de pensamento, de classe e de livre escolha da sua opção sexual.

A solução de mercado, defendida por empresários, analistas independentes e por Pedro Duarte, será um atrativo para o grande investidor. Quem, por hipótese, transformar quatro andares de um prédio comercial no Centro em residencial, devidamente modificado, ganhará um bônus para ser investido, por exemplo, em Copacabana, Zona Sul do Rio. Esse bônus poderá ser negociado em um mercado secundário, de tal forma que haverá interessados na compra e na venda dos títulos, cuja valorização será determinada por empresas especializadas. Haverá a regulação do Município para evitar aquilo que um grande economista definiu em 1975 sobre a Praça XV: um covil de ladrões. Ali ficava situada a Bolsa de Valores do Rio, que negociava de tudo, até a famosa Merposa (Merda em Pó Sociedade Anônima). A moralidade só foi possível com a criação da CVM, em 1976, a partir da Lei das S/A, e a autarquia passou a ter o poder de polícia, a exemplo de sua congênere nos Estados Unidos, a SEC, criada em 1934, após a rapinagem que desembocou na grande crise de 1929.

A simbiose entre políticas públicas bem engendradas e o estímulo aos grandes players pode impulsionar, em poucos anos, bilhões de reais em investimentos para o decadente Centro do Rio, que tem prédios desocupados e de grande valor histórico, como os da icônica Travessa do Comércio, antes cenário para novelas e documentários de época.

A cidade precisa desafiar uma máxima do jornalista e escritor Millôr Fernandes, carioca genuíno, ipanemense de carteirinha e inventor do frescobol, que, em tom de blague, dizia: “Roma não se fez em um dia, mas o Rio foi destruído em dez anos” (Millôr Definitivo, 1994). Quem conheceu Millôr sabe que a frase era um alerta às autoridades,

como um alarme disparado em uma praia para espantar os banhistas de um tubarão faminto.

Esse novo marco, com o apoio de diferentes correntes políticas, pode levar o Rio à recuperação, no momento em que os setores do comércio e de serviços – a grande vocação da capital fluminense – dão sinais de nítida retomada. Basta o poder público não atrapalhar quem quer investir alto na cidade. O Brasil tem pressa e torce pela recuperação da sua antiga capital, símbolo maior da cultura e da generosidade, do tempo da poesia de Vinicius de Moraes, da música do maestro Antonio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, da compositora e regente Chiquinha Gonzaga, da médica Nise da Silveira, da atriz Leila Diniz, da engenheira química Iramaya Queiroz Benjamin (líder do Comitê Brasileiro da Anistia), do contista Rubem Fonseca, do arquiteto Oscar Niemeyer, da empreendedora Regine Feigl (carioca por adoção) e dos geniais irmãos engenheiros Antonio e André Rebouças.

Esse Rio generoso precisa voltar, como na música “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso, cuja escultura está eternizada no Leme, Posto 1 de Copacabana.

20 de setembro de 2021

AS ARMADILHAS DOS INDICADORES E O ALERTA DE LARRY SUMMERS

Não é apenas o câmbio que desmoraliza os economistas. Alguns indicadores sociais, que outrora foram de grande valia, começam a ser revistos para medir a popularidade de um político vis-à-vis o desempenho na economia. Um competente cientista político me pediu para fornecer o salário real médio dos últimos anos. Ao escarafunchar os números, cheguei a uma conclusão insólita: o indicador sobe, mesmo em épocas de recessão, e cai, dependendo do momento, com a expansão da economia.

A explicação: na recessão, os empregos precários são os primeiros a serem cortados, enquanto na retomada acontece o movimento inverso. Agora, por exemplo, com o aumento do emprego na área do comércio e de serviços, a taxa de desemprego vai cair, mas o salário real médio não subirá em razão desse fenômeno estatístico.

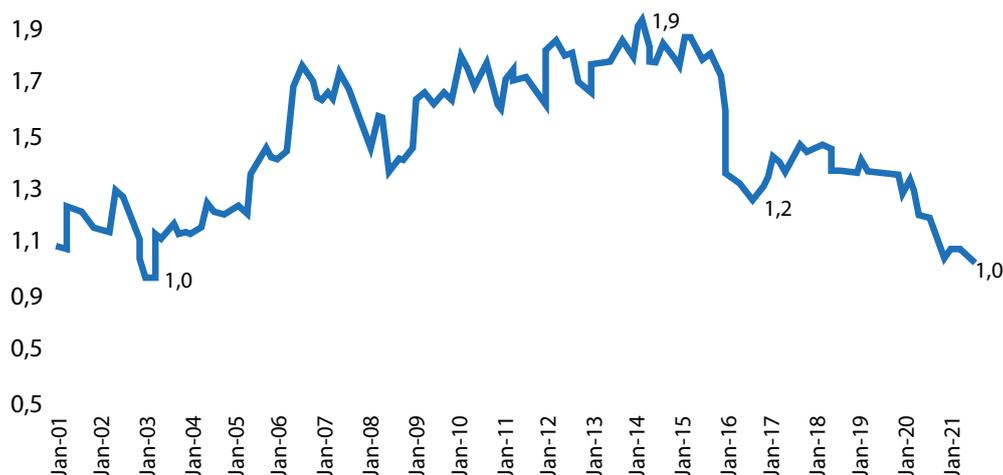
O desemprego pode terminar o ano abaixo de 13,5% com a imunização em massa. É uma sandice criticar o fato de os mais pobres conseguirem um emprego com carteira assinada apenas para politizar o dado da taxa de desemprego. O espirituoso Larry Summers, ex-secretário do Tesouro americano e acadêmico renomado, citou um dado da distorção em recente evento promovido pelo Banco BTG:

“Um restaurante que tinha cinco garçons e passará a ter três”. O número de refeições permanece o mesmo. Esse aumento de produtividade não é bom. Eles terão uma jornada árdua e insustentável e pedirão a antecipação das férias. O PIB será menor.

A coluna mergulhou em um indicador que achava imbatível: o poder de compra do salário mínimo versus a cesta básica.

O gráfico (publicado abaixo) mostra que o último dado disponível está no patamar próximo ao do fim de FHC 2. Nos governos petistas, o número estava no pico máximo. Vamos aos problemas: ano passado, o governo federal e, mais recentemente, os governos estaduais despejaram centenas de bilhões de reais para os mais pobres.

Relação Salário/Cesta Básica



Fonte: Dieese e Ministério do Trabalho

É evidente que parte desse dinheiro – que na soma total pode ter alcançado R\$ 500 bilhões – foi para comprar alimentos. É igualmente correto dizer que a alta das commodities, em todo o mundo, fez explodir todos os produtos relacionados à cadeia de proteína animal.

Voltemos à praticidade de Summers: uma lata de óleo de soja custa o mesmo preço de uma de azeite extravirgem em uma rede de supermercados na Zona Sul carioca. Para os economistas refinados, o mapa da fome e o grau de concentração de renda podem servir como indicadores de melhoria ou piora da economia, assim como o Índice Gini.

A ONU aponta, por exemplo, que 23,5% da população brasileira passou por insegurança alimentar moderada ou severa entre 2018 e 2020, um aumento de 5,2% em relação a 2014 e 2016. É um dado curioso, pois no biênio 2015-2016 a economia encolheu quase o dobro de 2020, quando o mundo desabou com a pandemia.

É preciso usar os números com inteligência e independência, diria o insuspeito Conselheiro Acácio, personagem de Eça de Queiroz, famoso por representar a mediocridade dos políticos. É fato que o conflito distributivo, ensinava o velho mestre Paul Singer, é um nó górdio no desenvolvimento da economia. E há instrumentos poderosos para mitigá-los. David Card, um dos laureados com o Nobel de Economia neste ano,

comprovou, ao lado de Alan Krueger, que não houve queda no emprego onde ocorreu aumento do salário mínimo, em duas cidades americanas.

É correto também afirmar que há números que escapam da obviedade. O economista Arthur Candal, um dos grandes pensadores da indústria petroquímica, ousou desafiar os deuses que achavam que o Brasil era um país sem futuro, uma completa anarquia política e econômica. Candal, em um memorável depoimento (“No Calor das Ideias”, Insight Comunicação, disponível gratuitamente na web), em 2004, dá uma aula de microeconomia, que merecia ser repetida para todas as gerações:

“Os dados e estatísticas revelam que, nos sete anos que correm entre 1989 e 1996, a altura média do brasileiro adulto aumentou três centímetros, o que se traduz em forte melhoria nutricional, dado o pequeno espaço de tempo decorrente. Ele aumentou de 1,69 m para 1,72 m. O brasileiro de hoje tem a altura de um soldado americano da Segunda Guerra Mundial. Esse indicador – que é um dado duro, ao contrário dos dados econômicos, que são dados moles – aponta que, mesmo num processo de estagnação, as condições sociais brasileiras melhoraram nos últimos 22 anos. Isso se deve fundamentalmente à evolução tecnológica, que se reflete na produção de alimentos.

“A oferta de alimentos no Brasil nos últimos 20 anos cresceu muito acima do crescimento da população. O impacto da tecnologia se dá também na área médica e em proteção ambiental, além, é claro, do tratamento da água. Os resultados são o aumento da expectativa de vida, que passa de 56 anos, em 1960, para 68,5 anos, em 2000; e redução da mortalidade infantil, que cai de 116 mortes por 1.000, em 1960/70, para 34 mortes por 1.000, em 2000.

“O dado bruto é alentador, mas, se compararmos com a expectativa de vida e o nível de mortalidade infantil do europeu, nossos índices são equivalentes aos deles na década de 50, no período pré-informática e microeletrônica. Como disse, com toda a propriedade, Robert William Fogel, Prêmio Nobel de Economia em 1993, quando os dados antropomórficos e de condições de vida da população contradizem os dados econômicos, estes últimos estarão sempre errados, não só por sua fragilidade intrínseca, como pelo uso ideológico a que eles se prestam.”

Candal alerta para olhar os indicadores com frieza e espírito intelectual aberto. A coluna não vai repetir as conhecidas críticas justas e oportunas ao chefe de Estado. Mas não é correto anular os avanços obtidos com marcos regulatórios, que atrairão centenas de bilhões de reais nos próximos anos, como o da nova lei do gás, a moderna legislação de licitações e de falências, a da ferrovia e outros modais, a Reforma da Previdência, o Banco Central independente, apenas para citar alguns. Nem vou mencionar o programa de concessões e a lei da liberdade econômica.

O executivo Lee Iacocca, que comandou a reestruturação em montadoras americanas, costumava dizer que, à época da depressão americana, a sua família votava em candidatos do Partido Democrata. Quando voltava a prosperidade, a opção era pelo Partido Republicano.

Com a antecipação da disputa eleitoral, o que se espera é que os brasileiros fiquem atentos a armadilhas de um lado e de outro – não preciso citar os nomes – e pensar naquilo que é o mais relevante, como dizia o icônico executivo americano, morto em 2019: “quem vai contribuir para construir uma sociedade capitalista moderna com vistas a aumentar o mercado consumidor e distribuir a renda para que todos ganhem o jogo?”.

O país não suporta mais o tal do Fla-Flu, até mesmo porque os grandes perdedores são os pequeninos, nas palavras singelas do santo Hélder Câmara, meu mentor desde a militância na juventude católica: “Eu apenas quero contribuir para melhorar a vida dos pobres”, ele me disse em uma celebração eucarística com as pernas cruzadas, em uma casa em Olinda, no longínquo ano de 1984.

15 de outubro de 2021

“O QUE IMPORTA NÃO É A COR DO GATO, MAS SE ELE VAI CAÇAR O RATO”

O economista Manoel Pires faz parte da nova geração formada em pleno amadurecimento do regime democrático. Com passagens pela UFF, UFRJ e UnB, onde concluiu o seu doutorado, ele coordena o Observatório Fiscal do FGV Ibre, um dos centros de excelência do país. Fala mansa, didático, é capaz de discorrer sobre temas complexos com facilidade. Trabalhou no governo Lula 2 e Dilma 2. A frase do líder chinês Deng Xiaoping, título desta entrevista, dá a perfeita tradução do seu pragmatismo. Pires reconhece que houve avanços nos últimos governos e cita a reforma da Previdência e marcos regulatórios. “É importante reconhecer os avanços e ter clareza dos desafios que estão postos para apresentar boas soluções. Ignorar essas questões não ajuda. Muitas vezes, os economistas se preocupam em provar suas teses, mas em discussões práticas isso atrapalha.” O colunista conheceu Pires em Brasília, onde reside – ele nasceu em Duque de Caxias. Defende uma política distributiva agressiva, e bate duro em agendas caras para o desenvolvimento do país: “O governo atual abandonou temas importantes como educação, ciência e tecnologia e faz apologia à ignorância”.

Ele tem como seus inspiradores os economistas John Maynard Keynes, James Tobin e Paul Krugman; e, aqui, no plano profissional, Nelson Barbosa e Luiz Guilherme Schymura, “que me tiram da zona de conforto”.

As chamadas correntes progressistas ganharam fama de serem irresponsáveis na agenda fiscal. Os liberais dizem que os sociais-democratas idolatram o Estado e tole-ram o mercado. O que existe de verdade ou exagero nessas observações?

Essa questão remete à forma de organização da sociedade. Existem vários modelos possíveis com resultados mais ou menos bem delineados. As economias de origem anglo-saxã têm tradição de menor interferência, mas observa-se maior desigualdade. Os países nórdicos são extremamente liberais, mas compensam com uma atuação estatal bastante efetiva e uma ampla rede de proteção social. Mas essas experiências se estabeleceram com sucesso nos países com uma população muito homogênea.

A social democracia combina uma intervenção estatal maior no domínio econômico e alguma proteção social. Essas experiências ficam no meio do caminho com níveis de crescimento e desigualdade intermediária. Os países emergentes ainda estão buscando essa identidade. O Chile adotou um caminho mais liberal, mas a sociedade tem demandado mais proteção social. A desigualdade lá é maior do que a nossa. O México tem pouca proteção social: as pessoas se aposentam com mais de 70 anos, não existe seguro desemprego. A economia, por lá, também não cresce.

O Brasil tentou estabelecer uma social-democracia nos últimos 30 anos que foi posta em questionamento na última eleição. O que me chamou muita atenção, desde então, é que se gasta muita energia discutindo se o governo atual é suficientemente liberal. Mas deveríamos discutir quais políticas são adequadas para resolver nossos problemas. Muitas vezes o que importa não é a cor do gato, mas se ele vai caçar o rato.

Como chefe do Observatório Fiscal do FGV Ibre, você tem mantido relacionamento com o Ministério da Economia e com o Governo do Rio de Janeiro, mesmo sabendo que há discordâncias naturais. Falta diálogo no Brasil para tratar da delicada situação econômica para o ano vindouro?

Existe muita polarização, mas percebo muita disposição para ouvir e debater. O país foi atingido por duas crises em um curto espaço de tempo e isso tem gerado muita aflição na sociedade. Há o receio de que o país não consiga voltar a crescer, tem a sombra da inflação, a pobreza voltou e a desigualdade aumentou. Isso cria uma certa desesperança, principalmente porque temos uma geração que nunca viu isso.

Mas, nos últimos anos, o país fez muitas coisas para poder avançar e evitar retrocessos. O sentido de equilíbrio fiscal se fortaleceu. O governo federal fez uma ampla reforma da Previdência. Governos estaduais estão se ajustando e a sociedade aceitou essas reformas.

Mas em troca do quê? Prometeu-se mais crescimento que não veio. Isso gera uma fadiga que precisa ser compreendida. O governo atual abandonou temas importantes como educação, ciência e tecnologia e faz apologia à ignorância. Apesar de todos os esforços, não é difícil perceber que, desse jeito, isso não vai dar certo.

Há economistas que fulanizam os conhecidos desacertos da política econômica no ministro Paulo Guedes, mas omitem avanços que ocorreram em marcos regulatórios. Qual é a sua opinião?

Existem resultados positivos em concessões, a nova lei do saneamento e as mudanças no setor de telecomunicações. Recentemente, o leilão de 5G foi bem-sucedido e alguns investimentos foram destravados. Outras mudanças regulatórias ainda precisam de mais tempo para amadurecer como a lei do gás. Temos o novo marco de ferrovias que, se aprovado, vai funcionar por meio de uma alternativa menos restritiva, com menor participação estatal. As ferrovias sempre foram um nó importante no desenvolvimento do país e nunca deslanchou porque tem muitos riscos na fase de construção.

O resultado agregado é, contudo, frustrante, pois o investimento continua muito baixo. A ligação entre a agenda de investimentos e privatizações, por exemplo, não é direta. A privatização é uma transferência de um ativo público para o setor privado. Em alguns casos, os ativos transferidos precisam ser administrados de forma mais eficiente, com incorporação de novas técnicas de gestão ou direcionamento do plano de negócios. Em outros casos, podem ampliar o investimento do país. Mas os valores em discussão são baixos tendo em vista o tamanho da economia brasileira.

Os dados da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base) mostram que o Brasil está entre os países que têm a maior participação privada no total do investimento da economia. Existem, portanto, limites para avançar, mesmo reconhecendo que melhorias devem ser perseguidas.

Os investimentos públicos não podem ficar permanentemente abaixo da depreciação do estoque de capital como nos últimos anos. Isso é desleixo e falta de compromisso. Não se trata de ser intervencionista; mesmo em economias mais liberais, isso não acontece.

É importante reconhecer os avanços e ter clareza dos desafios que estão postos para se apresentarem boas soluções. Ignorar essas questões não ajuda. Muitas vezes, os economistas se preocupam em provar suas teses, mas em discussões práticas isso atrapalha.

Há acadêmicos que, a despeito do baixo déficit primário de 1,1% do PIB para 2022, apontam para uma situação de insolvência no médio prazo. Há fundamento nisso?

O Brasil tem um grande desafio fiscal. A dívida tem trajetória insustentável e, ao mesmo tempo, a sociedade demanda mais serviços públicos, mas não parece disposta a financiar isso. Em uma economia que não cresce, esse conflito distributivo se torna insuportável.

Não tenho expectativa de que consigamos produzir avanço significativo no próximo ano, mas espera-se que o próximo governo consiga trazer alguma contribuição. Alguns temas têm amadurecido, como a necessidade de se buscar uma regra fiscal mais sustentável depois da fratura do teto de gastos. A reforma administrativa também passou por um debate, apesar de não ter avançado.

É muito difícil resolver essas questões sem algum aumento de carga tributária. Espaço existe: a tributação no Brasil incide pouco sobre a renda, é muito ineficiente e mal distribuída. A carga tributária caiu bastante nos últimos 5 anos.

Não estamos em quadro de insolvência, mas é preciso melhorar bastante, até mesmo porque, à medida que se avança, cria-se uma outra visão sobre o país, de que está progredindo. Isso cria perspectiva.

É fato que o Mapa da Fome aumentou e o governo Bolsonaro, noves fora o interesse eleitoreiro, cria o Auxílio Brasil no valor de R\$ 400 reais, que termina em dezembro de 2022. O ex-presidente Lula mencionou R\$ 600 para amparar os 30 milhões de miseráveis. Isso é factível, tendo em vista que o Orçamento da União é de R\$ 1,6 trilhão, sendo que as despesas discricionárias não passam de R\$ 100 bilhões. Como aumentar as verbas para programas sociais, saúde, educação e infraestrutura com um orçamento carimbado, que obriga prefeitos a gastarem o dinheiro com despesas inúteis?

É muito difícil encontrar uma forma sustentável de ampliação do programa assistencial nos moldes do que foi o auxílio emergencial. Mas o programa assistencial deve ser ampliado tanto em termos de valor do benefício quanto em termos de cobertura. A inflação está alta e a pobreza aumentou nos dois últimos anos. Uma boa meta seria ampliar o orçamento do Bolsa Família, agora Auxílio Brasil, de R\$ 34 bilhões para algo mais próximo de R\$ 70-80 bilhões.

As reformas administrativa e tributária ficaram para 2023. Você acha possível melhorar, por exemplo, em temas como a taxa de tributação e de dividendos, apoiada até por grandes banqueiros. Como se sabe, a medida foi abolida por um governo social democrata em 1995 e mantida por governos mais à esquerda e mais à direita. A contrapartida seria a redução do IRPJ, que causou protestos nos estados. A tributação com a redução do IRPJ tem um efeito neutro?

A discussão da reforma administrativa está contaminada pela percepção de que parte dos problemas do país está no funcionalismo público, que tem salários elevados. Isso é verdade, em alguns casos; certamente não em todos. Ao longo dessa discussão fiscal desenvolveu-se a ideia de que para o país melhorar, alguns grupos precisam perder e que o problema está sempre no outro. Na prática, os grupos que perdem são sempre os mais vulneráveis.

O princípio norteador da reforma administrativa deve ser a profissionalização da gestão pública. Isso passa por uma política de recursos humanos, que envolve a folha de salários e uma Previdência mais racional, como o Estado se organiza para prestar serviços melhores para a sociedade e como adotar tecnologias mais eficientes e poupadoras de mão de obra.

A taxa de lucros e dividendos sempre foi vista como uma medida importante para termos uma tributação mais progressiva e para oferecer mais recursos e reequilibrar as contas públicas. A renda obtida por meio de lucros e dividendos do 0,1% mais rico do país equivale a 58% da sua renda total. Ou seja, 58% da renda do 0,1% mais rico do país não estão sendo tributados.

Para a carga não ficar muito elevada, a tributação de lucros e dividendos deve vir acompanhada da redução da tributação na empresa. A proposta do governo alinharia o sistema brasileiro ao que se vê no resto do mundo. Infelizmente, o andamento no Congresso não foi positivo, e esse é um tema que ficará para a frente.

Você tem acompanhado a situação financeira do estado do Rio de Janeiro. Mesmo com todos os esforços do secretário Nelson Rocha em reduzir a despesa e a ajuda da bonança do petróleo, a dívida, com todo o rigor, é pagável? É preciso encontrar mecanismos para que o estado ganhe mais fôlego para atrair investimentos e, com isso, ter

condições de refinar a dívida em um prazo mais longo? Qual é o nó górdio?

Veja a situação do Rio de Janeiro: um estudo recente mostrou que as despesas do governo voltaram para o nível de 2008. Isso é muita coisa, e quem faz isso não está brincando com as finanças do Estado. No último mês, aprovou-se uma reforma da Previdência e uma reforma administrativa.

O Estado do Rio está buscando uma forma de se viabilizar. É importante reconhecer esse tipo de esforço e pensar sobre suas consequências em um estado que precisa investir para a economia voltar a crescer e que não é possível ficar vários anos sem reajustar os salários dos servidores.

Mesmo com todo esse esforço, é difícil ver o estado gerando um fluxo de caixa para pagar a dívida. Olhando os números e todo o esforço já feito, me parece que essa dívida deveria ser reestruturada. O Regime de Recuperação Fiscal foi ampliado para que o Rio de Janeiro continue sem ter que pagar a dívida. Com o tempo as coisas vão ficando mais claras para se adotar uma solução permanente.

Para piorar a situação fiscal, há economistas que defendem para 2022 uma taxa Selic de 12% em meio a uma economia em desaceleração. Você acredita que o aumento de juros é a melhor solução para pôr a inflação no centro da meta, já considerando que preços administrados tendem a subir com menor intensidade e, com isso, a inflação poderá ter uma curva declinante? Ao longo da história, os juros foram bons para os rentistas.

O cenário de inflação ficou muito ruim e devemos terminar o ano com a inflação ao redor de dois dígitos. Algumas pressões devem se manter no primeiro semestre. Somando a questão inflacionária decorrente dos choques de oferta, do câmbio e da incerteza fiscal, temos condições financeiras muito adversas em uma economia que não se recuperou e o desemprego segue elevado. O Banco Central acelerou o aperto de juros, mas a dose, a meu ver, começa a ficar exagerada. Se a inflação não ceder nos primeiros meses do ano, o Banco Central talvez se veja na situação de ter que ser mais gradualista. A economia brasileira não precisa de mais uma recessão.

A imunização em fins de novembro vai aumentar o emprego no comércio, ainda que persista um índice grande de informalidade. É possível pensar em queda do de-

semprego, mesmo reconhecendo que a taxa tem um fator estrutural, apontado pelo economista Luiz Guilherme Schymura em artigo no Valor?

Sim. A normalização cria condições para que a economia se recupere, mas a velocidade é muito incerta. É possível termos queda do desemprego com desaceleração econômica porque a normalização se dará em empregos de baixa produtividade ao passo que as condições gerais, que seguem negativas, podem afetar os demais setores da economia, que já operam próximo da normalidade. O quadro é muito incerto e os prognósticos inspiram cuidado e serenidade.

Se o Paulo Guedes fosse seu aluno – não esqueça que ele se graduou na UFMG, tão conceituada quanto à UnB onde o você dá aula – passaria de ano? Por favor, fique à vontade para responder ou não, com toda a sua isenção.

Essa é uma boa provocação. O cargo de ministro requer mais do que bom treinamento em economia. É preciso saber lidar com o mundo da política, ter uma boa leitura do que é possível fazer e como lidar com as adversidades. Além disso, é importante montar uma boa equipe e ter capacidade de liderança.

Existe uma perspectiva errada de que é papel do ministro da Economia manter sob controle o poder político ou que ele seria responsável pela estabilidade. Sem dúvida, ele contribui para isso. Mas, em última instância, esse é o papel do grupo político no poder. Quem não entende isso, costuma ter dificuldades.

18 de novembro de 2021

POR QUE A DÍVIDA DO ESTADO DO RIO É IMPAGÁVEL E O QUE ENSINA KRUGMAN

Nos anos 1980, vigorou um poderoso movimento conservador nos Estados Unidos, cujo núcleo era composto pelos “supply-siders”, que combatiam as teorias de John Keynes e defendiam o corte de impostos para os mais ricos. Os déficits orçamentários foram brutais no fim do segundo mandato de Ronald Reagan. Esses agentes frequentemente eram presença constante em talks shows dominicais ou programas matinais. Eram compostos por economistas renegados e jornalistas de segunda linha. Agora, surgem os adeptos da redução draconiana de dívidas como se fosse possível decepar investimentos em meio a uma grave crise social.

Tome-se o exemplo do estado do Rio, que atravessa uma delicada crise fiscal desde 2014. A dívida bruta de R\$ 172 bilhões – um pouco maior do que a fortuna da família Joseph Safra na Suíça – é impagável, mesmo tendo cumprido o primeiro regime de recuperação fiscal, encerrado em 2020. Registre-se que há uma negociação em curso com o Ministério da Economia que esbarra em profundas divergências. Desde 2018, as despesas do Rio de Janeiro caíram 11,2%, o funcionalismo não recebe aumento desde 2014 – à exceção de policiais militares – e a arrecadação é robusta. O nível da despesa é o mesmo de 2008. A venda da Cedae, a companhia de águas e esgotos, por meio de concessão, vai atrair algumas dezenas de bilhões, entre o negócio e o ingresso de novos investidores.

O acordo para a adesão do segundo regime de recuperação fiscal se encontra em fase crítica. A visão das autoridades do Rio é a de apostar em uma negociação exequível da dívida de tal forma que o programa de investimentos de R\$ 17 bilhões até 2023 (Pacto RJ, no âmbito de 22 setores) gere receitas suficientes para aumentar a arrecadação e, com isso, iniciar o pagamento da dívida de forma crescente e sustentável – R\$ 1,4 bilhão no próximo ano. No plano de recuperação, o governo estadual planeja obter receitas de R\$ 100 bilhões em dez anos, o que inclui um conjunto de 13 medidas, com o Pacto RJ. O Tesouro Nacional tem uma visão diferente: não aceita que a despe-

sa de capital fique fora do teto de gastos e é duro quanto ao reajuste do funcionalismo público, que acumula uma perda real de 35%. Não à toa os melhores quadros saem do Rio de Janeiro em busca de convênios no âmbito público em outros estados. Da mesma forma, o Tesouro Nacional não aceita como ativo um fundo de recebíveis, de R\$ 44 bilhões, constituído pela dívida ativa – cerca de um terço do montante do débito reconhecido. Na visão do Tesouro, o Rio de Janeiro seria obrigado a desembolsar, em 2022, o valor de R\$ 7 bilhões, partindo do pressuposto de que teríamos inflação zero neste ano – na verdade, o IPCA deve fechar perto de 10%.

A dívida é impagável. Nós somos contrários a uma moratória, mas queremos uma negociação que deixe o estado respirar e, ao mesmo tempo, promover os investimentos necessários – diz o contador Nelson Rocha, secretário estadual de Fazenda enquanto almoçava no Centro do Rio, no restaurante Málaga. A poucos metros dali, o retrato do outrora centro financeiro do país: mendigos na calçada na tarde quente da primavera.

Para dar pinceladas à la Salvador Dali, uma informação relevante, cara leitora e caro leitor: o maior devedor é a Petrobras, com R\$ 9 bilhões, sem contar o débito que ainda está na esfera administrativa. Sim, a estatal que produziu o maior aumento real dos combustíveis da história do país deve um Maracanã em dinheiro empilhado.

Rocha, de 62 anos, está calejado com situações de crise. A pior foi nos últimos seis meses de 2002, quando a petista Benedita da Silva assume o manche, no lugar de Anthony Garotinho, que ficou em terceiro lugar nas eleições presidenciais. Garotinho raspou o cofre antes de deixar o Palácio Guanabara, pagando antecipadamente dívidas, o que levou a não ter o dinheiro para honrar o salário do funcionalismo. Foram meses dramáticos até a vitória de Lula.

Garotinho, Moreira Franco, Luiz Fernando Pezão e Sergio Cabral fazem parte da lista de ex-governadores presos, sendo que Moreira foi em razão de supostos malfeitos no governo Temer (2016-2018).* E o penúltimo governador, Wilson Witzel, sofreu o impeachment, tendo sido o pior desde 1975, quando houve a fusão dos estados da Guanabara com o do Rio. E como um experiente contador, sabe que o dinheiro roubado é uma dízima periódica, noventa e nove fora o dilema moral, frente à gastan-

ça de gestões desastrosas e à queda no preço da cotação do barril de petróleo, que desabou de US\$ 80 para US\$ 27, entre 2014 e 2105, num curto espaço de tempo. Adepto da teoria keynesiana, Rocha fala com uma pitada de sarcasmo enquanto come um bife suculento: “O Tesouro Nacional sofre da Síndrome de Estocolmo: apanhou tanto do FMI, nos anos 1980 e 1990, que virou o próprio FMI”. Nessa síndrome, o sequestrado se identifica com o seu raptor, em uma relação afetiva e respeitosa.

O problema do estado do Rio não reside na arrecadação, que, por qualquer base de comparação, 2019 ou o atípico 2020, apresentará aumento de dois dígitos em 2021, já descontada a inflação. O nó górdio se concentra na receita, que só aumentará com os investimentos. Em um estado conhecido pela fragilidade econômica, violência policial e aumento exponencial de grupos milicianos, que atuam no setor privado, chama atenção a reforma da Previdência e o fim do triênio para o funcionalismo.

Para aumentar a arrecadação, o Rio de Janeiro quer desenvolver um ambicioso plano concentrado na economia verde – o Brasil tem entre 30% e 40% dos créditos das emissões de carbono do planeta –, atraindo o mercado financeiro para a negociação desses créditos, que incluirão o hidrogênio verde. O Estado atua como indutor do desenvolvimento, deixando para os entes privados o verdadeiro protagonismo. Com isso, quer abraçar a oportunidade e evitar a tragédia ocorrida no passado, quando o Rio de Janeiro perdeu a indústria farmacêutica para os mineiros e deixou a indústria do plástico se concentrar em São Paulo, mesmo fornecendo a matéria-prima por meio da Rio Polímeros. Apesar dos solavancos, o estado ainda é o segundo PIB do país, ficando à frente de Minas e muito distante dos paulistas. Os empresários bilionários Beto Sicupira e Ronaldo Cezar Coelho apostam alto na cidade ao investirem na Light, a distribuidora de energia. E as petroleiras instaladas veem um cenário otimista desde que seja equacionada a dívida – o prazo termina em fins de dezembro.

Ninguém fala abertamente, mas circula a informação no próprio Ministério da Economia de que a avareza do Tesouro faz parte de um teatro bem encenado, dado que é impagável o débito em condições normais. Até o garçom que serve o cafezinho para o ministro carioca Paulo Guedes sabe que em janeiro de 2023 haverá uma mudança radical, independentemente do vencedor do pleito presidencial – Lula, Bolsonaro ou Moro/Doria. Caberá ao novo presidente fazer um grande pacto federativo e pôr em prá-

tica uma reforma tributária que dê mais folga aos novos governadores e evite que um estado submerso em graves dificuldades fique com apenas 25 reais dos 100 arrecadados pela União. “Nós até entendemos que, para o equilíbrio fiscal e social, precisamos colaborar com estados mais pobres. Mas a nossa situação é muito difícil. Não somos e jamais seremos o patinho feio do Brasil”, afirma Rocha, durante o cafezinho.

Quem ganhar a eleição no Rio Janeiro sabe que estará em uma situação em que não há espaço para mágicas nem para “análise econômica de elevador”, como ensinou Paul Krugman, no seu clássico “Vendendo Prosperidade – Sensatez e Insensatez Econômica na Era do Conformismo”.

A travessia fluminense, com o aumento exponencial da miséria, não pode se transformar no esforço de Sísifo, que, em vão, empurrava uma pedra até o lugar mais alto da montanha, de onde ela rolava, anulando o esforço do personagem da mitologia grega.

**O estado de Illinois (EUA) teve quatro governadores presos. O último deles era ligado ao democrata Barack Obama. Isso confirma a tese de que roubo e falcatura não têm ideologia. Nem por isso Chicago, a capital, deixou de funcionar com eficiência.*

1 de dezembro de 2021

UM VELHO COMPANHEIRO ESTÁ DE VOLTA: O JURO REAL

Não se assuste: você foi engolfado pela “Sessão da Tarde”, que já foi uma campeã de audiência da TV Globo, com a exibição de filmes B, que se repetem todos os anos – há quem acredite que a emissora vá levar ao ar “A volta dos que não foram”! O velho amigo é o juro real por conta do retorno de uma velha senhora: a inflação.

Definitivamente, o Brasil, com o seu Banco Central independente, voltou a ser o antigo Brasil e abandonou os punhos de renda da Inglaterra e dos juros muito baixos. O tom agressivo do BC não surpreendeu quem está acostumado aos ciclos econômicos do país, que, de vez em quando, acomoda também uma crise cambial, como ensinou um grande economista. Os R\$ 100 bilhões de redução da dívida pública ao ano vão se evaporar para a alegria dos rentistas, formada por um pequeno naco da elite, o que penaliza o capital produtivo e causa o chamado efeito riqueza.

Desde junho de 2020, a taxa Selic era negativa, descontando a alta dos preços. “O juro real mensal é apenas uma forma de fazer uma caricatura do quanto o aplicador pós-fixado perdeu no país. Essa sequência de perdas reduz a confiança do investidor aqui, que pede mais prêmio (mais juros) para a frente. Dezembro será o primeiro mês de ganho real do CDI, desde junho do ano passado”, afirma o gestor Felipe Padua, da Pacifico Asset, sediada no Leblon, no Rio.

Economistas e analistas, de modo geral, erram suas previsões de longo prazo, pois os cálculos preditivos se baseiam em algumas informações erradas, e as oscilações de preços de commodities, provocadas pela desorganização da economia mundial, são um outro ingrediente de incerteza. O Banco Itaú cravou, há muito tempo, recessão em 2022, mas o Ministério da Economia aposta em uma expansão bem acima de 1% e de um crescimento de 5% neste ano. Governos, por definição, precisam manter o tom otimista e podem mesmo mentir, como já ocorreu no passado na Inglaterra, onde o ministro das Finanças negou qualquer mudança no câmbio e, dias depois, a libra teve uma forte desvalorização. O caso emblemático levou à absolvição do ministro, pois

a mentira fora um estratagema para defender o interesse público. No lado contrário, economistas da oposição tendem a traçar um quadro sombrio, buscando variáveis que sustentarão as suas teses.

Quando começou a pandemia, março de 2020, falava-se em revolta social e queda do PIB de 10%. Até mesmo instituições sérias fizeram previsões erradas, mas não movidas por má-fé, mas, sim, diante dos números disponíveis para dar embasamento ao cenário futuro. De fato, o Brasil teve um desempenho muito melhor do que as economias desenvolvidas – o auxílio emergencial e outros programas injetaram R\$ 400 bilhões na economia, elevando o déficit primário para 10% do PIB –, e o ano de 2021 trouxe alento às empresas, embora termine sob o signo da incerteza, o que já obrigou BC a ter uma mão mais pesada. O governo central precisa agir de forma a evitar o gargalo do investimento direto estrangeiro. O Brasil tem um grande mercado consumidor, e o investimento externo necessita de garantias institucionais para fazer a aposta no longo prazo. Sem previsibilidade, o investidor age com a memória de elefante, o coração de carneiro e as pernas de lebre. Bate em retirada. Não há dúvida de que os candidatos a presidente e as suas respectivas propostas nos campos social, sanitário, ambiental e econômico serão decisivas para uma melhora ou piora dos mercados, que hoje têm mais poder do que um banco central em qualquer lugar do planeta.

De acordo com as projeções da Pacifico, a taxa real de juros, que saiu do campo negativo, atingirá perto de 8% em 2022, sendo que o nível neutro, estima o Banco Central, será alcançado neste mês, o que significa no bom português: a economia terá uma marcha lenta no próximo ano, enquanto a inflação não for para o centro da meta. É, porém, cedo para cravar uma recessão, mesmo com os indicadores desfavoráveis dos setores de comércio e de serviços – responsáveis por gerar cerca de 70% dos empregos. O agronegócio, por exemplo, terá uma expansão de 10%, segundo o IBGE. É um setor que representa algo na faixa de 27% do PIB, tendo forte participação em nossa balança comercial. Nessa mesma batida, o mercado espera maior conforto para o Tesouro Nacional rolar a dívida pública, em 2022, e o déficit primário se aproxima de zero ante previsão de 1,1% do PIB.

Ao lado desses indicadores, é inevitável mencionar o crescimento da fome e da miséria, temas que serão abordados na campanha presidencial, que já está posta na mesa dos brasileiros. Como a coluna é analfabeta em política – deixemos a missão inglória para os competentes Mauricio Moura e Felipe Nunes –, não arrisca um palpite, mas reconhece que houve uma piora no humor dos brasileiros, cara leitora e caro leitor. Até mesmo a inflação da praia disparou, e uma água de coco, um pastel ou uma caipirinha exibem valores que não cabem no bolso do consumidor médio; isso para não falar da conta de luz, que baterá todos os recordes com o verão que promete ter temperaturas elevadas. Como o brasileiro é resiliente, é possível ter esperanças nas eleições para governadores e presidente da República, sendo o diálogo, a negociação, a palavra-chave para pôr o Brasil em um crescimento sustentável, quem sabe de 3% ao ano. Isso não é uma previsão, mas um doce desejo.

14 de dezembro de 2021

EUGENIO SALES, O CARDEAL EMPREENDEDOR DO SÉCULO XX

Eugenio de Araujo Sales nasceu em Acari (RN), 1920, tendo se destacado nos estudos, seja no Colégio Militar, onde foi forjado na disciplina e na hierarquia, seja na formação como padre, obtida um ano antes do prazo. Era um menino precoce. É em Natal que o jovem magro, alto e ainda tímido dá início a uma carreira como pároco, que o fez ocupar, décadas depois, cinco cargos no Vaticano, incluindo o equivalente ao de ministro da Economia, e, por 30 anos, a Arquidiocese do Rio de Janeiro. Não à toa levou a alcunha de o último Príncipe da Igreja Católica. Eugenio Sales faz parte de uma geração de conservadores esclarecidos em contraposição a uma direita do pentecostalismo, que domina parte da igreja e do seu poder empresarial.

Era um monarca da fé, que acreditava na mudança em um país dominado pela miséria – como a região onde nasceu e viveu por muitos anos – e na capacidade de transformação dos mais pobres. Desde jovem, estimulou movimentos ligados aos camponeses, que viviam em condições similares às de populações da África Subsaariana. Os presos, tratados com indignidade, tiveram também a sua atenção na assistência religiosa.

O futuro cardeal Sales, aos 51 anos, vindo de Salvador, estava preparado para dar o grande voo de sua vida. Em 1971, em um dia abafado do verão no estado da Guanabara, Sales, em meio a protestos de quase uma centena de padres, assume o cargo de cardeal arcebispo do Rio. Como o cardeal primaz do Brasil, um dos postos mais cobiçados da Igreja, os padres desconfiavam das ligações do novo mandatário com o regime militar, que, àquela época, fervia mais do que os termômetros cariocas. Era a fase mais dura da ditadura militar, e a patranhada estava à solta, prendendo e matando durante o governo Garrastazu Médici (1970-1974).

Com a visão de um empreendedor e uma habilidade política que aprendeu com o jovem médico baiano Antonio Carlos Magalhães, o ACM, Sales chamou para a sua assessoria os padres mais revoltosos – não por coincidência os de melhor preparo

intelectual – e se aproveita do momento ímpar da Guanabara. O centro financeiro do país, sede de grandes bancos, corretoras e distribuidoras de valores, tinha todas as condições para ter uma igreja viva e moderna. Com celeridade, ele cria uma espécie de subprefeituras – os chamados vicariatos – e dá uma voz de comando como quem está no manche de uma gigante corporação privada. Além de um Conselho formado por ex ou futuros ministros de Estado, manteve vínculo com o setor empresarial em uma época de ouro da Cidade Maravilhosa.

Aos números: ao assumir, apenas dois funcionários tinham registro profissional e o caixa era deficitário; ao deixar o cargo em 2001, perto de mil funcionários registrados e um caixa robusto, sem contar os 423 imóveis da Mitra Arquiepiscopal, a gestora católica. Erigiu um edifício moderno, anexo ao Palácio São Joaquim, e o Centro de Altos Estudos do Sumaré, uma espécie de hotel padrão três estrelas, com piscina e suítes, além de um auditório com excelente acústica. Teve a ajuda decisiva do setor privado, especialmente do amigo e construtor João Fortes. Sales herdara uma igreja claudicante em termos financeiros, e deixa para o seu sucessor uma empresa moderna e, ao mesmo tempo, com uma fatia expressiva do mercado da religião. É um retrato inverso ao que ocorre nos tempos atuais, em que os evangélicos, catapultados por seus veículos de comunicação, obtiveram uma expansão jamais vista no maior país católico do mundo.

Como um grande executivo, acordava cedo, nadava na piscina do Sumaré e andava de bicicleta. Antes de o Opala preto transportá-lo rumo à Glória, Zona Sul do Rio, onde fica o edifício João Paulo II, dava as ordens para os subordinados ou falava com autoridades, sempre em busca de manter o equilíbrio em meio a uma ditadura militar e à expansão do seu rebanho. Eugenio Sales tinha muita pressa.

Identificado com a ala conservadora da Igreja, transitava entre os moderados e mantinha um canal direto com o general Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe da Casa Civil de Ernesto Geisel (1974-1979) e de João Figueiredo (até 1981). Nutria desprezo pelos governos Costa e Silva e Médici e mantinha restrições ao general Figueiredo – referia-se a seu vice, Aureliano Chaves, para os colóquios informais.

Avesso a entrevistas – limitava-se a esporádicas declarações –, conversava em alto nível com os barões da imprensa, que traduziam suas mensagens sem pestane-

jar, como os amigos Roberto Marinho (Grupo Globo) e Manoel (Maneco) Nascimento Brito, do Jornal do Brasil, para o qual escrevia todas as semanas.

Era um homem de poucos sorrisos, mas de estratégias política e eclesiástica. As ações e as missões ficavam para os seus auxiliares. Como no caso da intervenção na Diocese de Campos (RJ), cujas missas eram rezadas em latim, nos anos 1980, contrariando o Concílio Vaticano II, de 1961. Uma vergonha para os católicos. Para lá, despachou o seu bispo auxiliar mais conservador, o antigo capelão militar Carlos Alberto Navarro. Em pouco tempo, para a alegria do Papa, a casa estava em ordem, o bispo indisciplinado, afastado, e assim foi evitado um cisma na Igreja, sob os auspícios do francês Dom Sigaud.

Como o visionário Roberto Marinho, o cardeal Sales percebeu os ventos das mudanças e não escondia a sua admiração pelo católico Tancredo de Almeida Neves. A ditadura estava por um fio. Guardava distância do tucanato e do petismo.

Diferentemente do cardeal franciscano Paulo Evaristo Arns, o progressista da Arquidiocese de São Paulo, Sales não divulgava as suas ações em favor dos direitos humanos. O importante, dizia, era a eficácia ou a entrega, como se diz no jargão do mercado. Com pragmatismo e senso de justiça, evitou que mais de 4 mil prisioneiros políticos das ditaduras do Cone Sul saíssem do Brasil – argentinos e chilenos, em sua grande maioria. É provável que até hoje essas famílias rezem por aquele cardeal sisudo. As conversas com o amigo Golbery resolveram o impasse, tendo o apoio das Nações Unidas. Foram semanas de grande tensão no Palácio São Joaquim.

Com esse mesmo pragmatismo, freou uma das maiores violências contra os pobres: a expulsão de moradores da favela do Vidigal. O seu fiel escudeiro e advogado onipresente, Heráclito Fontoura Sobral Pinto, que defendeu presos políticos no Estado Novo (1937-1945) e no ciclo militar (1964-1985), propôs que fosse feita uma aerofotogrametria do morro. Era uma prova de que as favelas existiam, embora não constassem do antigo Plano Diretor da cidade e à margem da Lei de Uso de Ocupação do Solo Urbano. Cerca de um terço da população carioca morava em comunidades, mas fazia parte do universo dos invisíveis, tema hoje na moda. Feita as imagens e uma ação civil pública, a Igreja ganha a causa, e o condomínio de luxo, que começou a ser

planejado em uma das vistas mais deslumbrantes da cidade, foi destruído. A ironia era que o arquiteto comunista Oscar Niemeyer fora contratado para o empreendimento, sem saber, naturalmente, do ato vilipendioso que expulsaria cerca de 200 famílias de seus barracos. A famosa missa de João Paulo II, o polonês Karol Wojtyła, no Vidigal, em julho de 1980, foi um ato de desagravo. Na ocasião, Sales não deixou que a verdadeira motivação política viesse a público. Afinal, a sua fé em Cristo e devoção à Nossa Senhora eram a prova inequívoca de que protegera os pequeninos, como dizia o seu amigo Hélder Câmara.

O cardeal agia nas sombras e não escondia o entusiasmo com a expansão de suas pastorais – das mais convencionais até a de favelas, trabalhador, saúde e carcerária. Por dentro da indumentária do cargo, ele exibia o olhar vibrante nas procissões em homenagem a São Sebastião, padroeiro do Rio, cujo ato religioso, dia 20 de janeiro, paralisava parte da capital. O amor à cidade e ao santo foi estampado na nova catedral, inaugurada em 1979, com vitrais e arquitetura arrojada.

Como um verdadeiro CEO, aceitava o mecanismo de participação na Igreja, tal como definido pelo Papa Paulo VI, mas se recusava a seguir as mesmas regras da sociedade civil: a Igreja não é uma democracia, que é o amálgama de nossas instituições. Aqui dentro a palavra final é a do Pastor, que segue as diretrizes de Roma.

As mudanças nos anos 1980 obrigaram o cardeal a ceder a algumas posições; mas, como dirigente de uma organização, não se curvava a opiniões ou aderiu a novas teorias. Com Sobral Pinto e outros, cerrou fileiras contra a Teologia da Libertação; porém, ao mesmo tempo, promoveu, no Sumaré, encontros para debater grandes temas nacionais, reunindo expositores que apresentavam ideário divergente, o que incluía comunistas e ex-presos políticos, já incorporados ao ambiente do novo Brasil. Para ele, era um grande brainstorming, cujas conclusões resumidas eram endereçadas às autoridades competentes. A imprensa tinha acesso aos participantes apenas no encerramento do encontro. E o cardeal não interferia nos dois dias de debates, falando com brevidade ao fim do seminário. Apenas ouvia.

Dom Eugenio, como ele se definiu, era “parco em elogios” e, por isso, tinha horror a assessores medíocres. Em boa medida, aceitava o contraponto, des-

de que não caísse no dogmatismo. Os encontros no Sumaré, em pleno regime de exceção, demonstravam o espírito público, evitando o “nós contra eles”. Certa vez, o midiático juiz Alyrio Cavalieri, em uma reunião fechada do Conselho Pastoral, pediu ao cardeal que interferisse junto à TV Globo para censurar a exibição de filmes brasileiros depois da novela das oito, sob a alegação de pornografia. Sales ouviu com educação e deu uma aula de comunicação para o juiz.

“Quando a Igreja e o Papa são atacados pela Teologia da Libertação, eu peço ao Roberto Marinho 30 segundos no Jornal Nacional para defendê-los. Ele sempre me atende. Nesse caso, doutor Alyrio, o pastor conhece o limite dele, sabe até onde pode ir”. E encerrou a reunião. Marinho sabia que a abertura democrática exigia uma programação mais ousada, e o líder católico conhecia a importância da publicidade para custear uma TV com o padrão de qualidade da Rede Globo.

Em outro momento, ao conhecer as precaríssimas condições carcerárias, o cardeal convoca a imprensa, em meados de 1981, durante o único governo estadual do MDB, o partido de oposição ao regime militar. Havia situações sub-humanas no antigo complexo penitenciário Frei Caneca, bairro Cidade Nova. Depois de conversar com os presos e transitar pelas instalações – cheiro de fezes, mijo e água respingando nas celas –, ele concede uma única declaração: “Bandidos não podem tomar conta de bandidos”. Mesmo com a ação enérgica do cardeal, as mudanças foram cosméticas, e, por isso, ele reforçou a sua pastoral carcerária.

Sim, a pastoral lhe pertencia em espírito, da mesma forma que os cinco importantes cargos que exerceu durante o mandato do seu amigo Karol. Sales foi um dos três cardeais do mundo a participar da restrita solenidade fúnebre de João Paulo II.

Engana-se quem pensa que o executivo da fé pensasse em trabalho em suas jornadas de 14, 16 horas por dia. No círculo com amigos ou intelectuais, ele não abria mão de um vício: os charutos Dannemann, cuja fábrica ele evitou a falência quando fora o cardeal primaz, na Bahia. Todos os anos recebia caixas da melhor qualidade do produto.

Há uma foto – perdida no tempo, produzida pela grande angular de Gilda Rodrigues Vieira, uma mulher rica que fez os votos de pobreza e concluiu Jornalismo na

UFRJ – em que Sales, sentado no intervalo de um encontro no Sumaré, dá uma longa tragada no charuto Dannemann. A imagem em preto e branco circulou entre algumas salas do edifício-sede da Arquidiocese do Rio e despertava a incredulidade dos poucos que viram a foto. Gilda ria e era acompanhada por Maria de Lourdes Santos, a Lourdinha, que fora secretária dele desde os tempos em Natal. Ela exibia o outro lado de Eugenio. Relaxada e dona de um sorriso fácil, vivia de forma espartana e era também devota de Nossa Senhora.

Mesmo com todos os percalços da vida intensa, viagens internacionais em profusão sem qualquer luxo, Sales cumpriu à risca os ensinamentos de um servo de Deus e de um líder. Ele fez mais pelos pobres e pelos presos políticos do que muitas organizações não governamentais – nacionais e estrangeiras – que pagam salários generosos a seus dirigentes.

Foi um líder de atitudes, jamais titubeava em qualquer situação. No início de setembro de 1980, celebrou na igreja da Candelária a missa de sétimo dia pela alma de Lyda Monteiro da Silva, secretária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), morta num atentado terrorista da extrema-direita à sede da entidade, na gestão de Eduardo Seabra Fagundes. A carta-bomba era endereçada ao grande advogado. Em novembro seguinte, de acordo com o FGV CPDOC, recusou-se a receber a Medalha do Pacificador, que lhe fora conferida pelo Exército, declarando que, embora tivesse apreço pela condecoração, “quanto à recepção da mesma, deixo o assunto para posterior apreciação”. Em dezembro do mesmo ano, manifestou-se preocupado com “a infiltração de ideologias contrárias ao cristianismo” nas comunidades eclesiais de base, declarando, em janeiro do ano seguinte, que na Nicarágua a Igreja vinha sendo “utilizada de forma astuciosa pelos sandinistas para disfarçar seus verdadeiros objetivos políticos e, dessa forma, impedir que haja oposição ao estabelecimento de um regime marxista no país”. O cardeal sempre teve os dois pés na legalidade e jamais aceitou as arbitrariedades do Estado: “O perdão está condicionado a vários fatores. Assim, quem foi condenado por julgamento injusto, tem direito à anistia; quem cometeu crime, dentro dos padrões normais que regem a sociedade, pode merecer essa mercê, mas não tem o direito de exigí-la”, disse.

O último Príncipe da Igreja morreu em 2012, aos 91 anos, sem deixar sucessores à altura. As longas prosas com Golbery, ACM, Petrônio Portella, Tancredo, Marco Maciel, Celio Borja, Sobral Pinto, Marcílio Marques Moreira e tantos outros se perderam em algum chalé da memória, mas ficaram as lições de que é possível dar resultados em favor dos mais pobres sem fazer alardes na mídia ou adotar posturas radicais – à direita ou à esquerda. A virtude está no meio, dizia São Tomás de Aquino, e esse foi um dos lemas do grande empreendedor da Igreja Católica.

22 de dezembro de 2021

A GRAVÍSSIMA CRISE FISCAL NO RIO E A NEGOCIAÇÃO POSSÍVEL

O Tesouro Nacional trava uma queda de braço com o governo do estado do Rio de Janeiro, no âmbito do regime de recuperação fiscal, o que traz à tona o antigo debate entre políticas públicas ortodoxas e heterodoxas. A ausência de um consenso faz lembrar do ensinamento contido no ensaio do entendimento, do filósofo liberal John Locke, que exemplifica com o marinheiro que sabe a extensão de sua linha. Ele tem clareza de que ela não pode alcançar toda o oceano, mas é suficiente longa para orientar a sua viagem, preveni-lo de esbarrar contra escolhos.

Quando conhecemos nossas forças, ensina o filósofo, saberemos melhor o que intentar com esperanças de êxitos. Ao que tudo indica, o Tesouro e o estado do Rio podem bater em pedras submersas no fundo do mar com tanto vigor que o próximo governador terá no seu colo uma bomba, que, se explodir, jogará estilhaços em toda a União em 2023. A principal crítica do Tesouro é o fato de o Rio de Janeiro, beneficiado pelo regime especial desde 2017, propor aumentos salariais aos servidores públicos.

No rigor da lei, o Tesouro está certo, pois o estado teve um alívio de R\$ 92 bilhões em suas contas, dando fôlego para pôr os salários do funcionalismo em dia e fazer funcionar os serviços essenciais a ponto de obter superávit primário. A dívida total, de R\$ 172 bilhões, é impagável, assim como a imposição de honrar com R\$ 24 bilhões neste ano, no caso de descumprimento das regras da recuperação fiscal. Colapsa os serviços públicos e paralisa os negócios, piorando ainda mais a combalida economia fluminense, que sofreu muito com a recessão iniciada em 2015, intercalada com alguns picos de baixíssimo crescimento, e a pandemia.

Por sua vez, reajustar o servidor, noventa e três processos para a apuração de irregularidades na execução do regime especial, soa como um privilégio, por mais que os governantes fluminenses – três deles foram presos por atos ilegais no exercício do cargo e um quarto por suposto malfeito no governo Temer – tenham sangrado os cofres públicos, contraindo dívidas bilionárias. Erros do passado não podem justificar

medidas corretivas do presente. Da mesma forma, por mais que o Rio de Janeiro seja prejudicado no esquizofrênico sistema de recolhimento de impostos, a mudança só pode ser feita por meio de uma ampla reforma tributária – a última data de 1966, comandada pelo advogado Gilberto de Ulhôa Canto.

Independentemente de disputas políticas, como explicar a um servidor que, em razão de o regime vigorar desde 2017, ele não pode ter aumento e ficará por nove anos sem qualquer reajuste. É evidente que as autoridades precisam encontrar um mecanismo legal para a atualização salarial. Taxar como bandalha ou um termo mais chulo qualquer reajuste de muitas categoriais é simplificar o problema. Seria como congelar a verba da saúde em plena crise sanitária ou cortar o orçamento de infraestrutura diante de uma catástrofe causada pelas chuvas em nome do ajuste fiscal. Os salários, de modo geral, são baixos, e profissionais qualificados saem do Rio em direção a estados que oferecem uma remuneração competitiva.

O governo Rio tem razão que o problema não pode ser tratado como uma simples equação de receita e despesa e, com isso, provocar o caos na máquina pública. Não se trata de um botequim. Por definição, estados não entram em recuperação judicial. Mesmo o monetarista mais empedernido sabe que o interesse público se sobrepõe a regras ultrapassadas, que possam causar enorme dano a uma comunidade. O mesmo vale para o teto dos gastos. O senador José Serra propõe que o teto seja um instrumento – e não o fim – de uma meta a ser cumprida dentro da trajetória para a obtenção do equilíbrio e sustentabilidade da dívida pública. A PEC 182 cria um sistema periódico dos gastos públicos e evita malabarismos com o pagamento dos precatórios por parte do Ministério da Economia, o mesmo que agora torpedeia a proposta do governo fluminense. Com isso, longe de justificar um erro grosseiro com o outro.

Fora da negociação política, conduzida de forma republicana, dificilmente o Rio de Janeiro e o Tesouro encontrarão uma solução exequível para ambos os lados. Dívida boa é aquela que pode ser paga sem prejuízo do interesse público. Fazer conta de aritmética rudimentar ou tola é aumentar o conflito distributivo, que piorou durante a pandemia, engrossando a fileira de pobres e miseráveis nos grandes centros urbanos.

É obrigação do Estado, ensinava o economista John Keynes, prover os seus cidadãos com uma vida digna.

O Tesouro Nacional tem razão ao apontar ilicitudes no regime, assinado em 2017, e se opor a mudanças que poderiam suscitar interpretações políticas – o governador Claudio Castro, aquele que tem um vozeirão como cantor de gospel, é eleitor de Jair Bolsonaro. Isso não significa, porém, deixar de pensar grande, calcular a linha na medida certa, como ensina Locke, e evitar uma situação catastrófica em 2023, no segundo maior estado da federação. Em meio a essa situação crítica, a coluna quer saber onde estão as lideranças empresariais do Rio de Janeiro. Há uma desconfiança de que permaneçam escondidas atrás de uma árvore frondosa, que projeta uma grande sombra para se refestelarem da gravíssima crise fiscal do Rio, no escaldante verão carioca. “La dolce far niente”, como diria o jornalista Ricardo Boechat.

26 de janeiro de 2022

A INDÚSTRIA REJEITA O SUBSÍDIO. BASTA CORTAR OU ZERAR O IPI

Os economistas liberais, no século passado, foram ardorosos defensores do modelo agrário exportador em contrapartida ao pensamento desenvolvimentista. O empresário e historiador Roberto Simonsen, o patrono da indústria brasileira, apreciava terçar armas com o engenheiro Eugênio Gudín, o fundador do curso de Ciências Econômicas do Brasil, e liberal de quatro costados. O Brasil, acreditava Gudín, tinha vocação agrícola e, para isso, ele se amparava na teoria das vantagens comparativas. Criticava o protecionismo concedido à indústria nacional e insistia na tecla da produtividade.

Simonsen, ainda que com alguns tropeços, se ancorava, nas mais altas esferas de conselhos de políticos públicas, em um modelo que buscava a independência do Brasil frente a nações desenvolvidas e, mais tarde, desembocaria na substituição das importações no ciclo militar. O fato é que o ministro da Economia, Paulo Guedes, um ex-professor por vocação e um ex-banqueiro por necessidade, preparou um decreto que concede redução de 25%, 50% ou mesmo zera o IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados). Não é pouca coisa. Seria uma bolada de R\$ 45 bilhões, cuja decisão depende de frear maluquices como a PEC dos Combustíveis e outras traquitandas populistas. O percentual dependerá da responsabilidade fiscal do Congresso e do Executivo.

Os números são alarmantes. Ano passado, a corrente de comércio exterior bateu o recorde de US\$ 500 bilhões e um superávit robusto. Mas os produtos manufaturados – aqueles que geram emprego com boa remuneração e carteira assinada – tiveram um déficit de US\$ 111 bilhões. O próprio Guedes ficou surpreso com o tamanho do rombo ao ser informado por empresários, em janeiro. As exportações desses produtos atingiram magros US\$ 76 bilhões, em 2021, o mesmo número de 2006.

O Brasil andou para trás, pois a indústria, além de oferecer inovações e cadeias produtivas de alto valor agregado, é um importante amortecedor para um país pendurado nas commodities – o setor primário é responsável por 60% das exportações. Num átimo, o mesmo petróleo, minério de ferro e soja, que vivem hoje momentos de euforia,

podem sofrer um grande revés, e o Brasil perderia dezenas de bilhões de dólares em pouco tempo, com impacto também na arrecadação dos estados produtores.

No apogeu, a indústria, observa a economista Paula Perdigão, pesquisadora do FGV Ibre e doutoranda na UnB, a indústria atingiu 30% do PIB e hoje está pouco acima de 10% – algo equivalente à participação do estado do Rio, que convive com um gravíssimo endividamento. Perdigão cita a enorme capacidade da indústria de geração de empregos formais com renda elevada.

Tome-se o exemplo da construção civil, que obteve crescimento exponencial em plena pandemia e atraiu uma grande gama de serviços, incluindo os de projetos de engenharia e de urbanismo. Perdigão menciona a Sondagem da Indústria, que contém dados desde outubro de 1966 – índice de confiança, a situação atual e as expectativas, disponíveis.

A série histórica impressiona pela longevidade em um país ainda com muitos gargalos em estatísticas.

Venilton Tadini, que participou do complexo programa de privatização iniciado no governo Collor, é o presidente executivo da ABDIB, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, vê com desdém as críticas infundadas de economistas que identificam na indústria um mar de protecionismo. Ele fala com a autoridade de quem participou do processo de abertura comercial no governo Collor, um avanço sem precedentes no chão de fábrica.

O executivo, como outras fontes ouvidas pela coluna, comunga de um modelo que funcionou como um triturador de empregos: câmbio apreciado e juros elevados. FHC e Lula fizeram essa opção com motivações diferentes, mas é fato que a desindustrialização ganhou dimensões superlativas. As lideranças empresariais que têm o poder da caneta, recursos abundantes, assistiram e aplaudiram os respectivos governos, não vendo que o trem caminhava para o precipício. O Sistema S foi omissivo diante da hecatombe.

O investimento em infraestrutura, de 1,7% do PIB, soa como um acinte à inteligência. Países desenvolvidos não investem menos de 4,5% e o Brasil, anos 1970, chegou ao percentual de 6%, o que propiciou a criação de Itaipu e Tucuruí, entre outros grandes

empreendimentos. Os novos marcos regulatórios em diferentes setores, como ferrovia, saneamento e gás, podem atrair centenas de bilhões de reais. Cara leitora e caro leitor: evite a propaganda enganosa. Dos R\$ 80 bilhões de investimentos contratados para as ferrovias autorizadas, somente a metade será efetivada e ao longo de anos. Tadini apoia o investimento do Estado na veia, todos os anos, independentemente das bem-vindas concessões e autorizações.

O estoque em infraestrutura é de 34% do PIB, enquanto na Índia e China alcançam, respectivamente, 58% e 76% do PIB. Para não ser desonesto, aos números positivos engendrados pela dupla Guedes-Tarcísio Freitas: no triênio 2019-2021, foram realizados 115 leilões com a geração de R\$ 125 bilhões em outorgas e expectativa de R\$ 500 bilhões em investimentos nos próximos anos.

Sem o Estado, é muito difícil o soerguimento da indústria. É como acreditar em Papai Noel ou em duendes. Aos números: em transportes, há a necessidade de investir anualmente 2,26% do PIB, mas o investimento (dado mais recente) não passa de 0,31% do PIB, incluindo o setor privado. Mesmo o dinheiro aplicado em saneamento, que resultou na venda da antiga Cedae, conhecida pela eficiência de seus técnicos e pela gestão temerária, é baixo.

Como se sabe, saneamento forte e transporte massivo melhoram, em larga escala, a produtividade e a saúde, o que dará grande economia ao SUS e à rede privada de hospitais. No início do governo Lula 1, foi deflagrada a chamada Operação Tapa Buracos nas estradas federais. Os cabeças de planilha imaginavam que estariam economizando os poucos recursos discricionários (sem verba carimbada) do Orçamento da União. Ocorre que aumentou o número de acidentes leves e fatais, o que causou um rombo no sistema de saúde pública, além de produzir histórias tristes.

Por qualquer ângulo, a indústria recolhe muitos impostos, ainda que haja regimes especiais, como o do setor químico. Estima-se que a carga tributária ultrapasse a casa dos 45%, algo inimaginável para uma economia emergente. Se houver, como no passado, juros de 20% ao ano e dólar na lona, o quadro é desolador. Não há como concorrer com produtos chineses.

A redução ou mesmo um programa de extinção do IPI vai trazer enormes benefícios na receita e aumentará a arrecadação, estima o Ministério da Economia.

De tabela, ampliará os empregos formais. A Zona Franca de Manaus, idealizada pelo liberal Roberto Campos, terá um tratamento especial para sobreviver aos novos tempos. Campos foi o guru de Paulo Guedes, no antigo IBMEC, anexo do MAM (Museu de Arte Moderna, no Aterro do Flamengo) e depois no Centro do Rio. “A indústria brasileira está sob fogo cerrado, afundando. Nós precisamos reindustrializar o Brasil com a redução do IPI”, disse Guedes à repórter Adriana Fernandes.

A propósito: Gudin e Simonsen eram grandes amigos e, depois dos embates, aproveitavam a noite para se divertirem em boas companhias. Homens elegantes que aceitavam a convivência de opostos. Eram tempos de um Brasil cordial. Gudin morreu em 1986, aos 100 anos, sem assistir à vitória da sua tese, enquanto o industrial falece aos 59 anos, em 1948, e viu a largada da indústria, com a siderurgia e o nascimento da petroquímica com Alberto Soares de Sampaio.

18 de fevereiro de 2022

AOS MESTRES, COM DEVOÇÃO E GRATIDÃO

Dois grandes expoentes da Economia completariam 87 anos e 90 anos. Respectivamente, refiro-me a Mario Henrique Simonsen, morto de 1997; e Paul Singer, falecido em 2018. Ambos fizeram mais pelas ciências econômicas do que muitos profissionais que resumem a complexa atividade econômica a uma conta de cabeça de planilha, enaltecem em demasia o superávit primário, mas ignoram o gravíssimo conflito distributivo. Singer, um demógrafo de mão cheia, foi um ativo participante de debates organizados pelo antigo Jornal do Brasil, do fim dos anos 1980 até setembro de 1997, o Balanço Mensal. Já Simonsen, nos áureos tempos, fazia questão de iniciar as suas intervenções com a chegada de Singer, que vinha de São Paulo e, àquela época, já mantinha fortes ligações com o PT. Eram tempos cordiais em que participavam os notáveis professores da PUC-Rio, Ibrahim Eris, Paulo Guedes, Antonio Barros de Castro, Aloizio Mercadante, além dos cientistas políticos Wanderley Guilherme dos Santos e Sergio Abranches. Mas, afinal, qual a relação desses pensadores, vivos ou mortos, com o mundo dos negócios?

Singer insistia no conflito distributivo, no que era ouvido com muita atenção por economistas liberais. Há uma vasta literatura sobre o tema, mas, em tom simplificado, pode-se dizer que a inflação, um imposto caro para os pobres, desencadeia um grande desequilíbrio entre o que os empresários esperam para a sua rentabilidade e o salário real médio idealizado pelos trabalhadores. O conflito, na melhor tradução, é um indutor do agravamento da concentração de renda, com a qual, infelizmente, o Brasil convive há décadas, seja por um sistema tributário que beneficia os detentores de capital, seja por um aparato de benefícios fiscais em favor de grupos de interesse variados – de empresários a sindicatos. O mestre Mario Henrique ouvia o colóquio de Singer, entre tragadas no seu cigarro Free ou Galaxy – na juventude fumava o Lincoln, uma espécie de estoura peito, como ele definia.

Ao ingressar no Mapa da Fome, o Brasil pode perder centenas de milhares de consumidores, o que, por sua vez, vai afetar de forma brutal as grandes redes de varejo, que obtiveram resultados invejáveis na pandemia. Sem contar as perdas humanas e o agravamento do sistema público de saúde. Perde-se dinheiro com políticas públicas ineficazes da mesma forma que se ganha riqueza com o acerto das autoridades econômicas, o que eleva a arrecadação tributária.

Os programas de concessões, mudanças em marcos regulatórios, redução de IPI e aperfeiçoamento de mecanismos institucionais são bem-vindos, mas ficam mal ancorados na ineficiência de programas que deixam ao largo os pobres ou o exército de 30 milhões de trabalhadores informais, todos mal remunerados e com uma formação precaríssima. A conta ainda será feita com precisão, mas é fato que os dois anos de pandemia, completos agora em março, atuaram como uma foice nos ensinos fundamental e médio das crianças nas escolas públicas, o que terá como reflexo óbvio uma queda sem precedentes na produtividade, tema caro a muitos economistas liberais de verdade. Basta estudar o caso da Coreia do Sul, tão citada por especialistas nos anos 1970, um exemplo de políticas bem engendradas.

O economista americano Glenn Hubbard costuma resumir em um aforismo o caminho do fracasso: a queda na produtividade dos investimentos tem como resultado grandes aumentos de impostos. Como não é possível mudar as estações do ano para otimizar o financiamento agrícola, da mesma forma a ausência de investimento em infraestrutura – como foi tratado na coluna interior – contribui para frear a produtividade, que depende ainda de formação. Não adianta estudar em profusão, aproveitando a grande oferta barata ou gratuita de cursos online, se não houver uma ponte com aquilo que o mercado demanda no momento. Fazer um curso, por exemplo, de bombeiro civil é mais eficiente do que estudar aplicações em eletromecânica. O mesmo vale para aperfeiçoamentos mais refinados em TI, finanças ou engenharia robótica. Cursos de mestrado e doutorado, ainda que muito qualificados, podem trazer desalento ao aluno, que se empenhou anos a fundo para obter a formação. Um grande empresário, que aos 40 anos está antenado com todas as modernidades, admite que muitos jovens

querem conhecer logo o chão de fábrica em vez de se dedicarem quase dez anos em longa formação de especialização.

Os mestres Simonsen e Singer eram inclinados a essa vivência, embora, por razões do seu ofício, admiravam a formação. O que eles sabiam é que um aprendizado mais focado na prática pode trazer mais benefícios do que anos de estudo. Muitas vezes, o Estado investe mal em educação, adotando a famosa moral harzard – um benefício mal-empregado traz prejuízos para os cofres públicos. Ou, na linguagem objetiva de Wall Street: é quando alguém pega o seu dinheiro emprestado e não é responsável por ele.

Há uma farta literatura sobre o risco moral – na tradução literal – e abrange governos de todos os matizes ideológicos. Basta ver recursos bem-intencionados em moradia popular – no governo Lula, o programa Minha Casa Minha Vida foi um enorme sucesso. Ocorre que, hoje, em muitos apartamentos no Rio de Janeiro, os prédios são controlados por milicianos, que cobram condomínios extorsivos para quem ganha um salário mínimo ou está sem emprego. As políticas públicas sem uma atuação integrada, como diria o engenheiro Eliezer Batista, geram um péssimo benefício e agravam as combalidas finanças públicas. É muito boa para o empresário da construção civil, da mesma forma que programas como o Fies fizeram a farra dos empresários da educação. O Pronatec é outro exemplo de desperdício, de acordo com estudo do FGV Ibre. É para esse ponto de vista que convergiam Mario Henrique e Paulo (o Paul é da Áustria, sua terra natal), que buscavam, de forma permanente, uma âncora que pudesse trazer bem-estar social. Não à toa ambos eram inimigos figadais dos juros altos e do câmbio apreciado.

No livro “Ensaio” (Leya, 2010), Truman Capote descreve o ator Humphrey Bogart como “um homem sem crises temperamentais, não sem temperamento, e, por entender que a disciplina era a melhor parte da sobrevivência artística, ele durou, deixou a sua marca”. Fazendo uma licença poética, pode-se afirmar que os dois economistas deixaram as suas marcas ao formarem gerações e grandes ensinamentos para seus alunos. Era o prazer de dar aula, de fazer o bem-querer.

Nesse período momesco, sem o carnaval de rua, é mais um motivo para lembrar de mestres caridosos e dedicados ao ensino de qualidade.

Observação: Criado pelo jornalista Flávio Pinheiro, no JB, o Balanço Mensal ganhou grande impulso com a jovem editora Miriam Leitão, em 1988.

Além de MHS, havia uma grande presença de economistas da PUC-Rio, alguns, seus ex-alunos. No período 1994-1997 (Lauro Jardim no início da partida e, a seguir, este signatário), o debate incorporou outros economistas, como Ibrahim Eris, Barros de Castro, Paulo Guedes, Carlos Ivan Simonsen Leal, Aloizio Mercadante e os convidados especiais José Luiz Bulhões Pedreira, Roberto Campos, José Genoíno e Jacques Wagner. Hoje, a Exame, o Estadão e a Folha produzem debates de alto nível com a enorme vantagem da tecnologia, o que amplia a democratização da informação.

27 de fevereiro de 2022

A ECONOMIA NA ENCRUZILHADA E AS INCERTEZAS DA GUERRA DE PUTIN

Os indicadores preditivos têm muita importância na ciência econômica, com a diferença de que trabalham com variáveis imprevisíveis até no campo da geopolítica; contêm previsões, por vezes, com o mesmo comportamento errático do personagem Aleksei Ivanovich, de “O Jogador”, de Fiódor Dostoiévski. O erro e o imprevisto são duas grandes variáveis, que potencializam o risco e podem comprometer previsões de boa-fé; não embutem a lógica de um problema na sala de aula de Física ou de Matemática. As previsões para 2022 variam de uma recessão de 1% a uma expansão de 0,7% do PIB ante um crescimento de 4,7%, de acordo com o FGV Ibre em 2021; ou um pouco acima de 5%, segundo projeções oficiais.

É evidente que a guerra de Vladimir Putin já provocou alta em commodities que afetam os alimentos. Mas dois grandes fatores impactantes na alta dos preços – combustíveis e a tarifa de energia elétrica – estão bem equacionados. Além de um projeto no Senado, é provável que a Petrobras segure os preços, como o fez FHC 2 e parte da era petista. Os fertilizantes são um problema à parte, pois afeta o agronegócio, que corresponde a quase 30% do PIB, além do aumento do trigo e do milho.

De todo modo, o conflito distributivo permanece em temperatura alta desde 1980, com intervalos de melhoria no início deste século.

Analistas do Eurasia Group apontam para uma queda de 11% no salário real médio neste ano, mas houve uma grande expansão do emprego com carteira assinada, tomando sempre por base janeiro de 2020, quando houve a mudança no critério. A produtividade do Brasil é baixa, e há uma farta literatura sobre o tema. Dos 100 milhões de trabalhadores, apenas 40% têm carteira assinada.

Adolfo Sachsida, ex-secretário de Política Econômica e atual assessor especial de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, tem a fala pausada. Aos 49 anos, é um dos mais influentes conselheiros do ministro Paulo Guedes. Ao contrário do chefe, mede as palavras antes de emitir uma opinião, para desespero dos jornalistas que

estão atrás de frases impactantes – as manchetes. Ele não cai em casca de banana, como se diz no jargão jornalístico.

A taxa de desemprego cede mês a mês e pode ficar em um dígito se o Brasil ingressar na endemia da Covid-19, como previu o insuspeito Instituto Butantan, a partir de junho/julho. Não se sabe se o carnaval terá um afeito negativo na crise sanitária.

Boa parte do aumento do emprego se deve ao setor de comércio, cuja remuneração, na média, é bem inferior ao de outros segmentos da economia. Esse é um problema estrutural, da mesma forma que a ausência de investimento do Estado em infraestrutura é uma tragédia de 30 anos. Investimos menos de 2% do PIB, e, em tempos de bonança, as autoridades econômicas, mesmo com toda a boa intenção, concentraram os esforços no consumo ou em programas sem o devido retorno do investimento. Houve acertos na responsabilidade fiscal no início do governo Dilma 1. As pedaladas fiscais são um caso à parte.

É uma enorme estultice, porém, acreditar que governos mais à esquerda são irresponsáveis no equilíbrio fiscal e os conservadores primam pelo superávit (economistas liberais fizeram uma análise sucinta dos erros orçamentários cometidos, anos 1980, por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, duas grandes lideranças conservadoras). Da mesma forma, é pura má-fé atribuir à direita o valor da liberdade, enquanto o da igualdade seria pela esquerda, escreveu Denis Lerrer Rosenfield, no Estadão.

Sachsida, como economista aplicado, sabe que o desemprego estrutural do Brasil – tema estudado nas academias – é um grande empecilho para o crescimento com distribuição de renda com vistas a criar uma classe média pujante, tal como receita Guedes há uns 40 anos. Não será agora nem no próximo governo que o problema será sanado, pois depende de um conjunto de políticas públicas que estimulem o emprego e protejam os direitos de trabalhadores e estimulem empresários, sem engessar a engrenagem econômica com benefícios que, na prática, aumentam a informalidade, trazendo graves prejuízos à Previdência Social, o maior programa de distribuição de renda, segundo Luiz Guilherme Schymura, que estuda com afinco o tema produtividade; pauta obrigatória para Eugênio Gudim quando funda, há 71 anos, o Ibre e cria o

sistema de contas nacionais, hoje calculadas pelo IBGE, um centro de excelência de servidores públicos.

A incerteza tende a se elevar em ano eleitoral, observa, Ana Carolina Gouveia, do FGV Ibre. Ela afirma que o Indicador de Incerteza do Brasil (IEE-Br) atingiu, em setembro do ano passado, o pico anterior ao da pandemia. Ocorre que, em janeiro e em fevereiro, já com a elevação dos juros e a instabilidade em economias desenvolvidas, que admitem exageros nos estímulos monetários, houve um recorde de ingresso de recursos estrangeiros na bolsa de valores, fazendo com que o dólar recuasse para R\$ 4,99. Caso não fosse a insana invasão da Rússia na Ucrânia, o dólar poderia recuar para R\$ 4,80.

O ministro Paulo Guedes fez um périplo junto a grandes bancos e investidores internacionais para mostrar que o Brasil, entre muitos países, oferece as melhores condições para o retorno do investimento e está amparado em medidas que estimularam o crescimento em infraestrutura – os famosos marcos regulatórios, já citados nesta coluna, sem contar a nova lei de licitações, o BC independente, entre outras.

Guedes, um ex-banker, sabe que o capital é apátrida e covarde: vai em busca do porto seguro.

A inflação, aponta o Banco Central, terá o seu pico em abril/maio e, a partir daí, recrudescerá, sem ainda contar os efeitos da guerra de Putin. Luiz Roberto Cunha, economista e decano da PUC-Rio, nota que a queda pode chegar a 1,5 ponto percentual apenas com a mudança da tarifa de energia elétrica, em razão do aumento dos níveis dos reservatórios e do clima mais ameno de outono.

Os técnicos do governo e analistas independentes apostam que a alta dos preços ficará em 5,6%. À Bloomberg, Guedes cravou 5%, a metade da de 2021. O Ministério da Economia, que, em breve fará nova revisão do PIB, continua a prever um crescimento próximo de 2%, contrariando muitos analistas. Estima-se em 1,8% a nova previsão. Vão errar mais uma vez, vaticina Guedes ao comentar algumas análises de bancos e casas de investimentos, como ocorreu em 2020 e 2021.

“Com a pandemia e a desorganização da cadeia industrial mundial, não é possível fazer análises preditivas usando como modelos a Curva de Phillips e a Regra de

Taylor”, afirma Sachsida. “Nós tivemos um choque de oferta sem precedentes”. Basta olhar para a gigante cadeia de montadoras, que ficaram sem chips. Havia demanda forte, mas a ausência de componentes paralisou a indústria. É preciso olhar para a famosa crítica de Robert Lucas, o economista americano da Universidade de Chicago, laureado com o Nobel da Economia em 1995: “Os fatores microeconômicos têm enorme influência na macroeconomia”, lembra Sachsida.

Com a palavra, o ex-ministro Delfim Netto, na Folha, naquele mesmo ano:

“Há muitas dúvidas sobre todas essas proposições, sobre a própria concepção da ‘expectativa racional’ (que envolve uma particular definição de ‘racionalidade’) e sobre o futuro da nova economia clássica. Mas não há a menor dúvida de que Lucas obrigou os economistas a encarar de outra forma não apenas a macroeconomia, mas a política econômica. Esta é vista hoje como uma espécie de jogo entre os agentes privados (que aprendem) e o governo (que tem propensão a enganar), e onde, portanto, a credibilidade é fator essencial. É por isso que as expectativas não se formam no passado, mas alcançam o futuro.” Sobre o governo, Delfim fala com a experiência de quem foi ministro da Fazenda e do Planejamento em três governos militares. Não havia democracia barulhenta nem rede social.

Mal comparando com o fenômeno da superinflação: início dos anos 1970, em um debate no antigo BNDE com pensadores de variadas tendências, foi aventada a hipótese de que a alta dos preços tinha um componente inercial, dado o alto nível de indexação da economia brasileira. Não bastavam medidas clássicas de políticas monetárias, como juros altos, para combater a alta dos preços. O mundo estava próximo da primeira grande crise do petróleo, em 1973. O fato é sobejamente conhecido: depois de seis planos de estabilização fracassados – alguns com problemas técnicos ou influenciados pelos políticos –, veio o Real, em 1994, precedido pela URV, uma moeda de curso legal sem poder liberatório, na definição concisa do advogado José Luiz Bulhões Pedreira. A conversão da URV para a nova moeda teve grande adesão do público. E a inflação volta a níveis baixos, trazendo ganhos de renda para os mais pobres. Dois grandes bancos de varejo não resistem à nova realidade e quebram no segundo semestre de 1995.

O governo pode ter razão quando afirma que os antigos modelos, como aquele com mais de 100 variáveis utilizado nos anos 1970, são ultrapassados. A guerra de Vladimir Putin com a Ucrânia vai afetar o equilíbrio. Um exemplo singelo: dos US\$ 5,7 bilhões importados pelo Brasil da Rússia, os fertilizantes respondem por US\$ 3,7 bilhões. O potássio, mineral-chave para o agronegócio, é um deles, e o Brasil tem enorme déficit de uma commodity que viu o preço da tonelada subir na pandemia de US\$ 250, início de 2021, para US\$ 800 em fevereiro deste ano. No encontro com Putin, Bolsonaro abriu negociação para a construção de uma fábrica com base em fornecimento de fertilizantes, em Três Lagoas (MS), da mesma forma que o governo do Amazonas estimula uma grande empresa situada a 120 quilômetros de Manaus. Sem contar, a alta do trigo e do milho, que podem ter impacto no curto prazo, mas a guerra pode ser mais rápida do que se imagina, afirmam especialistas.

E se o petróleo subir para US\$ 125 em razão da guerra de Putin, uma espécie de Stálin equipado com todos os modernos instrumentos do sistema capitalista? E, segundo jornalistas independentes da Rússia, sócio indireto da estatal Gazprom e da petroleira Rosneft – presente na Bacia do Solimões, AM –, da qual a BP anunciou o desembarque – ela detém 20% da companhia.

O novo PL 16, que tramita no Senado Federal e trata dos combustíveis, agrada ao governo pelas mudanças que não causam danos à economia. É evidente que os obsessivos pelo teto dos gastos públicos farão críticas; mas, de modo geral, a coluna ouviu dos empresários, executivos e políticos que os avanços se tornam relevantes para a redução dos combustíveis. O senador Jean-Paul Prates (PT-RN) recuou na taxa sobre as exportações do petróleo, medida criticada por seu partido e por políticos que apoiam o pré-candidato Lula. Em linhas gerais, o projeto torna o ICMS fixo, sem com isso afetar o equilíbrio microeconômico e trazer benefícios óbvios para o consumidor. O projeto será votado no início de março e, ao que tudo indica, terá consenso do Executivo e do Legislativo. Vem em boa hora na pressão sobre o aumento dos combustíveis, especialmente o diesel, a gasolina e o botijão de gás.

A propósito: “O Jogador”, com a competente tradução de Rubens Figueiredo, é um ótimo livro para quem aprecia o risco. Retrata a busca incessante por uma lógica que

norteie o acaso e a necessidade de controle, as quais acometem todo jogador inveterado. O livro, como parte da obra de Fiódor Dostóievski, é baseado na vivência de um dos maiores escritores da humanidade. O escritor entrou no “Index Librorum Prohibitorum” do ditador Putin, como fazia Tomás de Torquemada, o líder da Santa Inquisição da Igreja Católica, século XV. Era antissemita. Até recentemente, livros sobre a Teologia da Libertação ficavam escondidos em bibliotecas de arcebispos conservadores.

Observação: esta coluna não tem capacidade para prever as graves consequências no mercado causadas por Putin, que certamente não leu Paul Johnson: “Erros lógicos – eles fazem sentido mas podem estar errados”. Eu visto a sandália da humildade se o mundo viver uma grande crise financeira com a volatilidade dos mercados. A coluna prefere manter o otimismo realista. E tomar riscos, podendo ser castigada pelos erros. E, por via das dúvidas, vou usar cueca de titânio.

3 de março de 2022

OCTAVIO BULHÕES E AS LIÇÕES PARA PAULO GUEDES

O advogado Octavio Gouvêa de Bulhões, ministro da Fazenda no Governo Castello Branco (1964-1967), falava baixo mesmo nas suas aulas da atual Faculdade de Economia da UFRJ. Mas, em alguns momentos, era sarcástico para a surpresa de muitos interlocutores. Certa vez, um grupo de empresários foi reclamar da política econômica. Com toda a candura, disse: “A falência é purificadora”. Ele sabia que os donos do dinheiro não queriam perder os favores do Estado. Em outro momento, já depois dos 80 anos, em meio à superinflação do governo Sarney, disse que Brasília deixava “os miolos queimados” devido ao clima árido, o que levava servidores públicos do primeiro escalão a tomarem decisões erradas. Bulhões tinha horror ao malfeito e era um professor exemplar – fez um curso de especialização em Economia, em Washington. O ministro Paulo Guedes, que admira Bulhões, parece estar sofrendo da tal doença de Brasília a julgar por suas últimas declarações a uma rede americana, em que dá aula para o presidente do FED (Federal Reserve, o banco central americano).

O ministro da Economia reconhece que foi estabonado ao fazer previsões muito otimistas para as privatizações de estatais e de vendas de prédios e terrenos públicos, o tal do trilhão de reais. Mas seria injusto julgá-lo como um incompetente, dado vários indicadores relevantes, como a expansão do PIB – a maioria dos economistas errou os números de 2020 e 2021 –, os marcos regulatórios, a redução dos juros durante o início da pandemia, o auxílio emergencial e legislações relevantes, como a do gás, licitações e recuperação judicial. Nem é necessário falar da reforma da Previdência nem do Banco Central independente, uma bandeira também de um outro Bulhões – o advogado José Luiz Bulhões Pedreira – e de Roberto Campos.

Ocorre que Guedes, um homem inteligente e fruto da ascensão social nos anos 1970, ignora as graves consequências da insana guerra do ditador Vladimir Putin. A inflação parece que veio para dormir com os brasileiros e a indústria não para de encolher, segundo o IBGE.

Por definição, ministro da Economia precisa ser otimista, mas não pode seguir o receituário da tolice, desconhecer o vendaval internacional. Não custa lembrar do ministro que dizia estabilizar a inflação e deixou para o presidente Collor de Mello a taxa de 5.000% ao ano. Como disse o próprio Guedes em depoimento a este colunista: a inflação é o pior imposto para os pobres e os juros altos são o paraíso dos rentistas.

Não há dúvida de que aumentará o contingente da pobreza. Até o contínuo do Palácio do Planalto sabe disso. Em vez de exacerbar no otimismo, criando a ilusão de que o Brasil tem a inflação sob controle, Guedes, como um ex-banker, deveria afirmar quais os instrumentos dispõe o governo para reduzir o sofrimento da população pobre, que, em breve, engrossará a fila dos açougues para comprar ossos. O economista, que sempre se destacou no setor privado por diagnósticos precisos, cirúrgicos, o que o fez ganhar muito dinheiro – algo digno de mérito para quem veio de uma família humilde – deveria vir a público e anunciar a dura travessia que os brasileiros atravessarão em 2022. Ok, o PIB será positivo, dado o carregamento da taxa de 2021. A renda, porém, ficará concentrada.

Se o velho mestre Bulhões estivesse vivo recomendaria o corte de despesas desnecessárias – aquelas que o Centrão engoliu para fazer obras inúteis em suas bases eleitorais – e uma reforma administrativa. Tomaria medidas duras para reduzir o impacto da inflação no bolso do consumidor. Em momento de guerra, é preciso rever o teto dos gastos públicos e aumentar o déficit público, levando em conta que o resultado fiscal do ano passado foi excepcional – mérito de Guedes, sem o Centrão do ministro Ciro Nogueira, que lidera um time de políticos famintos por dinheiro público.

A guerra é nefasta para todos, à exceção dos vendedores de armas. É evidente que capitais ingressarão no país em busca de um porto seguro, como disse o ministro. Esse dinheiro, porém, vai para a bolsa e não se traduzirá na produção. Mesmo o capital que será atraído com a mudança de marcos regulatórios, como o de ferrovias, é um projeto de dez anos. Como o ministro leu em vários idiomas o maior dos maiores economistas, o inglês John Keynes, no longo prazo todos estaremos mortos.

O fim da pandemia da Covid-19, prevista para meados de junho, traz alento ao retorno da atividade do comércio e de serviços, mas a queda do salário real médio re-

duzirá o poder de compra dos consumidores. É o óbvio ululante, como diria o escritor Nelson Rodrigues.

Hoje, o mais otimista prevê uma inflação de 7,5%, juros de 12% e uma revisão do PIB. A boa notícia é que o ciclo das commodities traz divisas para o país e cria empregos. Nada que se compare à geração de postos de trabalho no comércio e serviços. A favor do ministro, é bom registrar, houve aumento expressivo do emprego formal, tomando por base janeiro de 2020, quando houve a mudança de critério.

Na excelente biografia sobre Beethoven, “Angústia e Triunfo”, escrita por Jan Swafford (Editora Amarilys), é dito “que ele não compreendia as pessoas e pelos últimos quinze anos nem ouvia suas palavras, exceto em suas notas musicais, engendradas dentro do seu próprio mundo”.

Parece que o atual governo tem dificuldade em ouvir os verdadeiros sentimentos do povo. A coluna, sempre otimista com realismo, acredita que o ato de crueldade contra o fotógrafo Orlando Brito, ícone da nossa profissão, tenha sido um gesto dos radicais de Bolsonaro sem a aprovação de Paulo Guedes, um defensor do livre arbítrio. Nem na ditadura militar o saudoso OB – como era conhecido pelos amigos – sofreu tal agressão.

Com todo o respeito, a biografia do empreendedor Paulo Guedes tem mais liga com a do marechal Castello Branco do que com o atual mandatário do Brasil.

A propósito: Octavio Bulhões morreu pobre a ponto de sua viúva, Ieda, não ter dinheiro para comprar remédios. Por meio do FGV Ibre, entidade que fora dirigida por ele, foi oferecido um emprego à viúva com carteira assinada e plano de saúde. Ela, diariamente, ia à Praia de Botafogo, 190, fazer versões de textos para o francês. A FGV preferiu manter o ato caridoso no anonimato.

15 de março de 2022

O DILEMA DO LIBERALISMO E AS AGENDAS DE LULA E DE BOLSONARO

O pensador conservador Patrick Deneen tem uma trajetória destacada ao abordar o colapso do liberalismo. Em um livro clássico, descreve o dilema moral de uma jovem aluna: “Somos meritocratas por um instinto de sobrevivência. Se não correremos para o topo, a única opção que restará é o poço sem fim do fracasso. Como vemos a humanidade e, por consequência, as suas instituições como corruptas e egoístas, a única pessoa com quem você pode contar é si mesmo. O único jeito de se esquivar do fracasso, evitar ser deixado para trás em última instância, é sucumbir ao mundo de causas em nossa volta. Portanto, é ter os meios, a segurança financeira, para poder depender apenas de si mesmo.”

Esse individualismo exacerbado da jovem reflete em um mundo protecionista, permeado por um individualismo sem tamanho, a ponto de influir nas eleições presidenciais de todo o mundo, e de manter uma guerra insana que contabilizará prejuízos internacionais gigantescos, inclusive com a queda de 20% do PIB na Rússia, país que vinha exibindo indicadores robustos, mesmo com a Covid-19.

No Brasil, as eleições presidenciais jogam para um dilema jamais visto na jovem democracia, vilipendiada por alguns militares que não honram a sua farda ao chancelar os horrores da tortura, que afrontam a democracia liberal e o cidadão de bem. E promovem ataques. Desprezam a inteligência. A questão fiscal é o nó górdio da disputa provável entre o futuro presidencial Lula e o atual mandatário.

Lula insiste em um modelo em que é possível rever a reforma trabalhista e aumentar de sobremaneira os investimentos em educação, saúde, cultura e meio ambiente, sem contabilizar as promessas feitas para as demais áreas sociais. Lula fala para o seu eleitorado e está correto em suas promessas; o problema é que o Brasil não é nem de longe o mesmo de 2002, especialmente na piora na distribuição de renda e na queda brutal do salário real médio, segundo o insuspeito IBGE.

Bolsonaro cresce nas pesquisas de intenções de voto em razão do aumento de programas sociais e liberação de verbas para o FGTS, aumento do microcrédito e até mesmo emendas secretas do Orçamento. Ganha mais eleitores porque tem uma comunicação fácil, conversa com as pessoas; enquanto Lula, a julgar pelas aparições na TV, nem de longe lembra o político arrojado do início de século. Lula ficou hermético, palavreado refinado, metáforas incompreensíveis para a grande população que se informa na TV aberta; enquanto Bolsonaro, nos seus arroubos autoritários, domina um discurso simples, frases curtas e diretas. É magnetizante. O governo se beneficiou de alguns indicadores, como o ingresso expressivo de dólares. E ignorou a austeridade dos gastos públicos, o que provocou, por vezes, discordâncias de seu ministro da Economia, a quem cabe zelar pela responsabilidade fiscal.

Não à toa a elite financeira, que chegou a ensaiar o apoio a Lula, opta, a passos largos por Bolsonaro, ainda que discorde de sua agenda de costumes, que lembra uma era vitoriana caduca, ou a de um porre, como foi o tonitruante Jânio Quadros em sua UDN. Não se trata de um dilema moral, mas de um apoio pragmático em contraposição às teses defendidas até agora por Lula, que não consegue ter uma agenda clara para a economia, às voltas de um terremoto sem precedentes em 2023. O petista não explica o que vai fazer com o Orçamento, com verbas carimbadas em mais de 95%. Nem parece o mesmo político que agiu com austeridade fiscal no período de 2003 a 2010.

Hoje, o mesmo Lula vive o dilema de anunciar o fim do teto dos gastos e prometer, mesmo sem bases técnicas, aumentar o orçamento de pastas fundamentais para um país que foi combalido por Bolsonaro, como educação, cultura, meio ambiente e saúde. Será que Lula acredita que, de um momento para o outro, o mundo protecionista – Joe Biden defende a América para os americanos – vai mesmo aportar centenas de bilhões de dólares sem um programa exíguo para o capital externo, uma Taxa de Retorno do Investimento (TIR) compatível com o chamado Risco Brasil?

Mudar a regra com a bola em jogo – para usar a metáfora preferida pelo ex-presidente – vai exigir uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) com aprovação de dois terços nas duas casas legislativas. Por maior que seja a sua votação nas urnas,

será uma tarefa inglória. Já o atual mandatário, está alheio a mudanças, até mesmo porque não deu prioridade à educação – que retrocedeu pelo menos dois anos –, nem à saúde, muito menos à cultura e ao meio ambiente.

O que fica para o próximo presidente é uma dívida fiscal elevada – os estados não repetirão no próximo ano o desempenho de 2022 – além de muitas promessas de atração do capital estrangeiro, em razão do que planeja ser uma longa guerra da Rússia na Ucrânia e de indicadores preditivos surpreendentes. A despeito de muitas previsões, o Brasil pode crescer perto de 1% neste ano, dado o grande salto nas commodities e a regras institucionais dos marcos regulatórios lançados pelo Ministério da Economia, que dão segurança ao investidor internacional, noves fora o grande mercado consumidor. Há grandes oportunidades no cenário brasileiro, apesar das incertezas no mundo, o que alterou a trajetória do dólar e terá um efeito mais intenso no comportamento da inflação dos países emergentes.

As dificuldades são evidentes em um mundo com o agravante, particularmente aqui, do famoso conflito distributivo, como diria o economista Paul Singer, mestre de muitas gerações comprometidas com o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Ninguém quer sucumbir o mundo à sua volta; ou voltar a velhos tempos sem liberdades de expressão ou a vozes benfazejas de autoritarismo. Bolsonaro e Lula sabem que o mundo de conflito armado não se enquadra no porvir. O filósofo Bertrand Russel e o economista Roberto Campos, em momentos diferentes, apontavam para o mesmo dilema: a estupidez está sempre na primeira fila, enquanto a inteligência situa-se na retaguarda para ver. Ou a diferença entre a inteligência e a estupidez é que a inteligência é limitada. O eleitor saberá distinguir quem é mais preparado para decidir os novos rumos do Brasil, independentemente de ideologia à esquerda ou à direita.

O fato concreto é que o Brasil tem pressa, sob o risco de perder a corrida por novas tecnologias, que aumentarão a produtividade, tema hoje crucial no desenvolvimento. Não faltam oportunidades, mas escasseiam projetos estruturantes para um novo Brasil.

27 de abril de 2022

O QUE PENSAM ROGÉRIO BOUERI E MANOEL PIRES SOBRE OS RUMOS DA ECONOMIA

Os economistas Rogério Boueri e Manoel Pires não conviveram profissionalmente com o ciclo militar, muito menos com o período conturbado do governo Figueiredo (1979-1985) em que o Brasil, sob o comando de Delfim Netto, é engolfado pela crise da dívida externa, recessão e uma política econômica torta. É dessa época que nasce o desemprego estrutural, um dos grandes dilemas do país. Boueri e Pires têm visões divergentes sobre a economia, mas em comum possuem dois predicados essenciais na profissão: rigor técnico e honestidade intelectual. Boueri, assessor especial de Estudos Econômicos do Ministério da Economia, tem uma longa passagem pelo IPEA, cursou a EPGE da FGV e concluiu o doutorado pela Universidade de Maryland, em College Park (EUA). Tem como referências o ex-ministro Roberto Campos e os grandes economistas Thomas Sargent, Robert Lucas e Milton Friedman. Os dois últimos são oriundos da Universidade de Chicago, onde o seu chefe fez o doutorado. Boueri, que descende de libaneses maronitas, é um homem pragmático e defensor radical de políticas públicas que erradiquem a miséria, desde que sejam movidas pelo ideário liberal. Boueri foi atleta corredor e, aos 17 anos, bateu o recorde do futuro campeão olímpico Joaquim Cruz. É alvinegro e hoje reside em Brasília.

Manoel Pires tinha oito anos quando foi editado o Plano Cruzado, em 1986. Ali decidiu ser economista – hoje é o coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV IBRE e professor da Universidade de Brasília. Depois de sair da escola, ajudava o pai em uma papelaria em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. No pequeno comércio, usava uma máquina muito comum à época da superinflação: a etiquetadora de preços. Pires ocupou cargos de assessoria econômica nos governos Lula a Dilma 2. Além de Keynes, tem como referência os grandes economistas James Tobin e Paul Krugman. Costuma dizer que, no Brasil, Nelson Barbosa e Luiz Guilherme Schymura pensam fora da caixa e o tiram da zona de conforto. Pires é tricolor de carteirinha, des-

ses que adoram curtir uma vitória sobre o rival Flamengo, mas é respeitoso quando o tema sai do futebol, a ponto de ouvir todas as opiniões divergentes com a paciência dos deuses. Boueri, por um curto período, trabalhou vinculado a ele. Embora ambos tenham divergências, eles acreditam que o Brasil tem solução e todas as condições para a construção de uma nação robusta e com distribuição de renda justa, sem uma política populista.

A pedido da coluna, ambos responderam a questões por WhatsApp, em um rápido pinga-fogo. Para sair da obviedade, não houve perguntas sobre inflação – projetada em 8% para este ano –, nem sobre taxa de desemprego – previsão acima de 10% –, temas que aparecem por minuto na mídia. O curto-prazismo – para usar um neologismo de Pedro Malan – não interessa à coluna.

Por que economistas e instituições de renome, como o FGV IBRE, afirmam que o segundo semestre será pautado pelo desaquecimento, o que pode comprometer bastante o desempenho do PIB?

ROGÉRIO BOUERI

Embora não tenhamos acesso aos modelos e às hipóteses de instituições do mercado para dar explicações detalhadas sobre as projeções citadas, verifica-se que diversos analistas expressam preocupações com o impacto da política monetária na atividade no segundo semestre.

Entretanto, cabe destacar que, pelo terceiro ano seguido e como ocorreu novamente no início deste ano, as projeções da mediana de mercado se aproximaram das estimativas da SPE (Secretaria de Política Econômica) no período de maior incerteza. Essa discussão tem paralelo com a que ocorreu no começo do ano passado, quando a política fiscal foi significativamente contracionista e o mercado sugeriu que no início de 2021 poderia ter uma recessão devido ao “fiscal Cliff”. A SPE se mostrou contrária a esse cenário quando houve o ajuste fiscal e, atualmente, acreditamos que os efeitos do ajuste da política monetária, que em parte já são percebidos, não serão tão negativos

conforme sugerido por muitos analistas. Presume-se que a principal divergência são os impactos positivos na oferta das reformas pró-mercado e da consolidação fiscal.

MANOEL PIRES

Houve um pessimismo exagerado no final do ano passado porque a economia desacelerou de forma expressiva e por conta da mudança do teto de gastos, um evento claramente superestimado pelo mercado. No começo deste ano, as revisões para o PIB ocorreram para cima porque o processo de normalização da pandemia se acelerou, a crise hídrica ficou para trás e as commodities se recuperaram. Quando se olha para a frente a percepção é de que existem riscos elevados de uma desaceleração global na Europa e nos EUA e, no plano doméstico, a normalização da pandemia perderá força, a inflação está muito alta e persistirá por mais tempo, os estímulos fiscais estão mais limitados e as eleições sempre criam algum tipo de incerteza em um contexto de contração monetária. Isso puxa a projeção de PIB para baixo inequivocamente.

A expansão no primeiro trimestre, ainda que ligeiramente abaixo da do mercado, garante uma expansão positiva para 2022 devido ao efeito do carry over?

BOUERI

O crescimento de 1,0% na margem no primeiro trimestre foi superior ao projetado pelo governo federal (0,8%) e pelo último dado disponível do consenso de mercado coletado pelo Focus em 29/04 (0,5%). Dessa forma, o carregamento estatístico (carry over) para este ano é de 1,5%, ou seja, se não houver crescimento do segundo ao quarto trimestre deste ano, o PIB crescerá 1,5%.

PIRES

Devemos ter um crescimento positivo da ordem de 1,5% a 2%, neste ano, a depender da força desses elementos que mencionei. É um número positivo frente à expectativa de recessão que muitos esperavam, mas é muito pouco para um país de renda média como o Brasil. É importante observar que, à exceção dos anos da pandemia, o

crescimento do país se situou nessa faixa entre 1% e 2%, e observamos desemprego de longo prazo elevado e crescimento da pobreza, mesmo com aumento dos programas sociais. A situação é muito delicada e não podemos ficar satisfeitos porque rebaixamos nossas expectativas com relação ao desempenho do país.

A situação brasileira é melhor do que a americana para enfrentar o conflito armado? Por quê?

BOUERI

O Brasil já retirou grande parte dos estímulos fiscais e monetários que foram necessários na recessão da pandemia. Já as grandes economias, inclusive a americana, ainda estão iniciando o processo de ajuste.

Nesse ambiente, desde março, há uma revisão altista das expectativas de mercado para a atividade econômica no Brasil. A melhora da atividade local ocorre a despeito da deterioração nas projeções do PIB nas principais economias, como a americana. Enquanto no início de março, segundo a Bloomberg, esperava-se crescimento nos países desenvolvidos e emergentes de 3,8% e 4,9%, respectivamente, os dados mais atuais (início de junho) indicam que as projeções estão mais que 1 p.p. abaixo das estimativas observadas no primeiro trimestre deste ano. A revisão baixista atinge as principais economias globais, com perda de fôlego em países como os Estados Unidos, China, Reino Unido, México e a região da Zona do Euro.

A melhora no desempenho do PIB brasileiro, por sua vez, vem acontecendo, em grande medida, pela retomada do setor de serviços e ampliação dos investimentos, o que tem se refletido na robusta recuperação do mercado de trabalho.

PIRES

O Brasil tem um problema de crescimento que precisa ser resolvido. Em geral, os economistas defendem reformas, mas não se comprometem com seus resultados. É preciso fazer uma autocrítica porque o desempenho não é satisfatório. No momento, a preocupação maior é com a intensidade da normalização monetária norte-americana porque os países emergentes sempre são muito afetados por isso. Há muito receio

com os efeitos de uma elevação mais forte dos juros, e recentemente o FMI apontou preocupações com o elevado nível de endividamento das empresas. No Brasil, o BC elevou bastante a taxa de juros para se precaver e se posicionou à frente desse processo, o que é positivo.

Até que ponto a guerra na Ucrânia, que deve se estender por um bom período, pode melhorar ou piorar a situação da economia brasileira? Quais seriam as nossas vantagens comparativas e as nossas fragilidades, considerando que economias fortes, como a americana, podem ter dias muito difíceis, como afirmou um banqueiro de investimentos?

BOUERI

O conflito na Ucrânia traz risco que tem sido monitorado. Ao mesmo tempo, devido aos bons resultados fiscais, os novos marcos legais e o país ser produtor de commodities, tem havido redirecionamento de fluxos de investimentos internacionais, migrando dos países em conflito ou com políticas econômicas que não são sólidas para países considerados porto seguro.

O Brasil tem implementado política econômica focada em consolidação fiscal e reformas pró-mercado visando aumento da produtividade, o que atraí novos investimentos privados. Além disso, o Brasil tem expandido sua corrente de comércio, o que denota maior abertura econômica.

Entre as vantagens comparativas, menciona-se que o Brasil tem implementado a política econômica pelo lado da oferta, voltada para aumento da produtividade e sustentação do crescimento. Além disso, conforme discutido acima, o Brasil já retirou grande parte dos estímulos fiscais e monetários da economia, enquanto muitas economias desenvolvidas estão iniciando esse processo.

PIRES

O Brasil é exportador de commodities e se beneficia desse conflito à medida que a demanda pelos seus produtos aumenta. Mas a guerra é recessiva na Europa, e isso é ruim para todos. A situação nos EUA também é delicada e sua economia deve per-

der fôlego, na melhor das hipóteses, com a elevada inflação e piora das condições financeiras. E ainda temos a China, que alterna estímulos econômicos para recuperar a economia e uma política bastante restritiva de lockdown a qualquer sinal de aumento de casos de Covid. Assim, o efeito de curto prazo é bastante incerto, mas existem oportunidades para serem aproveitadas na medida em que a questão energética vai ser vista de forma mais estratégica a partir de outra configuração geopolítica. O Brasil tem muito potencial de crescimento nesse setor, a ser aproveitado na geração de novas fontes de energia, e pode ser visto como um bom parceiro para receber novos investimentos. Isso é algo a ser construído, e a configuração global é favorável a isso.

Observação: o signatário pôs à frente da coluna o assessor especial do Ministério da Economia para manter um justo reconhecimento. O ocupante de cargo público tem maior responsabilidade com o cidadão, pois cabe a ele engendrar os mecanismos para o desenvolvimento sustentável. Ele integra um governo que foi eleito de forma legítima por meio da urna eletrônica, um dos pilares da democracia brasileira. Pires, que já ocupou cargos em governo, conhece os espinhos da missão pública.

7 de junho de 2022

“NÃO HÁ RAZÃO PARA PESSIMISMO”, DIZ PAULO GUEDES. “FATOS PROVAM QUE O BRASIL VAI CRESCER NESTE ANO.”

Em uma tarde quente de verão, às vésperas do carnaval de 2017, o economista Paulo Guedes, então sócio da Bozano Investimentos, falava com euforia da nascente candidatura do apresentador Luciano Huck – Fernando Henrique Cardoso era um entusiasta da ideia. As fortes chuvas naquela tarde fecharam por horas o aeroporto de Congonhas (SP) e Guedes tinha muito tempo para expor com o raciocínio lógico a mesma oralidade dominante nos livros de Guimarães Rosa: “O Trump (Donald) inaugurou a uberização na política, quebrando o modelo clássico partidário. O Huck, com dezenas de milhões de seguidores nas redes sociais, será o candidato que romperá com a política tradicional”, dizia, com entusiasmo, o economista, ao colunista. À conversa animada se juntou, por uma grande coincidência, o fundador do antigo Pactual, Luiz César Fernandes, que o chamou carinhosamente de Paulinho.

Com o naufrágio da candidatura do apresentador da TV Globo, em fins de 2017, Guedes, por uma razão do destino, embarcou na Kombi de Jair Bolsonaro, um outro outsider. O novo ministro da Economia bateu um recorde no cargo, não tanto pelo tempo, como os seus colegas Pedro Sampaio Malan (FHC1 e FHC2) e Guido Mantega (Lula 2 e Dilma 1), mas no número de vezes em que foi demitido pela imprensa. Em um cálculo conservador, Guedes foi dispensado mais de 60 vezes, a primeira delas no segundo mês do governo Bolsonaro, em fevereiro de 2019.

Quando era banqueiro de investimentos, no antigo Pactual, o economista comprava briga com autoridades e órgãos reguladores por meio de suas opiniões coerentes, a ponto de seu sócio dizer com toda a sobriedade: “Calma, Paulinho”. O estilo mineiro de falar – embora seja um carioca de carteirinha –, adquirido pelos estudos nos ensinos médio e superior em Minas Gerais, era pontuado por frases bem fundamentadas do pensamento liberal.

Agora, aos 72 anos, é um ministro matreiro, que prefere não atacar os seus críticos como nos tempos de sua juventude e, à exceção da ligeira convalescença provocada pela Covid-19, põe todo o foco em rodar a economia e criar legislações e marcos regulatórios que possam funcionar como acepipes para os investidores estrangeiros e nacionais. O ministro não nega a continuidade no cargo em um eventual Bolsonaro 2, mas despista. “Isso é outro papo”. E é mesmo, pois o candidato Bolsonaro está ainda muito distante de Lula. Como disse um banqueiro que faz pesquisas de forma rotineira para tomar grandes posições no mercado financeiro, a eleição pode ser decidida às vésperas do pleito de outubro, a não ser, claro, na hipótese improvável de ser encerrada no primeiro turno.

A economista Janet Yellen, secretária do Tesouro dos Estados Unidos e um dos nomes mais reputados na economia internacional, tem a admiração de Guedes. Ela mencionou a fragmentação das cadeias produtivas em razão da Covid-19. Pelo raciocínio de Yellen, os investimentos precisam atender a dois requisitos globais: 1) Logística. Isso significa que é ineficaz aos Estados Unidos fabricarem semicondutores em Taiwan porque está muito distante. Para receber investimento, é preciso estar perto da costa, nearshore, e não offshore. A proximidade é um fator-chave para a produção; 2) No caso da Europa, essa proximidade foi derrubada com a Guerra na Ucrânia, pois é necessário ser amigo, o que passa a ser uma exigência da nova geopolítica.

“E quem está perto dos dois continentes? O Brasil. Pode tanto abastecer os americanos e encher de energia eólica os europeus com a exportação de hidrogênio verde”, afirma o ministro Paulo Guedes, em entrevista ao colunista pelo telefone.

Outros trechos da conversa com Guedes:

“Dessa vez, abre-se uma oportunidade para uma reindustrialização brasileira em cima de novos eixos: energia renovável e segurança alimentar do mundo. Há oportunidades de a Europa acelerar acordos com o Mercosul para garantir a segurança alimentar deles.”

“O Brasil é a grande fronteira para receber novos investimentos, pois já temos R\$ 860 bilhões contratados (no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos). Di-

namarqueses, espanhóis e alemães planejam fazer, em energia renovável, cerca de 10 Itaipus, algo como 150 GW no Nordeste, no offshore.”

“Em que pese a tragédia da guerra na Ucrânia, houve uma mudança na geopolítica e na logística, o que beneficia o Brasil.”

“O Banco Itaú previa uma recessão de 1,5% e agora já fala em crescimento de 1,4% neste ano. Não tenho dúvida: vamos crescer mais rápido durante um ciclo longo.”

“Os fatos têm descredenciado estimativas pessimistas a respeito do Brasil. E falo isso com toda a humildade, pois o tempo me ensinou a respeitar a opinião dos outros, ainda que tenha algumas discordâncias. Gosto sempre de frisar que a grandeza do Brasil está na democracia barulhenta. E insisto no mais Brasil e menos Brasília.”

“A economia não é uma ciência exata. Prefiro não fazer a previsão de crescimento, se é 1,5% ou 2%. Deixo a palavra com o Assessor Especial de Estudos Estratégicos Rodrigo Boueri.”

7 de junho de 2022

A ÂNCORA FISCAL E A INFRAESTRUTURA SOCIAL VÃO GARANTIR A ESTABILIDADE EM 2023

O pensador inglês conservador Michael Oakeshott (1901-1990) foi um crítico de mudanças abruptas na sociedade, o que poderia trazer grandes danos às instituições. Há uma frase dele, pontuada por vírgulas como ondas suaves em um oceano, que cristaliza o seu ideário: «Ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o fato ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica”.

O economista Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, aprecia a sabedoria de Oakeshott ao afrontar posições excessivamente liberais na economia e, por vezes, o que chamou de visão simplista do mercado financeiro. “Pode ser que a nossa institucionalidade não seja boa, mas é preciso mantê-la enquanto não houver a certeza de mudança”, diz. São tempos turbulentos, frenéticos e, às vezes, horripilantes, engrossados pela longa guerra na Ucrânia. Schymura, 61 anos, presidiu a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) do último ano do governo FHC 2 até janeiro de 2004, no governo Lula 1, quando passa a comandar o Ibre, dando grande impulso ao Instituto, fundado em 1951 pelo liberal Eugênio Gudín (1886-1986), o criador do curso de Economia no Brasil.

Como boa parte dos seus colegas, ele considera inevitável a mudança no teto de gastos públicos – “hoje não passa de uma peça de ficção” –, desde que seja mantido o equilíbrio nas contas públicas. Não se trata de uma licença para gastar. Ele defende uma espécie de gatilho no momento em que houver perda de receita. Registre-se que o próprio Ministério da Economia estuda uma nova modelagem para esse instituto. Isso não significa perseguir de forma permanente números robustos de superávit primário. “Isso virou uma tara”, afirma em tom de brincadeira e uma dose de deboche.

A âncora fiscal e a infraestrutura social são, em resumo, os grandes desafios do próximo presidente da República. O novo mandatário abrirá uma grande negociação política com o Congresso Nacional para alcançar o ajuste necessário do teto – haverá a correção pela inflação mais uma taxa do crescimento do PIB em 2022, receita o economista – sem comprometer o gasto público, que teve uma contração no governo Bolsonaro, mesmo com as recentes medidas contidas na PEC das Bondades e no chamado Orçamento secreto.

Para comportar o aumento das despesas com a saúde, a educação, o meio ambiente e a cultura, será criado o novo teto de gastos.

“O país continuará solvente”, diz; ainda que o STF possa obrigar a União a devolver os recursos drenados pelos estados para a redução do ICMS incidente sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

“Eu não sou pessimista”, afirma Luiz Guilherme Schymura, defensor do grande aumento de investimentos públicos em infraestrutura (hoje é de apenas 1,7% do PIB, segundo a ABDIB), independentemente das centenas de bilhões que serão aportados pelo setor privado em razão da mudança em marcos regulatórios, promovida pelo atual governo.

Em conversa com a coluna, ele mergulhou em outros grandes temas da economia, evitando, a todo custo, qualquer tentativa de fulanização da política econômica. Schymura não se enquadra em rótulos e cita o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984): “Não me pergunte quem eu sou nem me diga para eu permanecer o mesmo”.

Reformas

“A reforma tributária dialoga com a eficiência da economia, dando uma racionalidade maior ao sistema de cobrança de impostos e reduz a pressão sobre a indústria. A economia fica mais produtiva. A reforma administrativa tem o papel de aliviar o custo do sistema de serviço público sobre as contas do governo e oferece uma dinâmica moderna na carreira do funcionalismo. Um modelo mais contemporâneo da prestação de serviço público. Há um amadurecimento em relação à reforma administrativa, e será relevante no próximo governo.”

Produtividade

“A produtividade é um problema sério e é afetada diretamente pela grande desigualdade social no país, onde as políticas públicas demoram muito tempo para serem efetivadas. Trata-se de um processo lento de aprendizagem. Veja o exemplo do combate à inflação. O Plano Real (1994) foi um sucesso ao estabilizar a moeda devido a experiências pregressas, que começam em 1986, com o Cruzado. Isso vale também para o Bolsa Família, que começa a sua implantação como um programa social focalizado, ainda no governo Sarney. Foi um processo lento e gradual até chegar no atual estágio. O mesmo vale para o Minha Casa, Minha Vida e muitas outras iniciativas de governos, que passam por correções e aprimoramentos ao longo de anos. Nenhuma delas brota de uma alma iluminada. A reforma da Previdência vem desde os anos 1990 e foi aprovada apenas em 2019», diz ele.

“Há diferentes grupos de interesse. São gastos muito dinheiro e tempo, o que afeta a produtividade, tema muito falado pelos governos, mas, na prática, nada acontece, dada essa grande desigualdade. A reforma tributária contribuirá para uma melhoria da produtividade, que é ridiculamente baixa.”

“O Brasil, infelizmente, vive em função dos ventos, como à espera de um choque de commodities. Se há um vento desfavorável, tudo piora com rapidez. A produtividade vai mal porque é uma agenda complexa de país, a qual não fica restrita à economia. Trata-se de um processo civilizatório democrático, como o combate ao racismo, a inclusão dos índios, a proteção à Amazônia e assim por diante», completa.

Indústria

“A nossa indústria até surpreende pelo resultado, dado que é forte pagadora de impostos (nos últimos 40 anos, o setor encolheu de mais de 30% do PIB para menos 11,2%). A taxa de juros é alta, o que impede o financiamento, pondo a trava no seu desenvolvimento. A pá de cal é que a indústria compete com o agronegócio. É ela quem paga o preço de produção em reais e uma taxa de câmbio apreciada. Na prática, o agronegócio, o minério de ferro e o petróleo fazem muita pressão sobre o câmbio», acrescenta ele.

“A indústria trabalha com um real valorizado, o que a torna pouco competitiva. Insisto: o câmbio fica apreciado em razão dos bens primários. É a conhecida maldição do petróleo: as demais indústrias não conseguem sobreviver em um país onde predomina a produção dessa commodity. O real permanece valorizado não por decisão de um governo, mas pela força do agronegócio, que paga pouco imposto, relativamente, em relação à indústria. Como sobreviver em um ambiente desse? Não há mágica.”

Indicadores

“Há indicadores positivos na economia, como a queda da taxa de desemprego. Note, porém, que a taxa de participação é baixa, há muito subemprego, condições de trabalho ruins, o salário real caiu e as perspectivas para a economia em 2023 não são boas. Essa taxa de desemprego é igual ao mesmo nível de anos atrás? Não, porque o salário piorou. A economia vai crescer 2% neste ano, mas em 2023 a projeção da minha colega Silvia Matos aponta para uma recessão de 0,4%. Pode ser que consigamos crescer 1%, dependendo das medidas de política econômica do próximo governo e de um ambiente internacional neutro. O resultado fiscal de 2022 será bom, mas não é sustentável – há reajuste do funcionalismo represado, a conta do ICMS dos estados (referente às transferências no âmbito da PEC das Bondades). Possivelmente, o STF vai obrigar a União a ressarcir os estados por conta das perdas ocorridas com o ICMS. O Auxílio Brasil continuará em R\$ 600, o que é positivo. Tudo isso pressiona a política fiscal. O governo conteve investimentos em áreas essenciais, como a educação, a saúde, a cultura e a proteção à Amazônia, o que dificilmente ocorrerá em 2023. A pandemia causou uma evasão escolar colossal, o que será perceptível daqui a dois ou três anos”, explica Schymura.

“Eu não imagino o mundo de Poliana. Em qualquer lugar do mundo, o Congresso não é tão generoso, bonzinho, pois precisa atender a interesses específicos pelos quais senadores e deputados foram eleitos de forma legítima. O importante é evitar a turbulência nos mercados com uma dinâmica assertiva do lado fiscal», complementa.

Não é um desafio intransponível. Há muita sensibilidade no país para a questão da pobreza e, ao mesmo tempo, em manter a responsabilidade fiscal. É razoável fazer

concessões, com o aumento do Auxílio Brasil e atender aos caminhoneiros com a redução do preço dos combustíveis. É o jogo da política”, finaliza.

Agenda

“Eu não sou favorável a esta agenda de Primeiro Mundo para o meio ambiente, mas não precisa sair destruindo as florestas, o ecossistema. Há um meio termo. A ideia é explorar de forma sustentável os recursos naturais para gerar o aumento do PIB. Por essa razão, não pode haver a barbárie, com madeireiros e garimpeiros ilegais”, diz.

“Há muitos avanços nas últimas décadas com a estabilidade da moeda em razão do Plano Real, o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o combate a todo tipo de preconceito (raça e gênero). Esse conjunto faz parte de um arcabouço institucional vitorioso. Foram conquistas difíceis que necessitam ficar perenes”, conclui.

16 de agosto de 2022

AS LIÇÕES DE RENÊ GARCIA E DE VILMA PINTO, DOIS ECONOMISTAS NEGROS DE UM ELENCO ESTELAR

Pergunte a uma mulher negra e a um homem negro, ainda que bem-sucedidos em seu ofício, se já foram alvo de discriminação racial. A resposta é aquela que você imagina, tal como aconteceu no século passado, nos Estados Unidos. A música “Strange Fruit”, cantada em 1939 por Billie Holiday, tornou-se símbolo na luta por direitos civis na América. “Os negros são os Estados Unidos, uma mistura de tudo o que consideramos norte-americano: um pouco negros, um pouco brancos, um pouco índios. E o som lento e arrastado de Holiday era o som de seu tempo: as pessoas na época tinham tempo para ouvir histórias...”*

Os economistas Renê de Oliveira Garcia Jr. e Vilma da Conceição Pinto, dois expoentes da profissão, conhecem a dor em suas trajetórias profissionais, mas nem de longe são adeptos de modismos identitários, circunscritos a um pequeno mundo que perpetua, com viés ideológico contrário, o mesmo ódio do repressor à igualdade de gênero e de raça. Renê e Vilma são o retrato da superação em um país em que domina a desigualdade social e racial, apesar de avanços institucionais nas últimas três décadas. Ambos os economistas têm trajetórias diferentes, mas em comum foram forjados na vetusta Fundação Getúlio Vargas, onde aprenderam o rigor técnico, a honestidade intelectual e a ideia de transmitir o conhecimento para novas gerações sem uma visão maniqueísta. Ter a mente aberta para todas as correntes de pensamento.

Renê, atual secretário estadual da Fazenda do Paraná, teve o privilégio de conviver com economistas que formam um elenco estelar – seriam necessárias muitas colunas para descrever cada um deles. Vai de Mario Henrique Simonsen aos estrangeiros Stanley Fischer, Franco Modigliani, Lawrence Klein, Rudi Dornbusch, passando por Aloisio Araujo, Fernando Barbosa de Holanda, Carlos Langoni e os contemporâneos Carlos Ivan Simonsen Leal, Sergio Werlang e Rubens Penha Cysne. E guarda uma grande admiração pelo trio Daniel Valente Dantas, Dório Ferman e Paulo Guedes, com

quem mantém uma ótima convivência profissional. O seu chefe, o governador Ratinho Jr., 22 anos mais novo, o trata, em entrevistas, como o grande mestre da FGV e amigo do ministro da Economia. “A Fundação era uma bolha. Ali eu estava protegido”, diz Renê por meio de videoconferência numa longa conversa em que aparentava grande disposição para os seus 63 anos, depois de escapar da Covid-19.

Vilma Pinto, a primeira mulher a dirigir a Instituição Fiscal Independente (IFI), subordinada ao Senado, vem de uma família de baixa renda e começou a trabalhar aos 16 anos na área de auditoria do Plaza Shopping, em Niterói (RJ), onde nasceu. Quando veio a crise global, em 2008, se interessou por Economia ao assistir os telejornais ao lado do pai, que era pescador e apreciador de notícias. Da TV foi um pulo para conhecer a profissão de economista, desistindo de cursar Administração ou Contabilidade. Vilma deu duro para obter uma formação de excelência na Uerj, tendo trabalhado em um call center como jovem aprendiz enquanto cursava Economia. Teve passagem pelo IBGE na área de inflação (Índice de Preços ao Produtor), caminho que por pouco trilharia na FGV, caso não fosse uma opção inesperada durante o processo seletivo: a oportunidade para estagiar com política fiscal, área que hoje domina com proficiência técnica “A política fiscal é que me achou”, diz.

Como Renê, foi pesquisadora do FGV Ibre e impressionou os seus pares pelo vasto conhecimento de contas públicas. Fez o mestrado na FGV EPGE em economia empresarial e finanças. O seu mentor na Fundação foi o professor José Roberto Afonso. Vilma tem fala mansa e é capaz de explicar um tema complexo como quem troca uma boa prosa durante um café. A sua mãe, que trabalhou como gari, é uma grande amiga de jornada. Renê é agitado, emenda assuntos complexos em variadas áreas do conhecimento. Tem uma biblioteca de 15 mil livros, no Rio, e se orgulha de ter chefiado a colega Vilma, em uma consultoria dada ao governo do Paraná.

Renê sentiria na pele a primeira discriminação em um conhecido banco de investimentos carioca. Fora indicado para o emprego, ainda estudante na EPGE, pelo seu mestre Mario Henrique. O executivo reprovou por sua cor o candidato – que já tinha o status de monitor na FGV Ebape. O velho professor, perplexo com a recusa, tentou contemporizar o jovem talento e, mais adiante, ofereceu uma oportunidade muito melhor.

E continuou a convidá-lo para as tertúlias às sextas-feiras, em sua sala no 10º andar da FGV, ou no seu refúgio nos fins de semana na casa situada na Granja Comary, em Teresópolis (RJ).

A grande discriminação ainda estava por vir, depois de uma trajetória em corretoras e bancos, além da passagem pela CVM – governo Collor –, tendo sido, aos 29 anos, o mais jovem diretor da autarquia. Era um time de feras: Ary Oswaldo Mattos Filho, Luiz Leonardo Cantidiano e Nelson Carvalho. Convocado para ser uma espécie de controller do governo Benedita da Silva (RJ), em 2002, viu a chefe ser discriminada em reuniões com governadores. “Eles olhavam para ela de forma transversal.” Benedita aceitou a indicação do supersecretário também por ser negro como ela. Foram dez meses que mudaram o cenário político. Do caos proposital deixado pelo antecessor Anthony Garotinho, candidato à Presidência da República, veio o saneamento fiscal e a tranquilidade dada à campanha vitoriosa de Lula.

Renê deu um cavalo de pau na economia e, sem qualquer ligação com o PT, foi decisivo na gestão do governo fluminense. Em uma passagem pelo setor privado, em São Paulo, conviveu com o duplo preconceito da Faria Lima: “Eu sou mulato e carioca”. Em uma das reuniões, ouviu de alguns executivos que ele não passava de um boçal. A etimologia da palavra, explica Renê, indica escravo negro, recém-chegado da África, sem falar o português.

O economista deu o troco depois em uma reunião do banco, em que provou o despreparo da equipe, o que se confirmou mais tarde com a mudança e uma promoção conferida pelo novo CEO do conglomerado: um período sabático na França com direito a um curso no prestigioso INSEAD, em Fontainebleau.

Vilma Pinto, de 32 anos, não foi alvo de preconceito direto no seu ambiente profissional, mas conviveu com diversas situações como a de ser monitorada por um segurança em um supermercado. Ou em um shopping center, ao perguntar onde ficava a área gourmet, recebia como resposta se ela estava em busca de um emprego ou se não estava se referindo à praça de alimentação. Em outro momento, ao alugar uma casa de praia, após uma conversa em frente à residência, uma mulher desejou a Vilma

um bom trabalho. Por tudo isso, ela está convencida de que é importante, sem qualquer radicalismo, participar da Rede de Economistas Pretas & Pretos, a Repp.

Os dois economistas convergem para o mesmo ideário quando o tema é política fiscal. Vilma aponta a preocupação com o peso dos juros altos nos gastos públicos – um salto de 3,8% do PIB em 2020 para os atuais 6,3%. Renê, cuja gestão na Fazenda ajudou a atrair R\$ 140 bilhões de investimentos diretos para o Paraná em quatro anos, sabe que a conta da redução do ICMS incidente sobre os combustíveis, energia elétrica e telecomunicações vai chegar no próximo ano, sendo que a Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê a perenidade. “Será preciso uma grande negociação política”, afirma o secretário, prevendo as pressões de grupos legítimos para o aumento de despesas nas áreas da saúde, educação, meio ambiente e cultura. O secretário defende a necessidade de fortes ajustes fiscais nos próximos anos e a inevitável mudança no teto dos gastos, o que, na prática, ocorreu em 2022.

Neste cenário, ele apoia a ampliação dos programas sociais, levando em conta que “60 milhões de brasileiros estão alijados”. Vilma faz a conta da manutenção do Auxílio Brasil em 2023 – na LOA é previsto R\$ 400 ante os R\$ 600 atuais até 31 de dezembro para 21,6 milhões de famílias. “Faltam R\$ 51,8 bilhões”, calcula com rapidez, enquanto concede a entrevista por videoconferência. “A política é determinante para as escolhas certas para a economia, o que significa a inclusão social e o combate à discriminação racial.” Renê Garcia cita uma frase atribuída a Winston Churchill: “Você sempre pode contar com os americanos para fazer a coisa certa – depois que eles tentaram todo o resto”. Ele completa: “O Brasil vai acabar fazendo a escolha certa, desde que combata a exclusão social, que pode se transformar em um forte passivo em termos de representação democrática”.

****Trecho do Prefácio do livro “Strange Fruit – Billie Holiday e a biografia de uma canção”, de David Margolick, Ed. Cosac Naif, 2012.***

9 de setembro de 2022

OS ENSINAMENTOS DO EMPRESÁRIO ANTHONY BOURDAIN, TEMA DE NOVA PRODUÇÃO DA APPLE TV

Anthony Bourdain teve uma trajetória que não cabe em um livro-texto de Stanford ou de Harvard. Montou um grupo de gastronomia, entre um restaurante estrelado, livros e programas de TV, sem a pujança digna de grandes negócios e construiu uma vida pautada pela livre escolha, compulsão, perfeccionismo e uma paixão desenfreada por seu trabalho, entre o amor e o ódio. “É preciso morrer algumas horas por dia”, diz no documentário, que tem como ponto de partida seus inúmeros programas de viagens e gastronomia e está disponível na Apple TV (“Roadrunner”, de Morgan Neville).

Bourdain, dono do icônico Les Halles, na Park Avenue, em Nova York, ficou mais famoso pelo personagem do que pelo restaurateur criativo, que começou a vida como um lava-louça, viciado em heroína, magro e escritor compulsivo. O segredo do seu sucesso contraria os tradicionais manuais de autoajuda de coachs, que se multiplicam como baratas. Nada contra a Blattaria; pelo contrário.

Obsessivo, detalhista e autoritário, por vezes, Bourdain não conseguia entender por que um fornecedor de peixes para o seu restaurante, programado para as 7h, em Nova York, agia com impontualidade. “Eles não conseguem entender a lógica de nossas cozinhas. Meus chefs não se atrasam e talvez por isso sejam uns beberrões.”

Em estado puro, Tony, como era chamado pelos amigos, era implacável no seu negócio e irritadiço com os diretores de TV – ele é o pioneiro da era de grandes programas de cozinha, os chamados máster chefs. Xingava, esbravejava diante de uma pequena falha de um diretor e exigia a mesma precisão que o projetou como um chef e um escritor de best seller, como o “Cozinha Confidencial” (Companhia das Letras, 2016), que ficou por anos na lista de mais vendidos nos Estados Unidos.

O livro tem a pena pesada como a do seu autor ao trazer ensinamentos aos comensais: não comam peixe às segundas-feiras, pois não é fresco; evitem o famoso

brunch de domingo, que será servido com as sobras de comida da véspera; e jamais peça um filé mignon bem passado, apelidado de “assassino” pelos chefs.

Tony Bourdain seguia à risca grandes estrategistas de negócios: saía da piscina quando a água estava aquecida. Dia seguinte, antes de 7h, ele conferia o relatório do seu gerente: brigas, pratos quebrados e algumas coisitas envolvendo homens e mulheres na cozinha. Pancada pura e, às vezes, sexo selvagem.

Por coincidência, um dos mais importantes jornalistas do Brasil, século passado, seguia a mesma regra: deixava a redação de O Globo, na Rua Irineu Marinho, às 18h30. Evandro Carlos de Andrade, o diretor, sabia que era impossível fechar um bom jornal sem erros crassos. Dia seguinte, às 5h30, como um Bourdain, fazia o seu relatório com críticas ácidas.

Um jovem subeditor foi brindado com o lápis vermelho: “A solução encontrada para esta página é de uma burrice exemplar”. Ele tinha razão: é inconcebível um editor não hierarquizar a notícia principal por meio de uma manchete. A chamada página bêbada (três colunas no alto da página) ainda é corriqueira nos dias de hoje. Infelizmente.

Da mesma forma, Tony disparava improperios contra os seus gerentes na busca permanente da perfeição. Ele e Evandro Carlos estariam presos por assédio moral ou seriam vetados como chefes em empresas que supostamente seguem o padrão ESG (meio ambiente, social e governança). Evandro escreveria: “Brasília envia essa babaquice e vocês publicam”.

Era uma denúncia preliminar do TCU (Tribunal de Contas da União), que mereceu a manchete de página, um destaque exagerado. O palavrão era um recado sincero à Editora de Economia e jamais uma forma de humilhação. Era na linha: “Tenham atenção com esta porcaria”.

Bourdain era um homem sensível, que teve ao seu alcance, desde menino, uma literatura de qualidade. No seu famoso programa de viagens, ele se emociona com a cozinha do Vietnã e, como um crítico das redes globais, afirma ao sorver um café maquiado: “Muito melhor do que aquela porcaria servida no Starbucks”, afirma.

O livro “Coração das Trevas”, de Joseph Conrad, um ponto de partida do famoso filme *Apocalypse Now*, de Francis Ford Coppola, foi devorado em sua juventude. Ali es-

tava o roteiro para visitar o Congo Belga, em uma perigosa incursão de seu programa culinário, em que tomou grandes riscos.

Há uma cena ontológica, que vale ser conferida. Nesses programas, ele viajou cerca de um milhão de quilômetros, o equivalente a 26 voltas em torno da Terra. E seguem tiradas preciosas: “Eu sempre ensino aos meus chefs: tomem por dia dez comprimidos de aspirina com Tylenol”. Ou esta: “Uau. Está me pedindo para chutar o saco de Papai Noel na televisão, sabe?”, respondeu no programa de Larry King, a respeito da sua opinião sobre Emeril Lagasse III (um chef celebridade) e os caras do Food Network. Anthony Bourdain comete o suicídio, no auge de sua carreira, aos 61 anos.

O ato solitário, incompressível para os amigos e a família, apenas confirma o gesto de um homem em briga permanente com a sua consciência: morto enforcado, em 2018, sem qualquer uso de droga. Bourdain, que mantinha léguas de distância da política, aderiu ao movimento “Me Too” em razão do assédio que sua namorada sofreu do produtor Weinstein. A decisão surpreendeu, mais uma vez, os amigos, que o definiam como um grande contador de histórias. O documentário está repleto delas.

6 de outubro de 2022

OS RISCOS DE LULA 3 ABANDONAR LULA 1 E 2 E EMBARCAR EM DILMA 2. FAÇAM AS SUAS APOSTAS

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva lembra uma espécie de navio sem rumo, que vagueia pelos mares do mercado financeiro em busca de um porto seguro. Há críticas de todo o lado e o ódio é comum a muitos: desde a ausência de uma política fiscal responsável até uma política desenvolvimentista com resultados.

Apenas a PEC da Transição com licença para gastar R\$ 150 bilhões, ou algo dessa monta, não traz tranquilidade necessária ao novo governo. O ex-ministro Delfim Netto, um sábio que serviu a três governos militares (Costa e Silva, Médici e Figueiredo), costuma dizer que Lula é um animal político de uma inteligência fora do comum. Delfim conviveu com ele e, desde os anos 1960, teve protagonismo como poucos no cenário nacional. É autor do famoso axioma, segundo Dionísio Dias Carneiro (1945-2010): “A primeira missão de um ministro de Estado é continuar a ser ministro”. Delfim sabe como poucos a esquadrihar o poder.

A escolha de Lula de um nome para o cargo de ministro da Fazenda tem a mesma importância da escolha de um outro ministro para uma outra pasta por uma simples razão: Lula já disse que ele será o comandante da economia e, como prova do seu compromisso, cita a sequência de superávits primários em seus oito anos de mandato (2003-2010). É meticuloso, preciso e sabe da importância desse compromisso em atrair capitais nacionais e internacionais.

Diferentemente de Dilma 2, Lula tem maestria em negociar com o Congresso e capacidade de debelar qualquer tentativa de rebeldia que possa gerar um processo de ruptura institucional. Não à toa vai despachar a ex-presidente Dilma Rousseff para a Embaixada de Portugal, que já foi ocupada por Itamar Franco e Paes de Andrade, que ficou famoso por inaugurar a “A República da Mombaça”, no breve interregno em que substituiu José Sarney na Presidência da República. Itamar teve o grande mérito em escolher Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, em 1993. A não ser

pelos importantes laços culturais, Portugal não tem relevância com o Brasil, noes fora a horda de brasileiros que para lá migrou e já está de volta diante da ausência de emprego.

O presidente eleito Lula teve enormes méritos no período em que governou o país entre 2003 e 2010. Dois tucanos insuspeitos, o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros e Dionísio Carneiro (1945-2010), este um dos grandes pensadores do Brasil, reconheceram os méritos do ex-líder sindical. Atribuir à sorte o sucesso dos seus dois mandatos, com crescimento econômico vigoroso, emprego pleno, inflação baixa e superávit primário, é de uma tibieza sem tamanho. Napoleão Bonaparte exigia dos seus generais, além do preparo técnico, algo nada convencional: a sorte.

Lula surfou no ciclo de commodities, mas arrumou as contas públicas de forma irrepreensível. E usou a ortodoxia – remédio amargo – na medida certa e soube manejar, como um bom marinheiro, a engrenagem de programas sociais, ampliando o que fora desenvolvido no laboratório de dona Ruth Cardoso, uma socióloga brilhante e discreta. O Lula 3, a despeito das informações que circulam em diferentes meios, carrega um ressentimento com segmentos da elite, a mesma que agiu de forma festiva com a sua prisão – foram 580 dias no cárcere. O legado de Lula pode ser resumido por um indicador: 32 milhões de brasileiros, segundo o economista Marcelo Néri, da FGV, foram incorporados a uma nova classe média.

O governo que sai – com as estripulias autoritárias do mandatário e do seu partido PL, dirigido por um ex-presidiário – deixou indicadores relevantes como a queda do desemprego de 14,3 para 8,3%, o aumento do emprego formal, na agenda social (auxílio emergencial e um Bolsa Família ampliado) e uma série de mudanças em marcos regulatórios, que atraíram o setor privado para grandes investimentos em infraestrutura, como em ferrovias. Isso sem contar os avanços em saneamento básico, nova lei de licitações, de recuperação judicial, a reforma na Previdência e um Banco Central independente. O governo não avançou mais em quesitos como a Lei do Gás por enfrentar resistências de certos entes privados, que costumam financiar campanhas eleitorais de esquerda. Os nomes são sobejamente conhecidos. Na média, pela primeira vez, há dados de crescimento econômico e de inflação comparáveis aos dos Estados Unidos

no período 2020/2022, com índices de imunização elevados no combate à Covid-19, mesmo com o discurso do mandatário contra a ciência.

O excelente livro “Tolstói & Tolstaia”, que revela as relações de ódio entre o grande escritor Leon Tolstói e a sua mulher Sófia (Editora Carambaia, 2022), exhibe o clima beligerante no país, estimulado pelo presidente Bolsonaro e a sua tropa de choque, que ainda duvida do resultado eleitoral. Lula, para usar o jargão do futebol, matou a jogada ao indicar o experiente José Múcio para o Ministério da Defesa, por sugestão de outro político tarimbado, o ex-ministro Nelson Jobim, segundo a coluna de Lauro Jardim, em O Globo.

Ocorre que o presidente Lula, ao nomear uma enorme equipe de transição com 300 nomes, parece tornar o cenário opaco, dando a impressão de que o governo não tem propostas, ainda que seja formado por uma coalizão, tendo no vice-presidente Alckmin a sua âncora de credibilidade. É melhor nem falar sobre o vexame do ex-ministro Guido Mantega no episódio do BID. Agiu a pedido do chefe. Até o contínuo do PT sabe disso. Diferentemente do que faz o governador eleito Tarcísio Freitas – que compõe em São Paulo um time de primeira grandeza no secretariado graças em boa medida à habilidade de Gilberto Kassab, à exceção do secretário de Segurança Pública, dono de um currículo duvidoso –, Lula, até o presente momento, dá a impressão para os investidores de querer editar um novo governo Dilma Rousseff, que, em seu segundo mandato, mergulhou o país em uma grande recessão. Quem conhece o ex-presidente sabe que Lula tem a exata medida do vendaval que vem pela frente com o fim da redução do ICMS dos estados, que ajudou a derrubar o preço dos combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e outras bombas fiscais, armadas e prontas para explodirem. E nem fará as estripulias de Dilma.

O sonho da deflação acabou junto com o teto dos gastos, que já ruiu no governo Bolsonaro. Cada economista quer agradar ao presidente eleito com uma fórmula para resolver o imbróglio: Felipe Salto associa os gastos a um determinado patamar do crescimento da dívida pública em uma fórmula de difícil compreensão. José Roberto Afonso afirma que o “governo tem bala de R\$ 2 trilhões contra a especulação”. Como pai da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), ele sabe que esses recursos do Tesouro Nacional só devem ser utilizados em situações especiais, como foi o caso do Auxílio

Emergencial, em 2020, que elevou o déficit primário para acima de 10% do PIB e uma fuga de capitais diante das incertezas da pandemia. Com o caixa forrado, o Tesouro garantiu a rolagem dos títulos do governo, deu folga ao sistema bancário, e o Brasil atravessou a tormenta sem qualquer indício de instabilidade no sistema bancário.

A mencionada especulação é causada, não por meia dúzia de mimados e mima-das da Faria Lima – que passam o dia tuitando –, mas pela compreensão de grandes investidores institucionais de que o governo eleito emite sinais contraditórios. Como o Banco Central é independente – outro mérito do ministro Paulo Guedes –, o juro pode ir para a lua e as reservas serão usadas para debelar uma eventual disparada no dólar. Não custa lembrar que o mercado é apátrida e covarde e busca as melhores oportu-nidades, agindo como bucaneiros, piratas que nasceram nos portos do Caribe e que atacavam navios espanhóis que não dispunham de defesas eficazes, no século XVII. Lula 1 e Lula 2 enfrentaram turbulências, mas nem por isso o Brasil deixou de ter uma economia robusta. Resta saber se Lula 3 repetirá o seu próprio legado ou tentará um ensaio de políticas populistas de Dilma Rousseff, que mergulharam o Brasil em uma das piores recessões da sua história – o PIB encolheu 7,5% em dois anos diante de um cenário internacional de normalidade. Deu um cavalo de pau às avessas.

O novo teto de gastos precisa estar vinculado a um crescimento do Orçamen-to, acrescido da inflação mais um percentual inferior à expansão do PIB, de tal for-ma que possa haver equilíbrio entre receitas e despesas com metas definidas de superávit primário e da dívida pública do governo federal. Basta consultar o labora-tório do FGV Ibre ou as consistentes análises do IFI, vinculado ao Senado Federal. Sem uma regra fiscal clara, é natural que haja turbulências no mercado financeiro, o que vai encarecer o custo do dinheiro – o índice de famílias endividadas alcançou o recorde de 70 milhões –, com claro impacto nas empresas, que só expandem seus negócios em razão de financiamentos. A taxa de investimento está perto de 20%. Não se brinca com companhias com ações na B3 avaliadas em R\$ 5 trilhões ou dois terços do PIB. Basta anunciar uma regra fiscal clara e duradoura.

“É preciso viver segundo interesses mais sociais e terrenos; viver participando dos as-suntos de toda a humanidade e não se dedicar à própria fraqueza interior” – revela um dos

personagens de “Tolstói & Tolstaia”. Lula deve abandonar o ressentimento com o mercado financeiro e com a imprensa. Não se governa apenas com o Centrão de Arthur Lira et cetera, nem com artistas e intelectuais. A festa acabou, e, no 2 de janeiro, a quitanda, como diz Delfim Netto, abrirá às 6h oferecendo berinjelas frescas aos seus fregueses.

6 de dezembro de 2022

LULA PRECISA SAIR DO PALANQUE E ABANDONAR A METAMORFOSE*

Em Brasília, costumava dizer um político que conheceu como poucos os meandros do poder, há dois grandes grupos: os insatisfeitos e os ingratos. O primeiro engrossa a fila de pleitos de políticos, empresários e lobistas não atendidos; e o segundo, mesmo tendo o pedido aceito, afirma que o governante não fez mais do que a sua obrigação. O presidente eleito Lula, antes ainda de tomar posse, já tem um contingente grande nos dois grupos.

Lula sabe que tem poucos dias para aprovar a PEC da Transição, pois, em caso contrário, o Bolsa Família a R\$ 600 e o adicional de R\$ 150 por criança de 0 a 6 anos sairá apenas em março pelos trâmites do novo Congresso Nacional, que só tomará posse em fevereiro. Isso para não falar que o novo Senado, com forte viés de alta de centro-direita, fará uma oposição ferrenha a uma licença para gastar R\$ 200 bilhões a mais do que estava previsto no Orçamento de 2023.

Bem, fazendo todas as concessões ao presidente da Câmara, Arthur Lira, inimigo figadal do senador Renan Calheiros (MDB-AL), cujo filho e ex-governador está cotado para um ministério, a PEC será aprovada sem sustos e sob o signo da desconfiança do mercado financeiro.

Um economista que conhece como poucos as contas públicas e há 40 anos acompanha os bastidores de Brasília, tendo já ocupado um relevante cargo público, acha que há uma dose de exagero nas repercussões negativas da super PEC. Para quem já viu a moratória da dívida externa (governo Sarney), o confisco da poupança (governo Collor) e a crise cambial de grande magnitude (início de FHC 2), os gastos elevados, direcionados a áreas estratégicas como Saúde, Educação, Meio Ambiente, além do Bolsa Família, podem ser compensados, ao longo de 2023, por outros cortes de despesas.

Joaquim Levy (Dilma 2) e o ministro da Economia Paulo Guedes tentaram, sem sucesso, dar a tal da facada no Sistema S. Ambos falavam em um corte de 30%, o que certamente reduziria o encargo sobre a folha de pagamentos das empresas.

Há muitos subsídios privados que não fazem o menor sentido. Sem eles, é possível reduzir os elevados impostos pagos pela indústria, que hoje representa apenas 11,2% do PIB. Guedes conseguiu uma boa redução do IPI – a ideia original era zerar o imposto – mas aí esbarrou no cartório chamado Zona Franca de Manaus, curiosamente criado pelo liberal Roberto Campos, no governo Castello Branco (1964-1967), avô do presidente do Banco Central.

A montagem da equipe de Fernando Haddad para o recém-criado Ministério da Fazenda a partir de 1º de janeiro parece ter uma lógica. Assim como Antonio Palocci, em Lula 1, optou por uma equipe ortodoxa, é natural que Haddad componha com nomes afinados com ele, receita o experiente economista. A ideia de pôr secretários com visões de mercado – como apregoam os conhecidos ortodoxos da Faria Lima – tem o mesmo sentido de um urubu voar de costas.

Por definição, todos os ministros da Fazenda ou da Economia compõem equipe alinhadas com o seu propósito de desenvolvimento econômico e de equilíbrio fiscal. Ninguém imagina que o novo governo, ainda que tenha tomado atitudes intempestivas – é fato que o discurso de Lula na diplomacia desagradou os 58,5 milhões de pessoas que votaram em Bolsonaro, o que aumenta mais ainda a tensão política –, vá apostar em decisões irresponsáveis, que levem a uma situação de ingovernabilidade. O Brasil, no curto período de 24 anos, teve dois impeachments, fora o golpe militar em 1964.

Mesmo a escolha de Aloizio Mercadante para o BNDES não pode ser atribuída a um capricho de Lula. O banco, com ativos de quase R\$ 800 bilhões, tem rígidos controles internos e é pouco provável que o economista da Unicamp siga a fórmula de Carlos Lessa, que paralisou o BNDES por quase um ano ao trocar quase todos os superintendentes que, segundo ele, trabalhavam para o governo FHC 2, o que não era verdade, dado o alto grau de competência dos técnicos do banco de desenvolvimento.

Não há espaços também para a criação de soluções mágicas, como a reedição do PSI (Programa de Sustentação do Investimento), na era Luciano Coutinho (2007-2016). Os recursos são escassos e há uma série de bombas fiscais à vista, como os R\$ 80 bilhões que os estados perderam com as reduções expressivas de ICMS para combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

Todos os cidadãos de bem torcem para que o Lula 3 não repita erros históricos do petismo e não aja como o premiado escritor Philip Roth, que em “Os Fatos” (Companhia das Letras, 2016), sua autobiografia, pôs em xeque as suas grandes qualidades de romancista.

“Meu palpite é que você escreveu metamorfoses de si próprio tantas vezes que não tem mais ideia do que você é ou do que já foi. A esta altura você é um texto ambulante.”

Espera-se que Lula não repita a frase de que virou uma ideia, pronunciada antes de cumprir a pena de 580 dias em Curitiba, em processo que o STF julgou o então juiz Sergio Moro de parcialidade. Não é hora para metamorfoses ambulantes. Apenas na música consagrada de Raul Seixas. É hora para sair do palanque.

**Monitor do Mercado*

15 de dezembro de 2022

A ÂNCORA FISCAL DE HADDAD E O MAR SEM BÚSSOLA DE LEON TOLSTÓI

Há algo intransponível no novo governo que pode levar a conclusões apressadas por parte da oposição ou a falsas ilações das chamadas forças vivas da sociedade, que, por definição, ultrapassam ideologias e preferem fincar o pé na realidade.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que no passado prestou bons serviços à pasta da Educação na era petista, parece navegar em um mar sem instrumentos, apesar de todos os esforços em manter uma coerência em seu discurso de policy maker. Haddad lembra uma passagem do fabuloso escritor russo Leon Tolstói.

É como um navegador dizer a si mesmo que não consegue seguir a linha indicada pela bússola nem parar de olhar para ela. Com isso, a trajetória da embarcação, na visão do escritor, segue um rumo temerário, ou seja, “rebaixar o ideal à sua fraqueza”.

Até agora, nem os maiores especialistas conseguiram decifrar como o ministro aumentará as receitas de forma pragmática e cortará despesas para alcançar o número mágico de R\$ 242,7 bilhões, que projetaria um superávit de R\$ 11,3 bilhões em vez de um provável déficit nas contas públicas neste ano. Nada como um sonho de verão seguido pelas brumas do nascente.

As previsões podem vir a ter a mesma credibilidade dos cenários de um notório economista do BNDES, no governo Sarney (1985-1990), que traçava um horizonte otimista para o país sem bases sustentáveis, o que foi descoberto, em abril de 1990, a partir de uma simples evidência: os modelos preditivos eram tão sólidos quanto o título do livro do consagrado escritor Milan Kundera, “A Insustentável Leveza do Ser”.

Haddad é um experiente servidor público em uma máquina cujo chefe ataca instituições, como o Banco Central, e trata o mercado financeiro – aquele que compra os títulos públicos federais – como uma marmota, roedor que vive na América do Norte, Europa e Ásia, conhecido por sua lassidão.

O presidente Lula, nos seus arroubos contra a lógica de um BC, que é obrigado, por meio da taxa de juro, a sancionar a política fiscal e ter responsabilidade para buscar o

equilíbrio necessário diante da alta da inflação, esqueceu de seus velhos tempos de sindicalista combativo e opositor ao regime militar. Nesse período, no início dos anos 1980, quando a indústria começa a ser atingida por um rolo compressor e a inflação chega a níveis alarmantes, Lula vai para o bom combate.

Por definição, a inflação é o mais perverso imposto para os pobres. No regime democrático, já no fim do governo Sarney e em meio a um processo de deterioração das contas públicas e queda da taxa de investimento, a economia cai no desfiladeiro. A tão esperada quebra de contratos ocorreria no governo Collor de Mello, em 1990, com o confisco da poupança diante de uma herança maldita – e põe maligna nisso – de uma inflação projetada de 80% em março, o equivalente a mais de 100.000% em 12 meses.

Essa espiral inflacionária na era Sarney concentrou a renda, aumentou a pobreza e inibiu investimentos nacionais e estrangeiros. O Brasil era um país de altíssimo risco para o capital, que buscava oportunidades para a remuneração em um porto seguro. Não estamos falando aqui de brasileiros que têm recursos em paraísos tributários e buscam otimizar ganhos na arbitragem da taxa de juro. A referência é o capital produtivo em serviços, no comércio, na indústria de transformação e na agricultura.

A percepção é a de que Haddad, com toda a sua habilidade política e fluência no discurso, é um refém de um ideário ultrapassado do presidente Lula, que maltrata até mesmo as forças produtivas que o apoiaram contra a insensatez do governo anterior, refém de pautas que se chocam ao cosmopolitismo, à modernidade intrínseca de uma sociedade democrática.

Enquanto Haddad prepara a tão prometida âncora fiscal, o seu chefe insiste em medidas rasas diante da complexa situação fiscal e a um baixo crescimento para 2023, a ponto de irritar até o progressista economista Paul Krugman, que qualificou como uma “ideia terrível” a proposta de criar uma moeda – ainda que virtual – entre o Brasil e a Argentina, no momento em que os “hermanos” caminham com celeridade para uma inflação de 100% ao ano em uma economia que não tem mecanismos de indexação, como havia no Brasil, quando se retroalimentou a alta dos preços, mas foi mantido o funcionamento da engrenagem até a chegada do Plano Real, que completará 30 anos em 2024.

Como em um passe de mágica, o presidente anuncia que resolverá todos os dilemas e gravíssimos problemas do chamado conflito distributivo no seu mandato e, não satisfeito com isso, é o candidato a ser o timoneiro da América Latina; quiçá do mundo, para trazer a paz e a prosperidade. É de tamanha parvalhice, que mais se assemelha ao Teatro do Absurdo de Eugène Ionesco (1909-1994).

Lula, um político habilidoso e calejado, busca alianças a qualquer custo, o que pode comprometer a agenda econômica, por melhor e mais competente que seja a bem-vinda reforma tributária, e fazer um governo que será um misto de Sarney com Dilma 2, com juros altos e inflação de dois dígitos. E assim o Brasil voltará a ser o paraíso dos rentistas. Nem o melhor programa social será capaz de reduzir o trágico mapa da fome. Haddad precisa agir com a firmeza necessária, à altura do cargo que ocupa, e buscar de forma permanente o caminho do desenvolvimento sustentável, que exige contrariar interesses políticos e os eternos lobbies do setor privado. Ainda há tempo para corrigir a rota.

1 de fevereiro de 2023

O GOVERNO ATRAVESSA O SAMBA AO VER A BANCA FANTASIADA DO BATE-BOLA

Aleksei Ivánovitch é um dos mais emblemáticos personagens de Fiódor Dostoiévski (1821-1881), o escritor russo que mergulha na psiquê humana. O engenheiro com pendor para tradutor constrói um romance pautado por ganho, perdas e desespero. “O Jogador”* é um livro admirado por dois grandes empresários que deixaram cedo o seu estado natal. A obra foi escrita, sob encomenda de um editor inescrupuloso, a toque de caixa para pagar as eternas dívidas de Dostoiévski e de sua família. “E por que o jogo é pior do que outro meio de ganhar dinheiro, por exemplo, digamos o comércio? É verdade que, de cem que jogam, só um ganha. Mas o que eu tenho a ver com isso?”. Ao contrário do que imaginam mentes supostamente brilhantes, a jogatina de um cassino, em Reno, em meio a uma atmosfera carregada de névoa de cigarro, não tem qualquer relação com a bolsa de valores nem mesmo com os complexos mercados de câmbio e de juros. O governo brasileiro, ao atacar uma instituição como o Banco Central, teve um comportamento semelhante ao da irresponsabilidade de Ivánovitch, da mesma forma que é um acinte à inteligência perseguir metas de inflação e de superávits primários incompatíveis com a realidade brasileira, que enfrenta um gravíssimo conflito distributivo e índices históricos de perdas de empregos de alta qualidade combinado com aumentos de pobreza. Adicione-se a isso furtos, roubos e todo tipo de transgressão à dignidade da pessoa humana.

O Banco Central, ainda que independente como determina a legislação, precisa, sim, ser posto em xeque por cancelar taxas de juros muito altas em uma economia que patina e sofre os efeitos da recessão mundial e inflação registradas em importantes nações do mundo, além da interminável guerra na Ucrânia. É verdade que os Estados Unidos convivem com taxas de desemprego reduzidas, o que vai levar o banco central americano (Fed, na sigla em inglês) a elevar, mais uma vez, o juro para conter a alta dos preços. Os ortodoxos insistem em que a expansão monetária é a causadora

dos juros pornográficos – como diria Roberto Campos, avô do presidente do BC – por irresponsabilidade fiscal do governo. Os heterodoxos – ou uma parte deles – acreditam que o aumento do gasto público, desde que aplicado em infraestrutura e em projetos estruturantes, resultam em mais emprego e renda e, com isso, terá um forte impacto na arrecadação de impostos. Há, nessa visão resumida, espaço para conviver com uma taxa de juros muito baixa e esquecer o rigor da política fiscal.

Todos concordam que a atual meta de inflação é irrealista, ainda que a sua manutenção temporária crie instrumentos de credibilidade para o Ministério da Fazenda.

O fato é que as diatribes de Lula – ainda que a crítica aos juros seja um tema pertinente – atira no alvo errado, além de ser desrespeitosa com quem, em 2003, era contrário à quebra de contratos na economia. Naquela época, dois importantes ministros do presidente, José Dirceu e Luiz Gushiken, companheiros de longa data, tiveram papel crucial para frear os arroubos do político experiente. Agora, Lula opina sobre qualquer assunto e, muitas vezes, em tons muito acima do razoável para o cargo que conquistou em eleições limpas e livres. Da mesma forma que Bolsonaro ofendia o Supremo Tribunal Federal, Lula escolheu como inimigo público número um o BC, cujo salário do seu presidente é um quinto do que ganha o comandante do BNDES, noves fora os generosos benefícios. É uma distorção que beira à sem-vergonhice, típica de um Estado legiferante.

O mais duro nesse ataque é alvejar as forças vivas do mercado financeiro, que irrigam a economia. Lula talvez não saiba, mas o socialista Carlos Andrés Pères, então presidente da Venezuela, anos 1990, sofreu o impeachment ao subestimar uma crise bancária que se transformou em um tsumani – a economia encolheu quase 9%, levou de roldão cerca de 50% dos bancos e teve um custo de 18% do PIB. No Brasil, de FHC 1, o chamado Proer, o programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro nacional, foi fundamental para evitar uma crise sistêmica, após a quebra dos bancos Nacional e Econômico. Naquela época, o PT, líder da oposição, dizia que era mesada para banqueiros falidos. A história provou que o partido estava na contramão e o pequeno investidor foi protegido da quebradeira – o Fundo Garantidor atual foi aprimorado e deu maiores garantias aos participantes do mercado.

Hoje, atacar grandes bancos e empresas de investimentos sérias é um desatino. É uma estultice acreditar que os bancos preferem juros na lua. Por definição, os ganhos decorrem de empréstimos a juros baixos e de longo prazo, bem como em aplicações em renda variável e em uma grande gama de produtos financeiros.

É o crédito, estúpido, parafraseando a platitude do marqueteiro de Bill Clinton, ex-presidente americano. A renda fixa (leia-se o Tesouro Direto) virou o grande xodó dos investidores, e, com ela, muitos analistas vão perder o emprego. Seremos todos cafe-tões da dívida pública, que, neste ano, terá um custo para as contas públicas de R\$ 650 bilhões, apenas com o pagamento de juros, considerando um PIB de R\$ 9,8 trilhões, de acordo com o FGV Ibre. Os rentistas estão com a corda toda. Em Lula 1, os juros começaram com 25,5% em janeiro de 2003 ante os atuais 13,75%.

Sem rumo definido, o governo perde tempo com questões menores, enquanto a pobreza aumenta a cada dia nas ruas das grandes cidades. Não há almoço grátis, ensinou o liberal Milton Friedman, e é impossível resolver todas as mazelas e desigualdades sociais em um curto espaço de tempo. O dinheiro é curto e o Orçamento, completamente engessado. A reforma tributária só esquenta no segundo semestre. Será uma batalha mais dura do que a da Previdência em 2019. Lula precisa curtir o “grace period”, aqueles seis meses de paz com a sociedade, e descansar no carnaval, na Bahia. A sua popularidade permanece alta.

Mas há problemas à vista. O loteamento de cargos para o Centrão, como a Codevasf, é um exemplo cristalino de que sempre pode piorar aquilo que já estava fora dos trilhos. Ninguém tem uma pista dos projetos de infraestrutura, capazes de multiplicar empregos, como atestam estudos acadêmicos. A parceria com as empresas privadas na área de transformação digital – TI, inteligência artificial e robótica – podem tirar as próximas gerações do atoleiro. O governo anterior destruiu a saúde, a educação, a cultura e o meio ambiente. Salvou, isto sim, uma diretriz econômica robusta, mesmo com um chefe de Estado completamente fora de rumo e de eixo, que muitas vezes passava o fim do dia brincando de games e agredindo jornalistas e tudo aquilo que via pela frente. Por muito pouco, não desmoralizou as Forças Armadas.

É preciso tomar uma vacina de industrialização na veia em vez de sermos condenados a exportar commodities. A indústria derrete, e hoje 29% da arrecadação de impostos provêm de um setor que patina em 11% do PIB, enquanto o agronegócio (28% do PIB) recolhe impostos baixos. Antes que apareça um tolo formado em economia da sociologia (sic), é proibido aumentar os impostos do bem-sucedido agronegócio brasileiro. Da mesma forma, o número divulgado pela Fiesp não difere os regimes especiais vigentes em diferentes setores, como o da indústria química. Outra vez: não é hora para cortar esses incentivos no momento em que a indústria petroquímica, no mundo inteiro, atravessa um ciclo de baixa até 2024. Não à toa as empresas do setor apertaram o cinto em grau máximo para manter a quitanda aberta todos os dias.

O que mais espanta no governo é o dogmatismo a ideias que cheiram à velhacaria. Ser contrário a vender estatais sem qualquer importância, como o Correios, que foi pilhado por políticos do Centrão em parte de governos petistas, a ponto de quebrar o fundo de pensão Postalis, é se agarrar a uma corda esgarçada. O liberal Roberto Campos, o grande mentor das reformas que fortaleceram o Estado brasileiro e criaram as condições para um grande salto na economia, após 1967, era um frasista de primeira. Falando para uma plateia de 200 estudantes, na aula inaugural do antigo Ibmec, no longínquo 1997, no Rio, ele deu uma marretada na empresa estatal de telefonia fluminense, que hoje faz parte do conglomerado privado Oi: “Vejam como a Telerj é ineficiente. Tentei falar três vezes pelo meu celular e não consegui. Aliás, o celular faz mal para a masculinidade: é cada vez menor, anda sempre dobrado, cai a ligação várias vezes e não funciona quando entra no túnel”. Apelidada de Telerda – um misto de Telerj com merda – pelo então ministro das Comunicações, Sergio Motta, a estatal fora presidida pelo notório ex-deputado Eduardo Cunha, no governo Collor de Mello (1990-1992). A plateia, composta por meninas e meninos, caiu na gargalhada.

Certamente, hoje, o querido Bob Fields – apelido maledicente dado por um assessor do presidente Getúlio Vargas – estaria censurado pela turma do politicamente correto. Registre-se que Campos, fundador do antigo BNDE, anos 1950, e mentor do Plano de Metas, no governo JK, era acusado de entreguista, ligado às forças terríveis do capital estrangeiro e de outras baboseiras de uma esquerda nacionalista ainda presa

a um barco à deriva em um rochedo. Às vésperas de completar 80 anos, ele estranhou por que tantas estudantes queriam tirar foto com ele. “Os elogios que estou recebendo estão transformando esta solenidade em meu obituário”, disse, às gargalhadas. Ele morreria em outubro de 2001. As telecomunicações foram privatizadas em julho de 1998, três meses antes da tempestade da Rússia que afundou as bolsas de valores em todo o mundo.

Agir por vingança contra o mercado financeiro é como pôr em xeque a confiança em um dos mais eficientes sistemas do mundo. O Pix, como se sabe, foi uma invenção de técnicos e dirigentes do Banco Central e curiosamente teve a oposição escancarada dos grandes bancos. A concorrência saudável produziu o que os especialistas imaginavam: as grandes instituições saíram na frente e, ao mesmo tempo, os bancos digitais com um arcabouço sólido crescem com velocidade. Há mercado para todos, a não ser para o esgoto da Faria Lima, aqueles vendedores de ilusões com papelórios mal escritos e dando as famosas dicas de mercado. Na lista, há também blogueiras e blogueiros que entendem tanto de finanças pessoais quanto o signatário de gamão. Nem preciso falar de nomes. Esse lixo, aos poucos, vai entrando nos latões espalhados pela cidade de São Paulo. Acabou o dinheiro farto e o ouro para os tolos.

Dório Ferman, o gestor do Opportunity, tem a frase pronta quando um espertalhão chega para ele e diz: “Eu tenho uma dica ótima de uma ação”. Sem pestanejar, o engenheiro pernambucano, que cursou a FGV EPGE, responde de bate-pronto: “Nem quero ouvir. Fica para você”. E, educadamente, se afasta do malandro de mercado que nunca leu “O Jogador”, mas engoliu todas as besteiras de livros de autoajuda ou agora fica o dia inteiro no Twitter, fustigando empresários que tomam riscos e desenvolvem projetos que dão enorme retorno à sociedade sob a forma de valor adicionado. Em uma petroleira sediada em Salvador é proibido usar o termo ESG – que virou uma espécie de “sin embargo”, como diria o sábio Eliezer Batista. No lugar dele, brilham o conceito: meio ambiente, pessoas e governança. É mais simples falar assim. Essa clareza de mensagem é que ainda inexiste no atual governo, com as exceções de praxe de um Geraldo Alckmin, Marina Silva, Alexandre Padilha, Simone Tebet, Wellington Dias e da grande águia de plantão: Gilberto Kassab. Nisia Trindade

e Camilo Santana ainda estão no aquecimento. Precisam se esforçar mais para ganhar a opinião pública em duas agendas caras ao país: a Saúde e a Educação, respectivamente. Até o dócil Fernando Haddad, titular da Fazenda, aos poucos, ocupa o espaço nobre que lhe cabe na Esplanada dos Ministérios. Resta saber se ele terá firmeza e proficiência técnica para transmitir credibilidade às forças ativas da sociedade. Todos aguardam suas diretrizes e, ainda que a âncora fiscal não seja uma pérola rara encontrada em moluscos, que vale uma pequena fortuna, o importante é definir o rumo e seguir com uma agenda consistente. É arregaçar as mangas. Do seu chefe o que se espera é a agenda internacional. Com a sua enorme capacidade magnetizante, quem sabe, poderá atrair investimentos produtivos ao país e ajudar a selar a paz na Ucrânia. Sonho de uma noite de verão? Lula tem um enorme prestígio nas grandes e pequenas nações de todo o mundo. Tratar a Amazônia de forma sustentável poderá gerar empregos de qualidade e frear o preocupante aquecimento global, protegendo nossos povos indígenas. Obviedade, por vezes, necessita ser repetida, como o bate-estacas de Winston Churchill.

E, por favor, torcemos para que Lula não acredite que o mercado saiu na folia fantasiado de bate-bola, uma tradição no passado de subúrbios cariocas, que tem uma performance assustadora, exibindo a ideia de agressividade. Porém, seguindo a origem dos escravizados libertos, a fantasia contém um grande arquétipo: é um protesto contra o opressor. Espera-se que o governo combata os malfeitos do mercado – não preciso citar nomes dos trambiques – mas não aqueles que dão duro para viabilizar o crédito a todas as classes sociais, o que inclui o excelente programa Bolsa Família, agora sem as fraudes do governo passado.

A propósito: Roberto Campos soava o alerta. “Há três caminhos para cair na desgraça: o mais rápido é o jogo, o mais agradável são as mulheres, e o mais seguro é consultar um economista.” Não perdeu um amigo com a piada. Afinal, manter o humor em meio à borrasca é o primeiro passo para sair com elegância da tempestade ou de uma crise de confiança na família ou nos negócios. O país quer paz e um crescimento sustentável com a repartição do bolo. Há pressa para proteger os desvalidos, os pequeninos do santo Helder Câmara e da Mãe Menininha do Gantois. Foram dois ícones

de nosso sincretismo religioso. Agora, a Mãe Carmen, 93 anos, nos abençoa como o Papa Francisco, 86 anos, dando esperança ao seu povo de Deus. Evoé!

**Serviço: A melhor tradução do livro "O Jogador", feita diretamente do russo, é de Rubens Figueiredo, um talentoso escritor e um incansável encantador das palavras. A apresentação contém bastidores da vida do escritor russo, sabidamente um jogador compulsivo e um epilético crônico. A edição esmerada é da Companhia das Letras em associação ao Penguin Group (2017).*

21 de fevereiro de 2023

A CRISE BATE ÀS PORTAS. HÁ COMO ESCAPAR DO KATRINA FINANCEIRO?

Crises bancárias e de liquidez são tão imprevisíveis quanto uma gravidez indesejada. Causam pânico e levam o ser humano a um estresse descontrolado. A teoria econômica comportamental explica o que empurra um cidadão comum a cometer o suicídio ou a agir de forma irracional no processo de um divórcio oneroso. Há inúmeros estudos sobre o tema, e o mais famoso, pelo pioneirismo e por ter conquistado o Nobel de Economia, é o de Robert Lucas, laureado em 1995. Há uma tempestade à vista causada pela quebra de dois bancos americanos. O ponto de atenção se concentra no Silicon Valley Bank, o banco das startups.

O Katrina financeiro começa a se alastrar, como o famoso furacão em 2005, que submergiu boa parte de Nova Orleans. “Haverá consequências graves para o Vale do Silício”, alertou o ex-secretário do Tesouro americano Larry Summers, em entrevista à TV Bloomberg, neste fim de semana. Summers é um especialista em crises bancárias de grande magnitude.

O SVB começou a operar no Reino Unido, tendo filiais na China, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Canadá, Índia e Israel. Na China, as startups tentavam, na sexta-feira, acalmar os investidores, alegando que suas operações têm independência do banco americano.

Os analistas e os órgãos reguladores têm o comportamento de uma manada de elefantes: nada vai acontecer e todos caminharão de forma organizada pela savana africana. E pregam algo na linha: continuem apostando em suas aplicações – renda fixa, variável ou derivativos – porque as autoridades corrigirão o rumo, seus idiotas. Os bancos centrais têm o poder para debelar qualquer início de uma crise sistêmica, insistem.

“Há dezenas, se não centenas, de startups que planejavam usar esse dinheiro para quitar a folha de pagamento nesta semana”, alertou Summers, professor da Universidade de Harvard. Ele eliminou a hipótese de um efeito dominó no sistema financeiro. Dentro da idiotia que tomou conta do Brasil varonil, outros minimizam o efeito do furacão e vão além: o sistema bancário é sólido e, portanto, estamos intactos a qualquer

crise. A poupança está garantida – o FGC, Fundo Garantidor de Créditos, assegura até R\$ 250 mil para uma eventual liquidação de um banco. Nem é preciso falar da crise de crédito desencadeada pelo efeito da Americanas. Para ser honesto, havia uma crise de confiança em empresas novatas na bolsa e na expansão ilógica de algumas companhias do varejo. Nenhum empresário bem-intencionado suporta o custo do dinheiro tão elevado, como no Brasil.

Era necessário apenas o estopim, que ocorreu no início de janeiro. Sergio Rial, CEO que descobriu a inconsistência contábil na Americanas em alguns dias e acumulava o cargo de chairman do Santander, um dos grandes credores da varejista, conhece de perto a crise de confiança a partir da sua postura como executivo, o mais bem pago do ano de 2021. Daqui a pouco, Rial será mais um candidato a “coach”. E o mesmo pode acontecer com Jean-Charles Naouri, sócio majoritário e CEO da rede francesa Casino, investigada por uma suposta manipulação no preço de suas ações, no exterior.

O problema das previsões e dos analistas de plantão é o de que, no fundo, eles vendem algo que não pode ser entregue por razões que desafiam qualquer teoria do risco: o erro e o imprevisto. Oito meses antes da crise financeira global, em setembro de 2008, um conhecido gestor de recursos, cujo fundo coleciona muitos prêmios, disse, na então residência de Jorge Paulo Lemann, nos Jardins, em São Paulo, que a derrocada do Bear Stearns, vendido para o JPMorgan Chase por US\$ 236 milhões, não era relevante, dada a solidez do sistema financeiro americano. A tão propalada crise das hipotecas não passaria de US\$ 400 bilhões, o que seria uma pechincha pelas medidas inéditas e surpreendentes do Fed (banco central americano), comandado por Alan Greenspan, que fez algo inacreditável para um monetarista: desregulamentou os mercados, baixou as taxas de juros e, como se não bastasse isso, estimulou as aplicações em grandes volumes em títulos de elevado risco, além do incentivo às hipotecas.

Era um dinheiro falso que produzia montanhas e montanhas de dólares sem lastro real na economia. Era uma festa. Enquanto o mundo rodava a mil por hora, deu tudo certo. Greenspan, que se considerava um gênio das finanças, queria, no fundo, consertar a bolha da internet, que estourou em 2000 e derrubou os mercados. Deu no que deu, diria o filósofo do botequim da esquina da Mooca, um dos mais tradicionais bairros de São Paulo.

O premiado gestor na residência de Lemann cometeu o mesmo erro de Greenspan: acreditar que os mercados corrigiriam os seus erros e a economia global seguiria o seu rumo. Ao estourar a crise, o governo americano, com muita propriedade, estatizou, temporariamente, o sistema financeiro, ao injetar algo como US\$ 2 trilhões de dólares (o atual PIB do Brasil) para evitar um colapso pior do que o ocorrido em 1929, quando não havia regulamentação nos mercados, nem mesmo a SEC (Securities and Exchange Commission, equivalente à nossa CVM). É aquela máxima: o faroeste antecede o xerife, que sempre chega atrasado montado em um pangaré com pulgas.

A quebra dos bancos americanos indica que há uma enorme poça de liquidez no mercado, causada, em parte, pelos pacotes trilionários do presidente Joe Biden, que injeta moeda na economia sem a contrapartida de uma poupança de empresas e das famílias. Emissão de moeda na veia, o que vai obrigar o Fed a ser mais conservador. E põe conservador nisso.

Os analistas minimizam qualquer crise de liquidez, como o grande gestor na residência de Lemann. O fato é que coube a Ben Bernanke, Nobel de Economia em 2022, consertar a bagunça deixada pelo outrora respeitado e festejado na grande mídia Alan Greenspan, que conseguiu cometer todos os erros de um banqueiro central, menos o de palestrar para pequenos grupos, como costuma fazer Roberto Campos Neto.

Em momentos de crise – e ela caminha com velocidade – nunca é demais pensar no aconselhamento de velhos mestres: não acredite em vestais. Pense sempre no seu bolso. Ou lembre-se do receituário de um ex-ministro da Itália, após a Segunda Guerra Mundial: o poupador tem memória de elefante, pernas de lebre e coração de carneiro. Não à toa os investidores correm para o Tesouro Direto e outras aplicações financeiras conservadoras. Sabem que os juros altos, os vizinhos indesejáveis, a despeito dos justos arroubos do governo e de analistas, vieram para ficar diante da tempestade que vem da América. Com ela, o Brasil caminha para uma recessão técnica (dois trimestres de queda do PIB) e uma inflação ainda resiliente. Nem mesmo a âncora fiscal dos ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Simone Tebet, do Planejamento, será capaz de mudar o clima de pessimismo dos mercados diante dos recentes acontecimentos na economia americana. E por onde anda Alan Greenspan, hoje aos 97 anos?

Observação: para quem quer entender o passado, são recomendáveis os filmes “A Grande Aposta” e “Grande Demais para Quebrar”. Já o documentário “Inside Job” mostra como os investidores comuns foram manipulados pelas instituições americanas.

12 de março de 2023

COMO UM CAMALEÃO, SISTEMA S SE DISFARÇA PARA NÃO PERDER O JANTAR*

O hoje presidente, Luiz Inácio da Silva, como se sabe, foi um torneiro mecânico formado no Senai, nos anos 1960. Nessa época, havia austeridade nas entidades do Sistema S e controle rígido dos seus custos. Nenhum dirigente frequentava as páginas policiais dos jornais ou tinha problemas com os órgãos de controle. Hoje, há mais de uma centena de ações do Tribunal de Contas da União (TCU) contra confederações e federações, de acordo com a imprensa.

Em um momento de aperto financeiro, o Sistema S poderia dar a sua contribuição ao país, abrindo mão de um falso discurso desenvolvimentista e arrombando a porta de seus cofres bilionários, cortando dinheiro das chamadas verbas institucionais.

Os seus dirigentes agem como camaleões, que mudam de cor de acordo com o meio ambiente. No Rio de Janeiro, por exemplo, desde 1995, a Firjan é comandada por Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, eleito, à época, como o símbolo da renovação. Há outros casos espalhados pelo país e seria injusto fulanizar o empresário, filho do grande empreendedor João Pedro Gouvêa Vieira, sócio do Grupo Ipiranga e um grande patriota.

A verdade é que toda vez que um empresário – ainda que não tenha sequer um armazém de secos e molhados – menciona que o Brasil precisa de um plano estratégico de desenvolvimento, é melhor preparar o bolso. Trata-se de um dirigente sindical ligado ao sistema, que está pronto para aplicar um “royal straight flush”, a maior mão possível no pôquer. Algo para profissionais abastados. Nesse caso, a política determina os fins desse empresariado que tem a tintura do ente pelego por melhores que sejam as suas intenções.

Quem não se lembra dos aplausos da Fiesp à MP 579/2012, com a qual Dilma Rousseff reduziu as tarifas de energia? Um camaleão dourado, Paulo Skaf chegou a fazer um “apelo patriótico” ao então presidente do Senado Federal, José Sarney, para acelerar a votação daquela MP. Coisas do Brasil varonil.

Três anos depois, Skaf, o presidente da mesma Fiesp, montaria um pato gigante em frente ao icônico prédio na Avenida Paulista, no clima da campanha de impeachment da presidente Dilma. A dificuldade em fechar as contas do governo já não eram mais problema dele.

Neste momento, em que o Brasil discute uma reforma tributária, que terá maior impacto no imposto sobre o consumo, e um plano de reindustrialização, soa estranho o apelo patriótico de outrora.

Há um contraponto, a bem da verdade: o sucessor de Skaf é o dono da Coteminas, Josué Gomes da Silva, filho de José de Alencar, que fora vice-presidente do atual mandatário da República.

A Coteminas enfrenta problemas financeiros, a ponto de atrasar os salários de seus funcionários em Montes Claros (MG). Josué tem o apoio de Lula e declinou, como se sabe, do cargo de Ministro da Indústria, Comércio e Desenvolvimento por dificuldades da sua empresa e do embate na Fiesp.

Aos números: o chamado Sistema S administra algo perto de R\$ 35 bilhões, sem contabilizar o patrimônio imobiliário, digno de qualquer grande construtora. Joaquim Levy, ministro da Fazenda em 2015, e Paulo Guedes, ministro da Economia de 2019 a 2022, tentaram, sem sucesso, cortar cerca de 30% do orçamento para ampliar o ajuste fiscal.

Guedes é atacado sem piedade pela poderosa CNI (Confederação Nacional da Indústria), a mesma que metralhou Levy durante uma viagem do seu presidente, Robson Braga de Andrade, ao México. Os dois economistas esbarraram nos lobbies encastelados nos Três Poderes da República, especialmente no Legislativo.

No governo Temer, tentou-se enquadrar essa máquina de fazer dinheiro, mas a pressão empresarial falou mais alto. Foram rejeitadas todas as emendas que vinculavam o orçamento do sistema S ao da União, o que seria racional e daria maior transparência aos recursos.

O dinheiro das entidades tem como origem a cobrança de contribuições de empresas, que variam de 0,2% a 2,5% das folhas de pagamento e visam à qualificação profissional. As entidades alegam que a sua principal fonte de recursos é a contribui-

ção das empresas, de origem privada, fora, portanto, da administração pública. As mesmas empresas o fazem, entretanto, por uma obrigação e não por uma decisão autônoma. Não é diferente de um imposto, só muda a forma da chamada contribuição espontânea.

Ocorre que os milhares de contribuintes não sabem que algumas dessas entidades têm apartamentos em áreas nobres das grandes capitais com vista para o mar ou para as montanhas. Paisagem idílica. Guardam semelhanças com as famosas dachas, as mansões do comissariado soviético, século passado. Basta entrar nas enormes salas dos presidentes dessas entidades e de seus principais assessores.

O governo Lula, tão preocupado em promover um equânime ajuste nas contas públicas, que beneficie os 32 milhões de brasileiros que vivem em uma situação de insegurança alimentar, poderia pedir ajuda do sistema S, a começar pelos salários elevados de muitos dirigentes, que beiram os R\$ 100 mil, nove fora benefícios generosos e viagens internacionais.

É possível, calculam especialistas, uma arrecadação de R\$ 6 bilhões por ano, sem afetar a portentosa engrenagem.

Registre-se que os eventos internacionais – basta uma rápida conferida nas redes sociais – são pautados por um trabalho árduo e profícuo: muito lazer em cidades como Paris, Londres e Nova York. Tudo em nome do desenvolvimento social. Algumas entidades mantêm o clube do uísque à custa dos contribuintes; e outras oferecem vinhos raros para os comensais do andar de cima.

A vida é uma festa para alguns dirigentes do Sistema S. Evidente que há exceções, os abnegados que creem no poder de transformação, tal como foi originado o mecanismo que produziu e produz profissionais para a indústria e o comércio. Seria uma blasfêmia falar o contrário.

A viúva agradece. O Brasil tem pressa.

**Monitor do Mercado*

15 de março de 2023

A OBRA INCOMPLETA DO MAESTRO MARIO HENRIQUE SIMONSEN

Mario Henrique Simonsen (1935-1997) entrou para a história como um professor que formou gerações de economistas e foi um servidor público em períodos nos quais a economia estava à beira de um colapso – desde os antecedentes que culminaram na deposição de João Goulart, em 1964, à crise no ciclo militar em razão dos choques do petróleo, entre 1973 e 1979. Foi ministro da Fazenda no governo Geisel (1974-1978) e do Planejamento por cinco meses do governo Figueiredo (1979-1984). Ele deixou um ensaio inédito com a seleção das 100 melhores músicas eruditas, que está em busca de uma curadoria e edição à altura do grande mestre porque a obra ficou incompleta.

O jovem Simonsen fundou, anos 1960, a tradicional pós-graduação em Economia do país, a premiada FGV EPGE, por onde passaram grandes alunos e mestres renomados. Alguns deles, como Dionísio Dias Carneiro (1945-2010), fundaram a pós na PUC-Rio, depois de uma divisão histórica na EPGE.

A faceta mais emblemática e menos conhecida do homem que contabilizava até detalhes mundanos do seu estilo pessoal, como o consumo de cigarros, é o de cantor erudito, maestro e crítico. Por dez anos, antes de assumir a coluna nesta Exame, ele escreveu sobre o bel canto. Ali quebrou um paradigma, o que seria uma marca registrada em sua vida: as seções na Veja, da Editora Abril, tinham um padrão variável - poderiam ocupar apenas duas colunas ou se espriar por duas páginas.

Não havia periodicidade, mas apenas uma certeza: os textos eram cáusticos e por vezes até humilhantes para quem seria alvo de sua pena afiada. Ele escrevia com a precisão de um timoneiro americano e de um cronista sedimentado em um velho magazine inglês. Era a crítica em estado puro e tão transbordante quanto uma dízima periódica, à altura do também matemático que teimou em ser ministro da Fazenda. Assumiu uma missão quase impossível aos 39 anos – o chamado milagre econômico de Delfim Netto fazia água por todos os lados e o choque do petróleo produzia uma inflação elevada, o que trouxe enormes repercussões nas famílias pobres, as antigas

sócias do malfadado milagre econômico da ditadura militar do general Garrastazu Medici (1970-1974), que liderou a patranhada contra as liberdades civis à base da tortura.

Em toda essa hecatombe, a música erudita era um hobby do economista Simonsen desde que deixara o Ministério do Planejamento, em agosto de 1979, que culminou em uma coletiva de imprensa, na praia de Ipanema, Posto 9, em frente à sua residência, no Rio de Janeiro. Trajando uma sunga, Mario Henrique rompia com os padrões da comunicação.

Era superlativo em tudo o que fazia e não poderia ser diferente com os ensaios na OSB, sempre marcados pelo tom original e pela exuberância criativa. Ele frequentava, anualmente, o chamado circuito operístico, que começava em Verona, na Itália, passava por Salzburgo, na Áustria, e terminava em Bayreuth, na Alemanha, terra do compositor Richard Wagner. E, Viena, sempre.

Acrescente-se a isso as pilhas de CDs compradas em Nova York após as reuniões mensais do conselho do Citicorp, o controlador do outrora grandioso Citibank. Eram os últimos lançamentos da música erudita, anos 1980. Por quinze anos, exerceu a função de conselheiro, tendo sido o mais longo, segundo John Reed, ex-chefão do Citi. Essa sua coleção foi posta em um leilão pela viúva, em 1998, e adquirida pelo investidor Nelson Tanure.

Provocado pelo jornalista e acadêmico Luiz Paulo Horta (1943-2013), um amigo querido, Simonsen fez uma lista com as 600 músicas eruditas mais emblemáticas da humanidade. Após tertúlias em seu apartamento na avenida Vieira Souto, 350, no Rio, ou em sua residência na Granja Comary, em Teresópolis (RJ), ele, com o pendor de um bom jornalista, resumiu a sua lista a 100 músicas.

O maestro Isaac Karabtchevsky e amigo dá o seu parecer: “Evoco sempre aquilo que menos impacto provocou na mídia: o grande musicólogo e profundo conhecedor de música erudita com quem tive a felicidade de conviver”.

Simonsen não chegou a concluir a missão que lhe foi dada por Luiz Paulo Horta. A incompletude do material, no entanto, não desabona a sua publicação, no entendimento de Manoel Corrêa do Lago, que conviveu com Horta e com o economista, no campo da música erudita.

Por razões desconhecidas, a obra, em que cada compositor merecia um verbete em um texto escurrito e criativo com as melhores indicações de gravações das sinfonias ou sonatas citadas, ficou incompleta. Nem mesmo a sua mulher, Iluska Simonsen (1941-2017), uma notável enxadrista que assinou uma coluna no Jornal do Brasil, soube da razão da incompletude.

Esse lado cult ou desconhecido do velho professor é comprovado em 1988 em reportagem do jornalista, apresentador e repórter do “Jornal da Globo”, Paulo Henrique Amorim, em que o economista rege a OSB – a Orquestra Sinfônica Brasileira. Mario Henrique foi o presidente da Fundação OSB em uma sucessão de antigos conhecidos, como Octavio Gouvêa de Bulhões e Eugênio Gudim, todos egressos da FGV. Era uma tríade do pensamento econômico liberal a favor do interesse público. Eram defensores do mercado com a mão firme do Estado.

Apesar dos percalços da Fundação OSB, Simonsen evitava pedir mais subsídios ao governo central, pois sabia das dificuldades financeiras do Erário; e como sabia. Preferia obter apoio de empresas privadas e de pessoas físicas. Nessa época, não havia a Lei de Incentivo à Cultura.

O empresário João Roberto Marinho, presidente do Grupo Globo, cedeu a íntegra de toda a reportagem preparada por Paulo Henrique na qual Simonsen, segundo o veredicto da OSB e de outros músicos, rege com precisão a sinfonia de Mozart, tal como está disponível no link do YouTube no final desta coluna.

O economista e o repórter demonstram afeição e respeito mútuo. À época, MHS tinha 53 anos e estava longe de produzir a sua obra-prima composta por um tratado inicial à epistemologia, o primoroso e até hoje escondido “Ensaio Analítico” (FGV Editora, 1994), resultado de um curso dado para um elenco estelar em que se incluem do investidor Daniel Valente Dantas ao economista André Lara Resende. Vale reproduzir um pequeno trecho em que o repórter Paulo Henrique Amorim e o economista não escondem a sua ironia com o então ministro da Fazenda, Máílson da Nóbrega, aquele que deixou uma herança de mais de 200.000% de inflação anuais, considerando os 80% projetados em março de 1990:

Repórter: Este é o primeiro movimento da Sinfonia 40 de Mozart sob a regência de Mario Henrique Simonsen – anuncia o jornalista. Ministro, o que o senhor está fazendo aqui em um ensaio da Orquestra Sinfônica Brasileira?

MHS: Eu estou estreando a minha carreira de aluno de regência do maestro Isaac Karabtchevsky, mas sobretudo para levar à sociedade brasileira a importância de arrecadar recursos para a OSB. Eu sou o presidente do conselho curador da Orquestra. Repórter: Quanto custa esta Orquestra, ministro?

MHS: Considerando que é a melhor orquestra da América do Sul, ela custa cerca de 1,5 milhão de dólares por ano. Nossas despesas administrativas são leves e temos cerca de 100 músicos, todos donos de seus instrumentos. O salário é muito abaixo do que gostaríamos de pagar. (Valores de 1988.)*

Repórter: O que é mais fácil: reger a OSB ou o Ministério da Fazenda hoje?

MHS: Eu diria que reger a Orquestra Sinfônica é muito mais fácil porque tem excelentes músicos. E a regência depende da qualidade dos músicos regidos. E a Orquestra Sinfônica é excelente.

A resposta de MHS, no melhor estilo de um Mozart, tem o tirocínio de quem conhece os meandros da engrenagem econômica e sabe que sem uma equipe competente, bem treinada, é impossível alcançar a meta desejada, como imaginam gestores e ministros que ainda acreditam em benfeitorias ou em Papai Noel, como costumava dizer o velho professor e maestro por uma incongruência do destino. Qualquer semelhança com a realidade de hoje é uma mera coincidência. Mario Henrique, com a sua sabedoria e sarcasmo habituais, não estaria pronunciando algo fora desse nó de marinheiro, cuja âncora parece ainda distante da terra firme e do porto seguro.

Simonsen não lia ficção e era um grande especialista em fazer a varredura diante de um problema, sendo capaz de apontar cada variável, tal como em uma sala de aula, onde, às vezes, usava uma camisa polo pranteada com o giz branco. Ali, como as óperas que sabia de cor, Don Giovanni, Othelo e Tristão e Isolda, as suas prediletas, a lógica era outra e a sua varredura era completa. Tal como uma sinfonia de um Mozart ou as notas musicais da Nona Sinfonia de Beethoven, descritas, em notação matemática, no “Ensaio Analítico”, que no futuro será revisitado por um mestre à altura do criador.

Mario Henrique Simonsen foi um conservador criativo, dedicado ao ensino acadêmico e defensor de teses heterodoxas, que culminaram em eliminar a inflação e a lançar bases para um crescimento econômico sustentável, com o Plano Real, que completará 30 anos em 2024. Era um admirador do Plano Larida, de 1984, o esboço do choque heterodoxo sistematizado por Persio Arida e André Lara Resende. “A PUC-Rio é a minha EPGE do B”, dizia com a ironia de um inglês formado no Colégio Santo Inácio, escola dirigida por jesuítas, em que foi o melhor aluno de sua história. Simonsen era um esteta fora de contexto.

A música erudita agradece ao maestro.

A íntegra da reportagem supracitada e cedida, sem cortes ou edição, pela TV Globo, está disponível aqui:

<https://www.youtube.com/watch?v=ALzpkdbZZZU>

**Observação: Simonsen, possivelmente, menciona o orçamento ideal da OSB, que vivia mergulhada em um déficit. O valor em dólar, a preço de hoje, é de US\$ 3,8 milhões. E o salário de um músico, de 85 OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional) em junho de 1988, hoje o equivalente a R\$ 3.500, uma cifra muito baixa, como reconhece o economista. Deduz-se, portanto, que ele cita um orçamento que não era atingido pelas condições da época.*

25 de abril de 2023

O QUE A METAMORFOSE DE KAFKA TEM A ENSINAR AO MERCADO DE TRABALHO

O ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva vai colher neste ano o pior fruto do seu primeiro ano de mandato na Presidência da República e o terceiro conferido de forma democrática: a estagnação no mercado de trabalho. Ainda que a taxa de desemprego caia para 8% – dentro de um cenário otimista, com redução expressiva da taxa de juros no Brasil e uma recessão branda nos países ricos no segundo semestre –, há um enorme desalento.

Mesmo com o crescimento projetado pelo mercado financeiro, algo acima de 2% para 2023, há uma similaridade entre a projeção do mercado e o famoso livro de Franz Kafka, “A Metamorfose”, em que um caixeiro viajante é tragado por uma barata e a partir dali vive uma metamorfose em que fica mais preocupado, não tanto com a situação insólita, mas pelo atraso ao trabalho diante da nova criatura do personagem construído por Kafka no início do século passado.

A situação não é diferente na população economicamente ativa, em que impera a informalidade, baixa escolaridade e renda comprimida. É a nova barata da economia em curso, que não apresentará soluções heroicas com programas desenvolvimentistas, dada a precarização do trabalho.

Aos números: dos mais de 100 milhões de empregados, pouco mais de 40% têm carteira assinada, sendo a renda média de R\$ 2.800, considerando que boa parte trabalha no setor de comércio e de serviços e não mais nas montadoras de carros; aquelas que projetaram o jovem Lula nos anos 1970. Essas empresas vivem às turras com lay offs e vendas em queda. É melhor nem falar do patético programa de apoio ao carro popular em um país no qual o transporte público caminha para o colapso. Basta conferir a dura realidade da região metropolitana do Rio, com modais desconstruídos, tarifas caras e um índice elevado de criminalidade. O teatro de Ionesco seria pouco para descrever a situação melancólica na qual milhares de trabalhadores precarizados convivem no cotidiano do Rio e, possivelmente, de outras grandes metrópoles. Por isso, soa como grotesco o programa do carro popular.

Se não fosse o agronegócio, tão apedrejado por parte do atual governo, a produtividade seria negativa, dada a ineficiência dos outros setores da economia, como a indústria, que, a despeito de proteções, continua a patinar nos 11% do PIB. Ok, a indústria devolve o argumento com a carga tributária elevada, mas omite os regimes especiais, que vigoram em boa parte da cadeia produtiva.

A taxa de participação no emprego tem e terá queda vertiginosa, o que significa dizer que o atual percentual está mascarado. Sim, a taxa de desemprego, pelas contas do FGV Ibre, deveria ser superior a 11%. Isso porque a chamada taxa de participação, ensina o mestre Luiz Guilherme Schymura, é a força de trabalho (ocupados mais desocupados) como proporção da população em idade de trabalhar, o que no Brasil inclui 14 anos ou mais, atualmente é de 61,4%, sendo que já foi de 62,7% em julho-setembro de 2022.

Os especialistas apontam que cerca de dois terços da mão de obra brasileira – isso inclui os informais e os famosos pejotinhas – trabalham em empregos de baixa qualificação em uma situação inversa ao de países como a Alemanha, onde um grande contingente está empregado em serviços de tecnologia, indústria, inovação e conhecimento. O Brasil, por definição, é um país exportador de commodities. O agronegócio, mecanizado, gera poucos empregos, ainda que, por via indireta, supre uma grande cadeia de empregados nos segmentos de transporte, armazenagem, entre outros, o que contribui para a geração de renda.

O grande nó górdio do mercado de trabalho, apontam especialistas, não pode ser atribuído à ausência de reformas. O que falta são instrumentos de política econômica para um crescimento sustentável – pelo menos de 3% ao ano –, e um ambiente de negócios amigável. Essas são as grandes travas para o desenvolvimento. Mais uma vez, aos números: o governo passado deixou como herança uma dívida pública de 73% do PIB. O atual projeta um indicador de 85%, o que significa gastar até 2026 um percentual de 12% do PIB, estimado em R\$ 8 trilhões (o número varia de acordo com a contabilidade).

Isso significa que a tal da barata de Kafka tem bastante razão: a metamorfose do mercado de trabalho vai depender não tanto da inusitada aparência causada pelo

personagem do grande escritor, mas da capacidade de o governo em gerir as contas públicas, reduzindo gastos, suprimindo os famosos subsídios para ricos e prósperos empresários, e criar um ambiente favorável à atração de novos investimentos – externos e internos. Sem isso, o mercado de trabalho continuará a apresentar resultados medíocres, muito distantes dos enormes potenciais da economia brasileira.

28 de junho de 2023

A REFORMA TRIBUTÁRIA VIVE O DILEMA DE GUIMARÃES ROSA E SCHOPENHAUER, DOIS INIMIGOS DA MEDIOCRIDADE

O escritor João Guimarães Rosa costumava dizer aos amigos, segundo o relato do cronista e diplomata Otto Lara Resende, que era melhor fazer pirâmides a biscoitos, numa clara alusão a evitar o duro trabalho diário de uma crônica na época de ouro dos jornais – anos 1950 – quando o Rio, capital da República, chegou a ter 15 veículos diários, entre matutinos e vespertinos. A tão decantada reforma tributária, a mãe de todas as reformas dos últimos 40 anos, segundo a opinião pessoal de Carlos Ivan Simonsen Leal, presidente da Fundação Getulio Vargas, cuja instituição completa 80 anos em 2024, parece escalar montanhas intransponíveis, mesmo com todo o mérito da equipe envolvida, cuja redação inicial começou à época do então ministro da Economia, Paulo Guedes, e que agora ganha corpo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sob os auspícios do incansável Bernardo Appy. Noves fora todos os esforços de gerações anteriores para alterarem o Código Tributário Nacional (CTN), que teve como grandes artífices, em 1966, os advogados Gilberto de Ulhôa Canto e Rubens Gomes de Sousa.

Há críticas de todos os lados e lobbies encastelados para fazer prevalecer os seus benefícios: desde os profissionais liberais a setores relevantes da indústria – que já gozam de regimes especiais – ao de segmentos relevantes da área de serviços. Cada um quer chamar a reforma para si, o que pode elevar o IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) para mais alto que o dos países ricos, aqueles que compõem a OCDE, a organização que reúne as nações desenvolvidas com regime democrático. O IVA, como se sabe, incide de forma não cumulativa e é adotado em 170 países, sendo que há variações e dosagens em cada um deles para evitar que o poder central sufoque os entes subnacionais – estados e municípios. A coluna, devido às suas limitações, não entrará nos detalhes técnicos da reforma tributária a caminho, até porque há uma vasta literatura – para o bem e para o mal – sobre o tema. A ideia é lançar, sem qualquer

soberba, as bases provocativas, da mesma forma que Sócrates, nos famosos diálogos de Platão, o fazia de forma brilhante e questionadora a seus discípulos.

Por essa razão, é indiferente se o número atinge 25, 26 ou 27% como carga tributária. Ninguém sabe, com rigor, o imposto pago por uma empresa de médio porte. As grandes lançam mão de planejamento tributário refinado e, dessa forma, fica ainda mais complexo saber o valor da alcinha. E contratam grandes bancas de advocacia para questionarem eventuais cobranças indevidas – o contencioso é de R\$ 5,5 trilhões ou dois terços do PIB brasileiro, entre a União, os estados e os municípios. O fato é que o impacto nos setores produtivos é gigante, e uma parcela formada por 20 milhões de empresas, de acordo com os cálculos precisos do professor e tributarista Heleno Torres, titular da Escola de Direito da USP, será enquadrada no Simples (faturamento de 4,8 milhões ao ano). Nos Estados Unidos, por exemplo, que tem o PIB – o conjunto de bens e riquezas produzidos – 11 vezes maior que o do Brasil, o valor, à guisa de incentivar o empreendedorismo, não passa de US\$ 400 mil (ou perto de R\$ 2 milhões ao câmbio atual). Por que o Simples não poderia ter um teto menor, da mesma forma que os incentivos – todos louváveis – concedidos à indústria e aos segmentos que conseguem ter um lobby mais azeitado? Não mereceriam um pente-fino?

Faz sentido proteger setores – nem preciso citá-los, cara leitora e caro leitor – que há décadas convivem com mesadas do Estado e são incapazes de competirem com outros países como a China? Será que estamos condenados ao fracasso a ser um triste trópico, nas palavras do antropólogo Lévi-Strauss?

O agronegócio prosperou não foi porque a carga tributária é muito menor, como apontam análises simplistas de economistas de botequim, mas pela eficiência de seus agentes econômicos, que criaram regras flexíveis para a contratação de mão de obra e, ao mesmo tempo, produziram grãos de excelente qualidade, a ponto de exportarem para nações da envergadura de uma China, com um PIB um pouco menor do que o dos EUA. Por enquanto. Mato Grosso, citado pelo goiano Ronaldo Caiado em recente seminário promovido pela FGV, produz 100 milhões de toneladas de grãos por ano. Uma fronteira agrícola que passa à margem de um Brasil obtuso, recheado de regras e benesses para um segmento do funcionalismo público. A Embrapa, empresa fundada no governo Gei-

sel (1976-1979) e que agora sofre o aparelhamento de um pedaço do Estado, é o melhor exemplo da atitude colaborativa do governo federal com os grandes empresários e pequenos agricultores. O Brasil, mesmo a despeito dos cétricos de plantão, é viável, desde que a livre iniciativa possa se desenvolver sem escadas ou compadrios. Via de regra, o pobre sempre paga a conta pelas políticas populistas, e a classe média sofre uma grande desidratação, à medida que a concentração de renda ganha proporções superlativas. É preciso derrubar o aforismo de Arthur Schopenhauer (1788-1860), no seu clássico “A Arte de Escrever”:

A burrice e a maledicência são permitidas: “ineptire est juri gentium” [a inépcia é um direito de todos]. Em compensação, comentar a burrice e a maledicência é um crime, uma insurreição contra os bons costumes e todas as convenções. Trata-se de uma sábia precaução.

A criação de um Conselho Federativo, no âmbito da bem-intencionada reforma tributária a ser votada ainda neste ano, produz um germe autoritário, que corrói a autonomia dos 26 estados e Distrito Federal, além dos mais de 5.500 municípios brasileiros. Serão 54 burocratas a tomarem decisões estratégicas e intervencionistas no âmbito da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e do IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços), o primeiro no âmbito federal e o segundo no estadual/municipal. A simplificação, tão decantada pelos artífices da reforma, não significa que seja melhor do que a complexidade. “Quem disse que andar de carroça, mais simples, é melhor do que em um carro”? brincou o deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ), durante seminário da FGV, economista e especialista em matérias no âmbito fiscal.

De fato, pensar fora da caixa – um jargão de autoajuda – pode soar tão falso quanto pensar dentro da caixa. Ou o velho aforismo: o ótimo é inimigo do bom. Não faltam exemplos na história mundial de que o liberalismo exagerado ou o intervencionismo do Estado podem produzir desastres econômicos, que serão pagos por muitas gerações. Nem sempre é possível ter a convergência de um Franklin Delano Roosevelt, que governou os Estados Unidos do início dos anos 1930, em plena depressão econômica, até perto do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando estava às vésperas de completar o inédito quarto mandato pelo voto direto. FDR foi a exceção de que todo

bom político persegue até hoje: reconstruiu o Estado, criou grandes agências reguladoras, fez alianças com os dois partidos rivais (Democrata e Republicano) e conversava com o povo por meio do rádio, tudo devidamente treinado em uma época em que a comunicação corporativa dava os seus primeiros passos. Por conta da poliomielite, ele andava de cadeira de rodas, o que era irrelevante para o grande público, que no fundo quer experimentar de seu governante duas grandes virtudes: a melhoria da sua renda com políticas públicas adequadas e a liberdade para criticar e empreender sem as amarras do Estado. FDR fez tudo em dobro e ganhou quatro mandatos, o último inconcluso.

Agora, falar em isenção de 1.300 produtos para uma cesta básica, como aponta a reforma, é algo insidioso, sem as devidas amarras institucionais. De modo geral, ensina o jurista Heleno Torres, nascido em um município pobre de Pernambuco e hoje à frente de uma tradicional banca em São Paulo, a cesta do pobre é composta por arroz, feijão, carne, verdura, óleo e outros produtos essenciais, mas não por dezenas de mercadorias que podem custar ao Erário perto de R\$ 50 bilhões em isenções. Torres é o autor intelectual da legislação que propiciou a repatriação de capitais no valor de R\$ 70 bilhões, em 2016.

Como não existe almoço grátis, dizia o economista Milton Friedman, prêmio Nobel de Economia em 1976, o contribuinte, que não é representado no Congresso Nacional, como ressaltou Heleno Torres, vai pagar a conta. E a sustentabilidade da dívida sempre pode passar por percalços, dada a instabilidade em manter as contas públicas sob controle. Segundo opinião pessoal do presidente da FGV, Simonsen Leal, como engenheiro e de formação sólida em Economia e em Matemática, sem um orçamento equilibrado da União, não haverá uma democracia completa, aquela baseada em que cada homem ou mulher é um voto.

Não custa lembrar da velhinha de Taubaté, personagem criado pelo escritor e humorista Luis Fernando Veríssimo, que acreditava no ditador João Figueiredo, o último do ciclo militar. Ela sabia que nessa supercesta caberiam os lobbies de todas as espécies. É importante manter o tão saudável crescimento antropomórfico do brasileiro, que cresceu mais de 10 centímetros em três décadas, o que é resultado do de-

envolvimento econômico, a despeito dos eternos pessimistas de plantão. E isso não foi em razão da algaravia tributária, mas resultado de políticas públicas que geraram o crescimento, ainda que o número seja medíocre, mas não tão negativo como insistem analistas enviesados, aqueles que pensam com o fígado. Nem preciso citar os nomes. À direita ou à esquerda, sabe-se da importância do conhecimento não convencional, evitando-se dessa forma a peruca, o símbolo mais apropriado para o erudito puro. Essa falsa erudição, nos ensina o mestre Schopenhauer, não tem uma adaptação própria. Essa fragilidade é contida na tão propalada reforma tributária. O Brasil tem pressa e aguarda justiça fiscal que possa contemplar os 32 milhões de cidadãos que convivem com situações de vulnerabilidade social.

25 de agosto de 2023

CORIOLANO GATTO

Leandro Fonseca/Exame



O jornalista Coriolano Gatto teve passagens na grande mídia, destacando-se os cargos de editor de Economia do Jornal do Brasil e Editor de Negócios de O Globo. É colunista da revista EXAME, em que foi editor assistente, em 1991, e, posteriormente, sócio de agência de comunicação, a Insight. Fundou, em 1998, a Gat Comunicação e criou a Gat Mídia, em 2022 (<https://gatmidia.com>). Foi publisher e coautor dos livros “Fayga Ostrower” (curadoria de Anna Bella Geiger) e das biografias de José Luiz Buhlões Pedreira, Eugênio Gudín, Mario Henrique Simonsen e Sobral Pinto. É autor do livro “Crônicas da Economia do Possível” (volume 1) disponível no Kindle, que reúne as colunas do Portal EXAME publicadas no período 2020/2021. Coordenou a edição de livro jurídico, em 2023. Ganhou cinco prêmios de jornalismo econômico com destaque para o caderno sobre o economista e ex-ministro da Fazenda Mario Henrique Simonsen, que conquistou três láureas. Coriolano nasceu em Iconha (ES), morou em Cachoeiro do Itapemirim e é carioca por adoção desde 1970. Jornalista profissional desde 1985, é casado e tem três filhos.